



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
(MESTRADO)**

JADIEL LUCAS ALVES DE ANDRADE

**O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA E A
REFUNCIONALIZAÇÃO DOS FIXOS GEOGRÁFICOS NO ENTORNO
IMEDIATO DO MERCADO DA FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE - PB**

**JOÃO PESSOA – PB
AGOSTO DE 2023**

JADIEL LUCAS ALVES DE ANDRADE

O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA E A REFUNCIONALIZAÇÃO
DOS FIXOS GEOGRÁFICOS NO ENTORNO IMEDIATO À FEIRA CENTRAL DE
CAMPINA GRANDE - PB

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Geografia da
Universidade Federal da Paraíba
(PPGG/UFPB), como requisito para a
obtenção do Título de Mestre em Geografia
Orientador: Prof. Dr. Anieres Barbosa da
Silva.
Coorientador: Prof. Dr. Lincoln da Silva
Diniz.

JOÃO PESSOA – PB
AGOSTO DE 2023

**"O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA E A REFUNCIONALIZAÇÃO DOS
FIXOS GEOGRÁFICOS NO ENTORNO DA FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE - PB"**

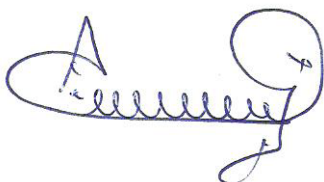
Por

Jadiel Lucas Alves de Andrade

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-graduação em
Geografia do CCEN-UFPB, como requisito total para obtenção do grau de Mestre em
Geografia.**

Área de concentração: Território, trabalho e Ambiente.

Aprovado por:



Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva
Orientador



Prof. Dr. Lincoln da Silva Diniz
Coorientador



Prof. Dr. Alexandre Sabino do Nascimento
Examinador interno



Prof. Dr. Antônio Albuquerque da Costa
Examinador externo

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-graduação em Geografia
Cursos de Mestrado e Doutorado em Geografia**

Fevereiro/2024.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A553c Andrade, Jadiel Lucas Alves de.

O circuito inferior da economia urbana e a
refuncionalização dos fixos geográficos no entorno da
feira central de Campina Grande - PB / Jadiel Lucas
Alves de Andrade. - João Pessoa, 2023.

112 f. : il.

Orientação: Anieres Barbosa da Silva, Coorientação:
Lincoln da Silva Diniz.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Circuito inferior - economia urbana. 2.
Refuncionalização espacial. 3. Campina Grande-PB. I.
Silva, Anieres Barbosa da. II. Diniz, Lincoln da Silva.
III. Título.

UFPB/BC

CDU 911.375(813.3)(043)

Para Risalva que partiu e à Helena que está por chegar.

AGRADECIMENTOS

O processo de pesquisa e produção de reflexões sobre a realidade, nunca se faz unicamente pelas mãos de um autor. Invariavelmente, há contribuições de todas as ordens, as vezes até involuntárias ou despercebidas. É preciso sempre lembrar dos que nos ajudaram no processo, tornando-o possível e sensível.

Primeiramente, a Deus, pela força diária e por cuidar de nossa antiga amizade.

À minha esposa Rafaela que a cada momento desta trajetória esteve a meu lado, me apoiando nas horas difíceis e incentivando-me à busca. Muito obrigado por tudo, pelo companheirismo, por ouvir-me pacientemente em minhas reflexões e angústias e, por compreender os momentos de solidão e silêncio que a tarefa intelectual exige.

Agradeço a minha família, a seu José e Dona Graça por acreditarem na emancipação social por meio da educação. Ao meu irmão Lindaci, o professor que há muito tempo me apresentou ao mundo da leitura. A Jucelio e Denis, por sempre apoiarem-me nos caminhos que escolhi seguir. À Jordana, por me acolher sempre e fazer o possível para que eu pudesse me dedicar aos estudos. À Preta, por ter sido a primeira a influenciadora do caminho acadêmico. A vocês, devo muito.

Ao meu orientador, Doutor Anieres Barbosa por ter acreditado neste trabalho e ter sido sempre muito cordial, solícito e disposto a ouvir minhas reflexões e questionamentos, oferecendo-me um largo horizonte de possibilidades e caminhos a seguir. Agradeço ainda toda a autonomia que me deu e pelos ensinamentos totalmente comprometidos com o meu processo de formação. Preciso dizer ainda o quanto aprendi com você sobre a solidariedade e simplicidade, estas duas coisas tão hostilizadas no meio acadêmico. Obrigado por tudo!

Ao professor Dr. Lincoln Diniz, pelas riquíssimas contribuições que me ofereceu nos exames de projeto e qualificação, aceitando o convite de ser coorientador desta pesquisa. Seus questionamentos foram fundamentais para os rumos e considerações que logrei neste trabalho.

Ao professor Alexandre Sabino, por me acolher e me orientar no Estágio Docente, experiência riquíssima que vivi no mestrado. Tenho enorme admiração por sua luta, por sua prática diária e busca por outro modelo de sociedade.

Sou enormemente agradecido aos professores Antonio Albuquerque e Arthur Tavares Valverde, meus primeiros mestres, cruciais nos caminhos e aprendizagens que tive

na graduação. São estes que ainda hoje, recorro para pensar a concretude do mundo pela geografia.

Aos grandes amigos Michel Monteiro, Adílio Costa, Gabriel Vidal e Gabriel Madureira com quem estabeleci importantes diálogos sobre a Geografia e desde cedo pude também partilhar a vida. Temos uma convivência de apoio mútuo e de trocas muito significativas da qual guardo muitas boas recordações.

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFPB pelo compromisso e rigor no processo de formação, bem como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro que me concedeu na realização desta pesquisa.

Por fim, tenho que agradecer aos trabalhadores do circuito inferior da feira central de Campina Grande. Foram eles que me fizeram ver, no cotidiano, a teoria que tanto me esforcei em compreender.

*Sonham as pulgas em comprar um pão
E os ninguéns em escapar da pobreza
Que em um mágico dia, de repente, chova a boa
sorte.
Que chova à cântaros a boa sorte
Mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem
amanhã, nem nunca.
Nem uma garoa de boa sorte cai do céu [...]
Os ninguéns: Filhos de ninguém, os donos de nada.
Que não são, embora sejam [...]
Que não fazem arte, fazem artesanato [...]
Que não são seres humanos, são recursos
humanos. Que não têm cara, têm braços [...]
Que não têm nome, têm número [...].*

Eduardo Galeano em “Os Ninguéns”.

RESUMO

No presente trabalho, buscamos realizar uma análise sobre as implicações espaciais do circuito inferior da economia urbana em algumas ruas que circundam a feira central da cidade de Campina Grande - PB, no período atual. Nosso olhar não se direciona para o mercado da feira, mas sim, aos pequenos estabelecimentos que se aglomeram no seu entorno e exigem um grau mínimo de organização para a sua realização e reprodução. Tais estabelecimentos acolhem em sua grande maioria os conteúdos e atividades ligados ao circuito inferior e estão situados em um recorte que, dentro da modernização seletiva inerente à cidade capitalista moderna, não foi atingido pelas recentes modernizações do atual sistema técnico que chegam à Campina Grande. Desse modo são ruas onde o meio construído foi sendo paulatinamente desvalorizado e se constitui hoje, como um interstício entre as áreas de modernização recente, e por isso, “foco” de atividades pouco capitalizadas. Do ponto de vista do método nos fundamentamos na ideia proposta por Marial Laura Silveira de que a cidade é uma totalidade que se constitui por duas áreas distintas de mercado, o que aponta necessariamente para uma divisão territorial do trabalho endógena à cidade (ou como coloca Milton Santos, uma economia política da cidade) onde os agentes, a depender de sua força técnica e volumes de capitais usam o território diferentemente, seja como recurso ou como abrigo. Do ponto de vista empírico realizamos um trabalho de campo a fim de apreender as especificidades do circuito inferior nestas ruas – tendo como horizonte os elementos que distinguem os circuitos: capital, tecnologia e organização das atividades – e como estas atividades adentram pouco a pouco formas pretéritas, refuncionalizando-as. Os resultados a que chegamos evidenciam que as formas e funções do circuito inferior são diversas, formando um híbrido entre o que Milton Santos (2008) diferenciou entre *circuito inferior central* e *circuito inferior residencial*, e que, ali se instalam por força da centralidade da feira central. Outro fato é que estes estabelecimentos apesar dos vetores frenéticos da globalização que chegam à urbe, não acolhem em sua totalidade as inovações do período atual, mostram-se por vezes ainda muito próximos da realidade esboçada por Santos (1977) há quarenta anos. Portanto, buscar entender o fato urbano em sua profunda segmentação pela teoria dos circuitos significa pensar como os pobres encontram lugar e força para existir.

Palavras-chave: Circuito inferior; Refuncionalização espacial; Campina Grande-PB.

ABSTRACT

In this paper, we attempt to analyze the spatial implications of the lower circuit of the urban economy in some of the streets surrounding the central market in the city of Campina Grande - PB, in the current period. Our focus is not on the market, but rather on the small establishments that cluster around it and require a minimum degree of organization to operate and reproduce. Most of these establishments are home to content and activities linked to the lower circuit and are located in a section that, within the selective modernization inherent to the modern capitalist city, has not been affected by the recent modernizations of the current technical system that have arrived in Campina Grande. In this way, they are streets where the built environment has been gradually devalued and today constitutes an interstice between areas of recent modernization, and therefore a "focus" for low-capitalized activities. From the point of view of the method, we base ourselves on the idea proposed by Marial Laura Silveira that the city is a totality made up of two distinct market areas, which necessarily points to a territorial division of labor endogenous to the city (or as Milton Santos puts it, a political economy of the city) where agents, depending on their technical strength and volumes of capital, use the territory differently, either as a resource or as a shelter. From an empirical point of view, we carried out fieldwork in order to understand the specificities of the lower circuit in these streets - taking as our horizon the elements that distinguish the circuits: capital, technology and organization of activities - and how these activities gradually enter previous forms, refunctionalizing them. Our results show that the forms and functions of the lower circuit are diverse, forming a hybrid between what Milton Santos (2008) differentiated between the central lower circuit and the residential lower circuit, and that they are established there because of the centrality of the central market. Another fact is that these establishments, despite the frenetic vectors of globalization reaching the city, do not fully embrace the innovations of the current period, and are sometimes still very close to the reality outlined by Santos (1977) forty years ago. Therefore, seeking to understand the urban fact in its deep segmentation through circuit theory means thinking about how the poor find a place and the strength to exist.

Keywords: Lower circuit; Spatial refunctionalization; Campina Grande-PB.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
 1. PRÓLOGO À TEORIA DOS CIRCUITOS: DESENVOLVIMENTO, IMPORTÂNCIA E REDEFINIÇÕES NO PERÍODO ATUAL.....	20
1.1 Os circuitos da economia urbana: contextualização da teoria.....	21
1.2 Os dois circuitos da economia urbana: elementos e definições	29
 2. A ÁREA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE: DO MEIO TÉCNICO AO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL	36
2.1. Breves considerações acerca da formação da economia urbana de Campina Grande e a conformação de sua área central.....	37
2.2. O meio técnico científico informacional no espaço campinense e a emergência dos circuitos da economia urbana	58
2.3. Divisão territorial do trabalho e as formas de uso do território: a coexistência dos circuitos nas ruas que margeiam o mercado da feira central.....	64
 3. O PROCESSO DE REFUNCIONALIZAÇÃO ESPACIAL: DINAMISMO E FORÇA DO CIRCUITO INFERIOR	78
3.1. Novos conteúdos para funções pretéritas	79
3.2. Das especificidades do circuito inferior no entorno imediato da central de Campina Grande: Circuito inferior central ou circuito inferior residencial?	86
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
 REFERÊNCIAS.....	106
 APÊNDICE	109

LISTA DE FOTOGRAFIA

Foto 1: Praça do Algodão, 1922 (atual Marquês do Herval)	40
Foto 2: Rua dos armazéns	40
Foto 3: Rua Grande (atual Maciel Pinheiro), 1930.	56
Foto 4: Mercado novo, feira central. (Foto de 1960)	56
Foto 5: Calçadão Maciel Pinheiro 1986	63
Foto 6: Armazéns da rua Cristovão Colombo	70
Foto 7: Distribuidores na Rua Pedro A. Cabral	70
Foto 8: Pequenas fábricas de marcenaria, Rua Marcilio Dias	72
Foto 9: Escritório de advocacia grupo Meira Steinmuller, Rua Marcilio Dias	72
Foto 10: Estabelecimentos de alta capitalização	73
Foto 11: Início do processo de refuncionalização na rua Cap. João Sá	75
Foto 12: Presença de residências na rua Marcio Dias, dezembro de 2019.	81
Foto 13: Refuncionalização de residência em loja comercial.	81
Foto 14: refuncionalização por atividade altamente capitalizada	82
Foto 15: Publicidade em fachada de estabelecimento comercial do circuito inferior	93
Foto 16: exemplo de atividade pouco capitalizada na rua Manoel P. Araújo	100

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Esboço da cidade em 1864.	45
Imagem 2: Representação do arruamento em 1907.	46
Imagem 3: representação da cidade em 1918	48
Imagem 4: Centro de Campina Grande pós reforma (1945)	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Elementos característicos das atividades dos circuitos.	32
Tabela 2: Escalaridade e contexto econômico das atividades	93

LISTA DE QUADROS

Quadro1: Características e distinções do circuito inferior	88
Quadro 2: Diversidade do circuito inferior nas ruas estudadas	94
Quadro 3: Natureza do circuito inferior no entorno da feira	98

Quadro 4: Natureza dos estabelecimentos	101
---	-----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Objeto de pesquisa: ruas que margeiam o mercado central	15
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantificação do uso do solo pelos dois circuitos da economia urbana na área estudada.	74
Gráfico 2: Tipologia das formas conteúdo do circuito inferior	96
Gráfico 3: Dimensões das unidades comerciais da área estudada	99

INTRODUÇÃO

A questão central do presente trabalho tem como horizonte propor uma reflexão sobre o território usado a partir das manifestações dos agentes do circuito inferior através das atividades reproduzidas em pequenos estabelecimentos comerciais nas ruas que margeiam o mercado da feira central da cidade de Campina Grande. O mercado central da feira e seu entorno próximo, situam-se hoje, na zona periférica imediata da área central da cidade e podem ser entendidos como reino do circuito inferior em suas formas mais variadas (ambulantes, pequenos comércios, pequenas fabriquetas artesanais, que incorporam em maior ou menor densidade das variáveis do período), bem como de um especializado circuito marginal superior que se afirma enquanto setor atacadista em alimentos e bebidas.

A reflexão que buscamos construir parte de dois pressupostos; a) *a centralidade da técnica*, onde procuramos entender a sucessão e a superposição dos meios geográficos no território citadino campinense, pois, como defende Santos (2017) as características da sociedade e de seu espaço geográfico a cada período mantém correlação com o estado das técnicas. Partindo desta mediação, o processo de centralização e conformação da área central na cidade de Campina Grande há muito está consolidado e foi corolário da emergência do meio técnico no período de ascensão da economia algodoeira, e a refuncionalização que buscamos apreender é um dado expressivo no meio informacional, e, b) *a noção de divisão territorial do trabalho na escala intraurbana*, por consideramos a partir de Silveira (2004), que a cidade não pode ser entendida como uma única área de mercado, mas sim, uma coexistência e superposições de trabalho morto e repartições do trabalho vivo em que cada agente utiliza o meio construído a partir de suas forças, seja como abrigo, seja como recurso.

Portanto, esposamos a tese de que a cidade é um sistema composto por dois subsistemas de fluxos econômicos, denominados de circuito superior (incluindo sua porção marginal) e circuito inferior, ambos são um dado do período atual e específico à realidade dos países do sul (SANTOS, 1977; 2008; 2013), são eles a expressão espacial da profunda discrepância de renda característica da realidade dependente. É esta disparidade que originou e mantém tais circuitos e incide diretamente na circulação da mercadoria porque cria diferenças quantitativas e qualitativas no consumo.

Ainda que a área estudada esteja situada contiguamente ao hipercentro comercial da cidade ela não é diretamente alcançada pelo processo de modernização do meio construído

que chega à cidade, o que tem como resultado a possibilidade de existência das atividades de baixa capilaridade em formas geográficas pretéritas, fixas nas ruas, como antigas residências, depósitos, despensas e infraestruturas do gênero. Neste sentido, as ruas que compõem nosso objeto de estudo vêm passando ao longo das décadas do século XXI por um latente processo de degradação de sua infraestrutura e por isso apresentam a possibilidade de acolher os conteúdos das atividades pertencentes ao setor não moderno.

É indispensável esclarecer que nosso olhar não se direciona para o mercado central da feira – até porque muito já foi escrito sobre sua dinâmica –, mas sim, para algumas ruas que o margeiam-no e se constituem de pequenos estabelecimentos animados socialmente por atividades econômicas que movimentam baixos volumes de capital e mercadorias.

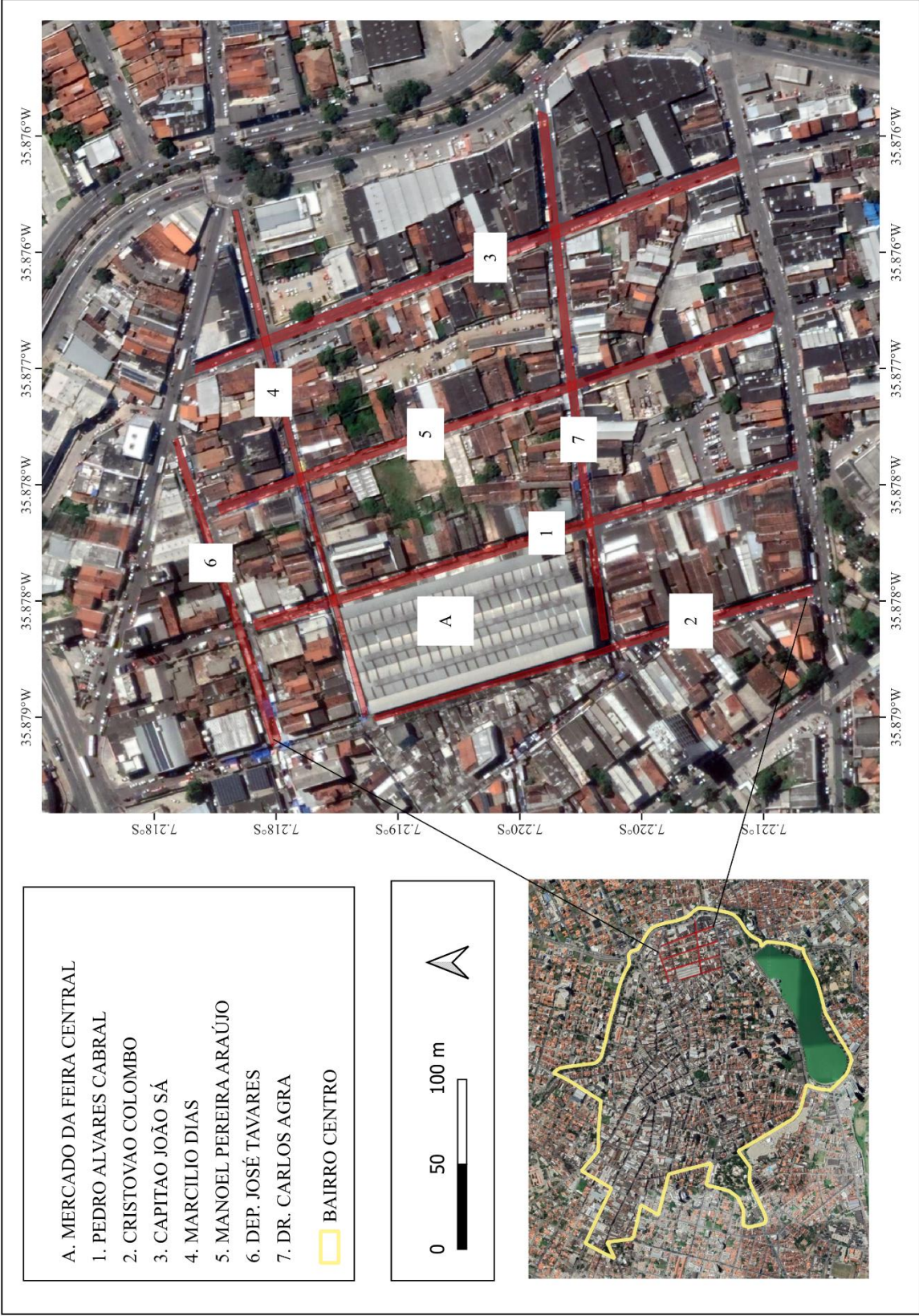
Contudo, tais atividades, sejam elas de produção, comercialização ou prestação de serviços exigem certo grau de organização e capital para que possam desenvolver nesses fixos geográficos. Elegemos o entorno da feira como objeto de análise porque é lá que, de forma mais expressiva, visualizamos a presença do circuito inferior da economia urbana materializada em estabelecimentos comerciais. Há nessas ruas um processo de refuncionalização que se traduz na alteração da razão de uso de um conjunto de objetos residenciais e antigos galpões que, pela generalização mercadológica, materializada na expansão do consumo, passa a acolher funções e conteúdos ligados ao comércio e à oferta de serviços, tornando-se cada vez mais estranhos às suas funções primeiras.

A refuncionalização destes fixos geográficos, insistimos, é o que tentamos apreender nesta pesquisa. Entendemos que o processo de refuncionalização é decorrente de uma redefinição da divisão territorial intraurbana para responder tanto às verticalidades do mercado quanto para fornecer, em última instância, a sobrevivência dos mais pobres na cidade. Tais estabelecimentos, assim como a própria feira – que acompanhou todo o desenvolvimento da urbe – apesar de suas formas rugosas e, por isso, se constituírem como resistência aos vetores da modernização atual, terminam por serem permeados em alguma medida pelas variáveis do período da globalização, o que conduz às transformações no espaço de nosso tempo, acolhendo o novo e combinando-o com formas pretéritas.

Estes estabelecimentos que compõem nosso objeto de estudo, se aglomeram ao longo das seguintes ruas (mapa 1): a) Manoel Pereira de Araújo, b) Marcílio Dias, c) Dep. José Tavares, d) Cristóvão Colombo, e) Dr. Carlos Agra, f) Cap. João de Sá. O

desenvolvimento das atividades de baixa capitalização no meio construído em discussão dá-se por força da feira que ainda exerce centralidade local e na hinterlândia da urbe.

Mapa 1: Objeto de pesquisa: ruas que margeiam o mercado central.



Fonte: Elaborado pelo autor. Janeiro de 2024.

A transformação morfológica e funcional destes fixos acreditamos ser posta em movimento pela reprodução das atividades do circuito inferior da economia urbana, que encontra condições favoráveis de se desenvolver em um meio construído relativamente desvalorizado e, por ora, desinteressante aos grandes agentes hegemônicos. Lá são realizadas as atividades de micro e pequenos estabelecimentos (sobretudo familiares), configurando uma microrepartição do território usado. Essas áreas onde o espaço é mais repartido se caracterizam por uma intensa circulação de pessoas e dos transportes, capitais, ideias e informações, condição ideal para a realização e coexistência dos circuitos da economia urbana, mormente o inferior.

No caso do circuito inferior, são estabelecimentos de capital reduzido e organização simples como, por exemplo, marcenarias, serviços de conserto de aparelhos eletrônicos, lojinhas de vestuários, lanchonetes, sucata e recicláveis, mini boxes, pequenos restaurantes etc. Convém pôr em relevo que neste espaço rugoso, há uma parte dos estabelecimentos, seja qual for o seu conteúdo funcional, que incorporaram objetos técnicos-informacionais já banalizados para a realização dos negócios, evidenciando assim, a presença da globalização pela tecnificação do espaço banal.

Pressupomos ainda que a ação hegemônica, vetor da modernização e do alto nível de capitalização do circuito superior e superior marginal (apesar de já se fazerem presentes, ainda que pontualmente, no recorte proposto), escolhe dentro da repartição do território na cidade de Campina Grande outros lugares para sua reprodução, como o *core* da área central e os bairros nobres. Daí a força do circuito inferior no entorno da feira central, pois se trata de um recorte “envelhecido” do ponto de vista das estruturas, o que possibilita a permanência de atividades que não produzem alta rentabilidade. Desse modo, entendemos que a teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos (SANTOS, 1977, 2008, 2013) nos direciona a considerar a cidade como um todo em permanente movimento que abriga duas áreas de mercado diferenciadas e complementares.

Partindo desta realidade o problema de pesquisa a ser abordado é: de que modo as atividades que compõe o universo do circuito inferior se materializam nas formas geográficas transformando residências em pequenos estabelecimentos comerciais e de serviços?

Tendo como pressuposto teórico e metodológico a proposta dos dois circuitos da economia, elegemos como **objetivo geral**: compreender o processo de refuncionalização

das formas-conteúdo no entorno imediato da feira central de Campina Grande -PB a partir da reprodução de atividades ligadas ao circuito inferior da economia urbana. Como **objetivos específicos** elegemos: a) Refletir sobre a emergência dos dois circuitos na cidade de Campina Grande; b) Destacar os estabelecimentos pertencentes a cada circuito por meio de seu conteúdo funcional, organização do trabalho, tecnologia e nível de capitalização nas ruas elencadas; c) Explicar as especificidades do circuito inferior que se reproduz em fixos no entorno da feira, suas permanências e ampliações no meio geográfico informacional.

Do ponto de vista do método, qualquer análise geográfica que pretenda compreender o suprassensível do espaço e retirar da realidade um conjunto coerente de conceitos e ideias que a explicam deve ter clareza metodológica. Dessa forma, enquanto modo de apreender a realidade, pensamos a partir da proposição *situação geográfica* concebida por M. Laura Silveira (1996) que possibilita um **retrato dos lugares na história do presente**, tendo como ponto de partida o pressuposto de que o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação (SANTOS, 2017)

Para a autora a **situação geográfica** está vinculada a ideia de evento, no sentido proposto por Milton Santos, como veículo de realização de certas possibilidades existentes no mundo, em dada Formação Econômica Social ou na região que se depositam/geografizam nos lugares, “por isso, uma situação geográfica supõe uma localização material e relacional (sítio e situação), mas vai além porque nos conduz à pergunta pela coisa que inclui o momento da sua construção e seu movimento histórico” (SILVEIRA, 1999, p. 22).

Este é um caminho teórico-metodológico fértil para pensar de que modo as condições locais de mercado e instalação da materialidade técnica respondem às ações verticalmente impostas pelos grandes agentes que fazem uso corporativo do território e, como os agentes hegemônicos encontram formas e adaptações para o desenvolvimento de suas atividades na cidade.

A situação decorre da geografização de um conjunto de forças, que são os eventos tornados materialidade e norma. Quando novos eventos se materializam a situação muda e muda também o valor dos lugares. É assim que constantemente se cria uma nova geografização dos lugares. Pessoas, grupos, firmas e empresas participam da elaboração de uma situação. Estes agentes não têm obrigatoriamente intencionalidades coincidentes, mas

suas atividades possuem um tema comum que define a natureza do seu esforço. Esta é a maior expressão do território usado.

Do ponto de vista empírico, para entender as especificidades e escalas de ação dos circuitos, o trabalho de campo é um recurso indispensável (refletir para mensurar, para enfim explicar), pensar a própria constituição dos circuitos nas formas, feito a partir da elaboração de questionários em relação a três aspectos fundamentais que caracterizam e mantem a atualidade dos circuitos; são eles: a) nível de capitalização, b) uso das tecnologias mais sofisticadas do período, e c) organização burocrática do trabalho. No circuito superior o nível de utilização destas é alto e denso, enquanto no inferior é baixo ou quase inexistente. São estes três aspectos que foram levados em conta para definir a que circuito pertencem as atividades comerciais e de serviços, bem como as novas feições no período da globalização.

O trabalho de campo se constituiu primeiro por observações preliminares, uma imersão com olhar objetivo no objeto e, em um segundo momento para a aplicação de questionários. Foram aplicados oito questionários por rua, sendo sete ruas estudadas, foram possíveis cinquenta e seis abordagens na área estudada. Para tal, nos inspiramos em trabalhos realizados recentemente, como a dissertação de Marina Montenegro intitulada de *O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização* (2006), um trabalho curto denominado de *o circuito inferior residencial em habitação social na região metropolitana de Natal, RN* de autoria de Medeiros, Barbosa e Fontenele (2023), bem como o quadro que caracteriza e diferencia os circuitos presente na obra de *o Espaço Dividido* (2008). No terceiro capítulo, advertimos ao leitor, aparecerão algumas falas dos entrevistados, porém, para preservar a identidade dos trabalhadores do circuito inferior, preferimos tratá-los pelo número de ordem das entrevistas.

Por fim, acreditamos que pensar as implicações espaciais do circuito inferior nos permite entender como os atores não hegemônicos, os que pouco tem e por isso pouco podem, encontram lugar na cidade contemporânea que tem sido cada vez mais fragmentada, dividida e mercantilizada.

Além da introdução e considerações finais, estruturamos este escrito em três capítulos. No primeiro, tivemos a preocupação de apresentar o contexto em que o debate dos dois circuitos da economia urbana surgiu e se desenvolveu, tornando-se como o próprio autor a eleger, “um novo paradigma da geografia urbana”, nesta seção intentamos orientar o

leitor para a atualidade e relevância da teoria, mostrando seus elementos e características, bem como sua potência explicativa no espaço de nosso tempo.

No segundo capítulo há a construção do nosso objeto de pesquisa, tendo como fundamentação a centralidade dos meios técnicos e suas implicações nos processos de centralização e posteriormente refuncionalização. Esta parte do trabalho passa por uma síntese histórica permeada por conceitos espaciais, aqui, há uma tentativa em pensar os processos pretéritos que conformam a realidade espacial da área central de Campina Grande, a qual buscamos analisar no capítulo três.

No terceiro e último capítulo nosso objetivo é explicar as especificidades do circuito inferior no recorte proposto, suas permanências e mudanças no meio geográfico atual. Esta parte trata-se de produzir reflexões sobre a relação entre o ambiente construído e o dinamismo das ações do circuito não-moderno.

CAPÍTULO I
PRÓLOGO À TEORIA DOS CIRCUITOS: DESENVOLVIMENTO,
IMPORTÂNCIA E REDEFINIÇÕES NO PERÍODO ATUAL.

1.1 Os circuitos da economia urbana: contextualização da teoria

Neste primeiro capítulo apresentamos questões centrais da teoria que nos fundamenta, bem como a justificativa pela escolha de tal paradigma e as possibilidades de caminho de método que *os dois circuitos da economia urbana* podem oferecer. Assim, esboçamos aqui a origem e o desenvolvimento da teoria dos circuitos econômicos proposta por Milton Santos na década de 1970 em um conjunto de textos e livros e, por fim, o debate recentemente retomado a partir de revisitações e rediscussões encabeçado por autoras como Marina Montenegro (2006, 2011), Monica Arroyo (2017) e, sobretudo pela contribuição de Maria Laura Silveira (2004, 2009, 2013, 2015), onde buscam reafirmar a validade da teoria em nosso presente histórico, suas permanências e novas feições.

A formulação da teoria dos dois circuitos econômicos representou uma contribuição teórica de grande fôlego para a análise da urbanização na realidade da periferia do capitalismo mundial. A forja deste conjunto de ideias teve profunda ligação com dois fatos da trajetória epistemológica de Milton Santos enquanto esteve exilado na França durante a década de 1970, estes fatos foram: o contato com leituras sobre economia política e economia urbana e, igualmente substancial, o olhar voltado para o tema do subdesenvolvimento a partir dos impactos da modernização tecnológica.

Grimm (2011) sublinha que a apresentação do debate sobre a existência desses dois sistemas de fluxos no mundo subdesenvolvido se deu em *Les villes du Tiers Monde* (1971), especificamente nos últimos capítulos, um ensaio construído a partir de pesquisas realizadas em cidades americanas e africanas, ambas marcadas por disparidades de renda e elevadas cifras de desemprego. Contudo, tal discussão era ainda incipiente, tratava-se mais de um esboço das ideias apenas mais tarde sistematizadas.

Foi, todavia, em *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*, publicado originalmente em francês em 1975 (traduzido para o português em 1979) que Milton Santos, após lustro tempo, elaborou a teoria. Nesta obra, podemos afirmar a existência de um novo paradigma da geografia urbana fomentado na crítica do modelo de planejamento voltado ao crescimento capitalista até então (e ainda hoje) adotado pelos países subdesenvolvidos que resultou em esdruxula e sem precedentes situação de concentração de riqueza e pobreza nas grandes cidades, fazendo existir por tal segmentação social *dois subsistemas de fluxos econômicos*.

Encontramos na tese dos circuitos da economia urbana uma “teoria do desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial” (SANTOS, 2008, p. 26) que elucidou a especificidade do Terceiro Mundo e, sendo elaborada por um autor terceiro-mundista¹, superou o uso indiscriminado de conceitos e teorias emanadas da intelectualidade dos países centrais, e por isso, produziu coerente sistema de ideias a partir da realidade inerente do Sul Global.

A leitura que fazemos é que a chave de compreensão do tema dos dois circuitos da economia está na consideração das implicações da modernização desigual e combinada e, por consequência, como elas chegam nos lugares da formação nacional dos países da periferia capitalista modificando os usos do território e condicionando uma urbanização concentrada e terciária.

Como nos aponta Carneiro (2018) é preciso ver este novo paradigma a partir de seu determinado contexto histórico e geográfico, isto é, um cenário de mundialização que se organizou após a Segunda Guerra Mundial cuja conjuntura foi a expansão dos grandes grupos empresariais em direção aos países pobres, provocando impactos nas economias e nas configurações territoriais destes países. Tratava-se de um novo período da história, de uma aceleração cujos fundamentos já vinham sendo largamente preparados e que sua culminância resultou no espraiamento do chamado período técnico-científico-informacional para os países do sul global a partir da década de 1970 (SANTOS, 1997).

Nos países periféricos, as modernizações, que eram quase que em sua totalidade oriundas dos países centrais, impactaram os territórios destes países de diferentes formas e com intensidades distintas. Novos arranjos instalaram-se entre cidades e nas relações entre cidades e região, estabelecendo-se novas desigualdades sociais e territoriais. Foi este aspecto da realidade, conforme Grimm (2011) que despertou em Milton Santos a perspectiva de teorização para os países periféricos a partir de suas próprias realidades.

Neste contexto, queremos sublinhar o vínculo entre emergência dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos com a modernização tecnológica que engendrou nos países de economia dependente situações contraditórias de crescimento e desenvolvimento. Destarte, a compreensão das novas feições do processo de urbanização

¹ Milton Santos afirmou no prefácio do *Espaço Dividido* que “na longa e paciente pesquisa foi favorecido pelo fato de pertencer ao Terceiro Mundo [...] e de ter falado com muitos homens do Terceiro Mundo, tanto os teóricos quanto os que têm a pesada tarefa de enfrentar o concreto” (SANTOS, 2008, p. 12).

nestes países deveria considerar outras duas variáveis centrais: a difusão da informação e do consumo. A esse respeito, Milton Santos (2008, p. 29) afirmou que

o período atual diferencia-se nitidamente dos precedentes por sua capacidade nova de revolucionarização. Pela primeira vez na história dos países subdesenvolvidos, duas variáveis elaboradas no centro do sistema encontram uma difusão generalizada nos países periféricos. Trata-se da informação e do consumo – a primeira estando a serviço do segundo – cuja generalização constitui um fator fundamental de transformação da economia, da sociedade e da organização do espaço. No que concerne ao espaço, as repercussões desse novo período são múltiplas e profundas para os países subdesenvolvidos. A difusão da informação e a difusão das novas formas de consumo constituem dois dados maiores da explicação geográfica.

É, portanto, a segmentação presente na sociedade urbana referente às necessidades dos indivíduos que cria diferenças quantitativas e qualitativas no consumo, que, por sua vez, são a causa e o efeito da existência de diferentes circuitos de produção, de distribuição e consumo nas cidades desses países (SANTOS, 2008)

É preciso pôr em relevo que o tema dos dois circuitos nos remete ao subdesenvolvimento e às novas dinâmicas territoriais no meio-técnico-científico-informacional. O período técnico-científico-informacional é a fase inteiramente nova na história e se funda a partir dos ditames da técnica e da ciência no qual a mecanicização e informatização do território obedecem a razão econômica para tornar mais fluida a circulação da mercadoria. Milton Santos (1997, 2012, 2017) explicita que o veículo deste novo meio geográfico foi o capital transnacional originado de uma brutal transformação na totalidade do mundo, onde “só as empresas multinacionais poderiam objetivar as tendências iminentes do período e impor por toda parte essa forma de universalização perversa que caracteriza a vida mundial em nossos dias” (SANTOS, 2012, p. 16).

Assim, as modernizações atuais, das quais os circuitos resultam direta e indiretamente, são comandadas e difundidas pela força dessas indústrias que acabam conformando estruturas monopolísticas para uma ação conjugada nos territórios objetivando maior concentração e acumulação pela mudança nas formas da produção e do consumo.

No debate do subdesenvolvimento, podemos ler em alguns dos textos da década de 1970 elaborados por Milton Santos como, “um país subdesenvolvido é uma Formação Sócio-Econômica dependente, um espaço onde o impacto das formas externas é preponderante em todos os processos. *Por esse motivo, sua organização do espaço é dependente*” (SANTOS, 2005, p. 45, grifo nosso) e marcado pelas enormes diferenças de renda na sociedade, em que no nível regional é marcada por uma tendência à hierarquização

das atividades e, no lugar, pela coexistência de atividades de mesma natureza, mas de níveis diferentes (SANTOS, 2008).

Nesta perspectiva haveria, pela situação dependente, uma espécie de alienação do espaço do homem (SANTOS, 2012) no qual o Estado prepara as condições para que as firmas de grande capital tecnológico, sobretudo estrangeiras, possam apropriar-se da mais-valia social local.

A partir de meados do século XX, em função da instalação de objetos técnicos no território, deu-se a intensificação do processo de urbanização no terceiro mundo onde o modelo industrial adotado era limitado em relação à empregabilidade de força de trabalho, porque baseado em capital intensivo e não em trabalho intensivo, desse modo, o progresso técnico no meio informacional alterou significativamente a composição técnica do capital reduzindo a demanda de mão de obra.

Este novo cenário urbano e social, marcado pela incapacidade de criação de oportunidades salariais em função do forte aumento da pobreza urbana e do sub-emprego massivo nos países da periferia suscitou interpretações teóricas dualistas (MONTENEGRO, 2011) com forte preconceito à economia da pobreza, tratando-a como empecilho ao progresso e impedindo os países da periferia de seguir o etapismo do desenvolvimento.

Defronte aos problemas estruturais de absorção da mão-de-obra nas cidades do Terceiro Mundo, a análise dualista como sublinha Silveira (2015) tinham como horizonte a tese de haver diferenciação de setores na economia subdesenvolvida em um setor *moderno, formal e capitalista* e outro oposto *tradicional, informal e não-capitalista*. O modelo dualista tornou-se um paradigma que apregoava que o problema dos países subdesenvolvidos seria o setor informal, e não o desemprego.

A teoria dos circuitos é ainda, no plano teórico uma contraposição ao modelo dual, para Milton Santos, o circuito inferior, tido como “informal” é também dotado de racionalidade “parece inadequado referir-se ao circuito inferior como tradicional, visto que é um produto da modernização e está num constante processo de transformação e adaptação.” (SANTOS, 2008, p. 47/48).

Os teóricos dualistas do subdesenvolvimento acreditavam em uma oposição contrastante entre o setor desenvolvido e o subdesenvolvido, como se fossem dois todos desconectados e paralelos, de um lado, um setor formal, eficiente e racional e de outro, um setor informal/tradicional, arcaico e improdutivo. Este modelo positivista escamoteava a

realidade urbana de um mundo que se urbanizava intensa, desigual e aceleradamente. É a partir desse novo paradigma que o urbano é interpretado tendo como horizonte as contradições resultantes do processo de internacionalização da economia capitalista e os impactos nos Estados Nacionais, mormente em suas grandes cidades.

A análise dual assumia que cada um dos setores teria sua própria história onde sua estrutura e dinâmica seriam amplamente independentes daquelas da outra parte. Nessa direção apenas um setor da sociedade, o moderno, teria sido afetado pelas pujantes relações econômicas com o mundo capitalista “e essa parte, diz-se, modernizou-se, fez-se capitalista e se desenvolveu de maneira relativa precisamente graças a esse contato” (FRANK, 2021, p. 8). O setor tradicional não granjeou mesmo contato, por isso tornou-se isolado, um setor de subsistência e pré-capitalista.

Neste diapasão de crítica das teorias dualistas, André Gunder Frank (2021) afirma que não poderíamos esperar a formulação de uma teoria e de uma política adequadas do desenvolvimento para os que sofrem com o subdesenvolvimento, sem primeiro aprender como sua história social e econômica passada a conduziu a seu atual subdesenvolvimento, essa é a “historicização da pobreza” que Santos (2008) reclamou ser necessário elaborar e buscou fazê-la na teoria dos circuitos.

Santos (1977) em sua crítica à razão dualista procurou destacar as particularidades dos circuitos econômicos com o objetivo de evitar comparações errôneas que frequentemente eram feitas entre o que ocorre no mundo subdesenvolvido e a realidade dos países do centro capitalista. Ele partia de um pressuposto diametralmente oposto ao dualismo, rompia ele com a tese da diferenciação entre os setores moderno e tradicional. Para ele tal modelo era infértil por não levar em conta a especificidade espacial dos países do sul, no qual a pobreza atual das massas é antes de tudo uma questão ligada direta ou indiretamente às influências externas do país, onde o planejamento capitalista é o responsável direto pela entrada rápida e brutal do grande capital nas nações pobres.

A abordagem da pobreza, para Milton Santos, requer a consideração dos efeitos da modernização nas escalas internacional e local sobre a economia urbana nos países pobres, bem como a relação das atividades da economia pobre com a economia moderna. Na interpretação de Santos (2013) as atividades da economia pobre, ou seja, uma divisão territorial da pobreza, por sua densidade, cumpre um papel motor na economia urbana e que

permite a sobrevivência daqueles que não podem acessar de modo regular os bens de consumo indispensáveis ao funcionamento social.

Destarte, desde que o autor em discussão afirmou a existência de um circuito inferior que se perfilava contrário à ideia de informal, tradicional ou atrasado, houve significativo avanço quanto a análise da economia urbana. Conforme Santos (1977), não existiria dois conjuntos de forças atuando na dinâmica urbana: de um lado, uma força moderna e de outro, uma força tradicional. O que se quer dizer é que, as diferentes situações de desenvolvimento nos países do sul, são produtos de uma mesma causa, de um mesmo conjunto de fatores, seriam ambas corolário da modernização tecnológica no período da globalização, de uma situação de bipolarização, mas nunca de dualismo.

As análises dualistas, cujo fundamento é a existência de setores moderno e tradicional como resultado de processos e causas diferentes apresentava problemas de método, deveríamos, assim, considerar as relações de complementaridade e de concorrência entre os circuitos, mas nunca de uma oposição orgânica em termos de causa e manutenção das atividades de diferentes níveis.

O enfoque da informalidade e do dualismo anesthesiava a historicidade à pobreza, porque partia do princípio de que os pobres não se relacionavam ou não faziam uso de determinadas variáveis chave do período, como se esses não participassem do mesmo tempo histórico que os atores hegemônicos (MONTENEGRO, 2006). Assim, o principal problema da premissa dualista era sua forma parcial e fragmentada de abordar a realidade e, por fim, as recomendações políticas a que conduz, se seguidas, só servem para intensificar e perpetuar as próprias condições de subdesenvolvimento que se supõe que pretendem remediar (FRANK, 2021).

Queremos lembrar de maneira categórica, onde Santos (2008, p. 56) afirmou: “[...] não há dualismo: os dois circuitos têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados”. Continua ele,

Essa abordagem baseada na oposição entre o moderno e o tradicional no campo, e principalmente na cidade, é, sem dúvida, a mais adotada. Tal posição pode ter sido válida nos períodos históricos precedentes, mas não pode se justificar atualmente, quando a difusão das inovações tornou-se geral e fácil, impedindo de se falar em ‘conflito’ entre o moderno e o tradicional (SANTOS, 2008, p. 59).

As tendências da modernização contemporânea são controladas e dissipadas pelo poder da grande indústria que é representada pelas firmas multinacionais. Este é um período

novo da história, no qual, os países da periferia do sistema mundo capitalista, são atingidos por profundas repercussões (SANTOS, 2008). Nas palavras dele

[...] pela primeira vez na história desses países, variáveis elaboradas no exterior tem uma difusão geral sobre toda ou sobre a maior parte do território e afetam todos os habitantes embora em diferentes níveis [...] elas geram, ao mesmo tempo, ambas forças a de concentração e a de dispersão, cuja interação define os modos de organização espacial (SANTOS, 2005, p. 95).

A difusão de inovações técnicas tem profundas repercussões nos países subdesenvolvidos, o exemplo mais claro disso é que, variáveis elaboradas de fora, como a informação e novas formas de consumo se alastram sobre o território nacional, chegando às áreas mais remotas. "A escala e as condições das novas formas de produção dependem do progresso tecnológico emanado dos polos" (SANTOS, 1977, p. 36), estas são ações verticais que organizam e reorganizam o espaço dos países subdesenvolvidos em função dos interesses distantes e alheios ao lugares.

Outra questão a se considerar sobre os impactos da modernização contemporânea é que ela forja um modelo produtivo onde “a indústria é cada vez menos uma resposta à necessidade de geração de empregos” (SANTOS, 2005, p. 95), este número limitado de empregos ocorre porque a indústria moderna utiliza capital intensivo e não *trabalho intensivo* dessa forma ela é cada vez menos uma resposta à necessidade de geração de postos de trabalho.

Nesse *espaço nacional da economia internacional* a agricultura também se moderniza. Essa é uma das explicações ao êxodo rural e à urbanização terciária (SANTOS p, 2020). Nas cidades dos países subdesenvolvidos o mercado de trabalho se deteriora e grande parte das pessoas não possui renda ou emprego permanentes. Portanto, a modernização tecnológica no processo produtivo desloca necessariamente porção da força de trabalho para o setor de comércio e serviços. Assim, onde um grupo de trabalhadores realizava técnica e socialmente o trabalho, agora, pelo aumento da capacidade técnica há redução dos trabalhadores e, frequentemente demanda de mão de obra especializada (SANTOS, 2013).

A modernização implica redução, que, implica marginalização. Conforme Santos, há neste sistema dado entre modernização e exclusão, uma dialética infernal,

Se, por um lado, a economia incorpora um certo número de pessoas ao mercado de trabalho efetivo, através de empregos recém-criados, por outro ela expulsa um número muito maior, criando de um só golpe o subemprego, o desemprego e a marginalidade. O número desses ‘postergados’ aumenta cada vez mais (SANTOS, 2013, p.42).

Tal condição de redução de mão de obra representa a mudança técnica do sistema capitalista no meio informacional. Este novo cenário de limitações no campo do emprego resultou em uma multiplicação das atividades de pequena escala e profunda segmentação nas cidades em relação as possibilidades de consumo.

Neste contexto, como explicitou Milton Santos, a cidade não poderia mais ser estudada como “um todo maciço”, mas sim, como um sistema formado por dois subsistemas que foram denominados por ele de circuito superior (incluindo sua porção marginal) e, um circuito inferior.

A emergência dos dois fluxos econômicos nas cidades dos países subdesenvolvidos é um dos aspectos da instalação deste novo meio geográfico, tais circuitos estão amalgamados com um modelo de sociedade que se forma e reproduz a partir da criação necessária de desemprego, aliada a uma difusão inédita do consumo e de uma explosão demográfica, criaram dois sistemas do processo de circulação da mercadoria

É neste sentido que o autor afirma que

A presença de uma massa populacional com salários muito baixos, dependendo de trabalho ocasional para viver, ao lado de uma minoria com altos salários, cria na sociedade urbana uma distinção entre os que têm permanente acesso aos bens e serviços oferecidos e os que, mesmo apresentando necessidades similares, não podem satisfazê-las. Isto cria ao mesmo tempo diferenças qualitativas e quantitativas de consumo. Estas diferenças são, ambas, causa e efeito da existência, isto é, da criação ou manutenção, nestas cidades, de dois sistemas de fluxo que afetam a fabricação, a distribuição e o consumo de bens e serviços (SANTOS, 1977, p. 37).

Os dois circuitos de produção, distribuição e consumo da economia urbana são a expressão espacial desta discrepância de renda, eles respondem aos diferentes níveis de acesso da população ao conjunto de bens e serviços. Ambos resultam das modernizações tecnológicas no meio técnico informacional, estão ligados por uma relação de concorrência e complementaridade e obedecem às mesmas leis do desenvolvimento do sistema capitalista (SANTOS, 2008; 2013).

Este modelo ornitorrinco, para usar a expressão de Francisco de Oliveira (2003), juntamente com a explosão demográfica (SANTOS, 2013) criou uma realidade onde, por um lado, houve e continua a existir forte concentração riqueza e alta produtividade fundadas no mais recente progresso tecnológico, e, por outro lado, profusa pobreza, desemprego estrutural e a pulverização de um conjunto de atividades de baixa produtividade acolhedora da mão de obra deslocada dos setores mais modernos.

1.2 Os dois circuitos da economia urbana: elementos e (re)definições

A teoria dos dois circuitos da economia urbana como caminho proposto de método para a reflexão sobre as cidades dos países subdesenvolvidos começou a ser elaborada ainda no final da década de 1960, quando, então, Milton Santos esboçava que a cidade era uma totalidade formada pela existência de um circuito moderno ao lado de um circuito tradicional. Contudo, por serem os termos “moderno” e “tradicional” portadores de ambiguidades e significados distintos, adotou o autor, posteriormente, os termos de “circuito superior” e “circuito inferior”.

Afirma o autor supracitado, categoricamente, que os circuitos são um fenômeno do período atual, resultado da modernização tecnológica realizada desigualmente no espaço dos países dependentes². Assim, os circuitos são uma realidade dos países do sul global, e, constituem um dado exclusivo do período da globalização, sendo que

Um dos circuitos [o superior] é o resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro [o inferior] é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas (SANTOS, 2008, p. 38).

Santos defende ainda que a teoria dos circuitos não explica apenas o funcionamento da cidade, mas também, elucida as relações que a cidade mantém com sua região de influência e com outras cidades, são circuitos de produção, circulação, distribuição e consumo que alcançam circuitos espaciais distintos no território, ou, como interpreta Montenegro (2006, p. 11, grifo nosso) eles são as “[...] expressões das clivagens presentes nas cidades dos países mais pobres, os circuitos *constituem um retrato da dinâmica da divisão do trabalho*”.

Portanto, as sucessivas e desiguais modernizações provocam a seletividade espacial do uso do território – que também correlata à seletividade social – já que nem todos os

²No seio da discussão da economia urbana dependente, os autores liberais frequentemente comparavam a situação atual dos países subdesenvolvidos com a dos países desenvolvidos na época da revolução industrial. Do mesmo modo, afirma Milton que era feita uma comparação entre os circuitos e a situação da produção e do emprego na época mencionada. Santos admite que há semelhanças, mas estas, não representam igual condição e mecanismos, nas palavras dele “poder-se-ia falar em pobreza com segurança nos países do centro e pobreza sem segurança nos países atrasados. Essa é a diferença fundamental entre as duas realidades, mais que qualquer outra razão, isso contribui para explicar por que não se pode falar da existência de um circuito inferior da economia urbana em países desenvolvidos” (SANTOS, 2008, p. 74).

lugares e seus arranjos produtivos interessam igualmente às corporações. Outro dado dessa seletividade e hierarquia é que as infinitas firmas por sua disponibilidade econômica e instrumental técnico, não podem utilizar igualmente as variáveis do período ou movimentar iguais cifras de capital, dessa forma tais circunstâncias são determinantes no modo com que agem no território.

Outrossim, dois circuitos são definidos por um conjunto de atividades realizadas em dado contexto e pelo setor da população que dele se utiliza através da produção e consumo, contudo, é certo não haver rigidez, todas as classes podem consumir fora de seu circuito característico.

Os elementos que distinguem os circuitos – e que asseguram sua atualidade – são: *os níveis de capital, tecnologia e organização* utilizados no desenvolvimento das atividades, “quando estes são altos, trata-se do circuito superior, incluindo sua porção marginal; quando são baixos, trata-se do circuito inferior” (MONTENEGRO, 2011, p. 152), apesar da diferença, é importante destacar a interdependência e indissociabilidade dos circuitos por meio de relações de complementaridade, porém, a complementaridade dos circuitos não substitui a concorrência e hierarquia que o circuito inferior é submetido, assim, ele é profundamente subordinado e depende da conjuntura criada pelo superior.

Santos insiste que

[...] uma melhoria no mecanismo de trocas muito pouco significará se o fluxo da mais-valia continuar empobrecendo uns e enriquecendo outros. [...] A eliminação da situação de dependência do circuito inferior em relação ao circuito superior só será possível com uma mudança estrutural. O ideal, evidentemente, seria que ‘o circuito inferior se tornasse menos inferior, mas isso só poderia ocorrer se o circuito superior se tornasse menos superior’. Do contrário, a situação de dependência continuará e até se agravará, embora sob formas diferentes (SANTOS, 2013, p. 71, grifo do autor).

Destarte, se o circuito superior comporta as atividades vinculadas a expansão do meio técnico científico e informacional, com vistas a ampliação da acumulação de capital, o circuito inferior também contribui, porém, a partir de atividades menos capitalizadas, como asseverou Milton Santos (2013, p. 64) em nota de pé de página, “uma coisa é certa atualmente: os artesãos e os pequenos comerciantes participam, de bom grado ou não, do processo global da economia capitalista” e por isso o crédito desburocratizado é indispensável ao consumo das massas, já que a classe subalternizada não acumula renda (MONTENEGRO, 2011), tal fato fora apontado por Milton Santos quando sublinhou que

A maneira pela qual o circuito inferior opera está diretamente ligada à maneira pela qual o circuito superior opera em todos os níveis: local, nacional e internacional [...] a economia urbana da pobreza, isto é, o circuito inferior, é explorada pelo outro setor

através das condições do comércio, que limita a capacidade dos pequenos fabricantes de se desenvolverem cumulativamente durante períodos prolongados. Na verdade, é preciso ir ainda mais longe, pois a provável função essencial do circuito inferior é difundir o modo capitalista de produção entre a população pobre através do consumo, e absorver para o circuito superior a poupança e a mais-valia das unidades familiares, por intermédio da máquina financeira, de produção e de consumo (SANTOS, 2008 p. 70, grifo nosso).

Naquele momento, meados da década de 1970, Milton Santos apontou como atividades mais expressivas do circuito superior: bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores e, por profunda dependência ao setor externo.

Tais atividades se caracterizavam pela monopolização, no qual o essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam, tendo por cenário a formação nacional e o exterior, este é um circuito de alta capitalização e potente capilaridade, engloba as atividades desenvolvidas para servir ao progresso tecnológico, financeiro e industrial, e, à população que dele se beneficia. Com o aprofundamento e adensamento da divisão internacional do trabalho, no período da globalização, Silveira (2015) nos sugere que dada a centralidade da técnica e das finanças, deve-se incluir a este circuito as corporações globais, multissetoriais, firmas do *entertainment*, sistema financeiro e fundos de investimento. Trata-se de novas atividades dominantes no período.

Quanto ao circuito inferior este é formado de atividades de pequena dimensão voltadas sobretudo às populações pobres, trata-se de formas de fabricação por capital pouco ou nada intensivo, pelos serviços não modernos fornecidos a varejo e pelo pequeno comércio não moderno, estejam estas atividades fixadas em pontos ou circulando por intermédio dos ambulantes. Ele concerne aqueles que parcial ou nada se beneficiam do recente progresso tecnológico (MONTENEGRO, 2011).

Ao contrário do circuito superior, este sistema é “bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região” (SANTOS, 2008, p. 22), este é um dado marcante da escalaridade do circuito, apesar que, como destaca Montenegro (2009) na fluidez contemporânea o circuito inferior tende a participar de circuito espaciais de produção mais abrangentes.

Santos (1977) nos lembra que tanto o circuito superior quanto o inferior são dados constitutivos da conjuntura espacial, o superior cria tal conjuntura utilizando o território para fins corporativos. Por outro lado, o inferior só pode se adaptar a ela, podendo apenas utilizar o território apenas como abrigo. O autor destaca ainda que embora as

transformações no interior dos sistemas ocorram de maneira mais acelerada no circuito superior, é necessário atentar também que o subsistema não-moderno (inferior) é dotado de racionalidade e por isso adquire novas feições em função das circunstâncias impostas.

Abaixo, na tabela 1, são mostrados os elementos e características das atividades de cada circuitos propostos por Milton Santos sob o contexto da década de 1970. Insistimos que a definição e compreensão de cada um dos dois circuitos não pode restringir-se apenas à enumeração de seus elementos ou pelo isolamento de seus elementos pois sua concretude se dá necessariamente a partir do conjunto das atividades realizadas em certo contexto e pelo setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo, “cada circuito aparece como um subsistema; quando consideradas dentro da economia urbana total, cada circuito aparece como um complemento do outro. Há interação entre os dois circuitos, ainda que o circuito superior seja dominante” (SANTOS, 2008, p. 52/53).

Tabela 1: Elementos característicos das atividades dos circuitos

Variáveis	Circuito superior	Circuito inferior
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade, qualidade inferior
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos à discussão entre comprador e vendedor (<i>haggling</i>)
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios

(exceção produtos de luxo)		
Relações com a clientela	Impessoais e/ou com papéis	Diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização dos bens	Nula	Frequente
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividades voltadas para o exterior	Reduzida ou nula

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Santos (2008, p. 44).

A simples caracterização não constitui a compreensão da totalidade existente, mas, tendo clareza da imbricação entre os sistemas podemos apontar como horizonte de método em nossas análises que as formas de funcionamento do circuito superior serão sempre intensivas em capital e tecnologia, o que possibilita “o controle da economia por inteiro” (SANTOS, 2008, p. 47), por este motivo a realização do circuito inferior estará sempre sob jugo das normatizações impostas verticalmente pelo circuito moderno.

Em relação aos três elementos fundamentais dos circuitos (tecnologia, capital e organização), o circuito superior opera por meio de crédito bancário no qual as grandes firmas criam e controlam seus bancos como uma forma de monopolizar as atividades. O subsistema não-moderno também depende de crédito bancário, todavia, o volume de crédito granjeado é ínfimo, por isso, os agentes deste circuito não possuem condições de acumulação ou de movimentação intensa.

O sistema moderno se constitui por organização burocratizada o que explica relações de trabalho e de comércio impessoais, inflexíveis e hierárquicas, restringindo a possibilidade de barganha. Já no circuito inferior, a organização burocratizada é dispensável, é pelas relações contíguas que ele pode reproduzir-se. No subsistema superior,

se utiliza invariavelmente tecnologia importada de alto nível, uma tecnologia “capital intensivo”, enquanto no circuito inferior a tecnologia é “trabalho intensivo” e frequentemente local ou localmente adaptada ou recriada" (SANTOS, 2008).

A forma distinta de funcionamento de tais variáveis conduz a igualmente distinta relação com o dinheiro e com o lucro, no superior trata-se de uma questão de acumulação que garante, conforme Silveira (2004), a reprodução do segmento de dada atividade e renovação dos instrumentos produtivos e do aparelho tecnológico, como também e cada vez mais recorrente, o investimento em outros segmentos de atividades.

Já no circuito inferior, a acumulação sequer existe, "trata-se antes de tudo de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível, de certas formas de consumo particulares à vida moderna" (SANTOS, 2008, p. 46), os volumes de dinheiro adquirido não ultrapassam o limite da sobrevivência.

O funcionamento do circuito superior está baseado nas necessidades de uma produção capital intensivo local ou exógena. As suas firmas dispõem dos meios suficientes para criar novos gostos e atrair a clientela, dessa forma, criam e impõem a demanda. Já o circuito inferior, ao contrário, decorre das necessidades de consumo de enorme cifra da população urbana com baixo nível de vida.

Estes níveis de organização, capital e tecnologia condicionam diretamente a forma e a capacidade de ação dos agentes econômicos. Ainda é um fato que a maioria dos agentes do circuito inferior só podem agir localmente, é na escala do lugar e na região que as atividades desse sistema se integram. Por outro lado, o circuito superior apesar de agir localmente, suas atividades se conectam com as de outras cidades de maior relevância. Até mesmo as metrópoles dos países periféricos se integram com as de países estrangeiros para obter insumos e tecnologia (SANTOS, 2008), seu comando é sempre alheio ao lugar.

Dentro das grandes cidades, os fluxos dos circuitos não são indiferentes ao meio construído, por tanto, obedecem a uma divisão territorial do trabalho, seja ela nacional ou do lugar, assim os atores dos circuitos encontram localizações diferentes que, por sua vez, definem sua capacidade de produzir e consumir, revelando os acontecimentos que culminaram na segmentação. O espaço como conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação revela-se como território usado (SANTOS E SILVEIRA, 2001), onde cada ator a partir de sua força econômica encontra lugar.

Esses usos do território se realizam de forma dialética (SANTOS 2017, SILVEIRA 2015, MONTENGRO 2006), envolvem relações de complementaridade e concorrência, conformando esse espaço de todos. É assim que Silveira (2017) faz uma leitura da cidade como um *enorme espaço banal*, uma grande área segmentada de mercado, um espaço unificado mas fragmentado, onde nem mesmo as “ciudades que reconstruyen su presente a imagen de las variables hegemónicas están formadas solamente por el sector moderno (circuito superior), sino también por un circuito inferior, que no es un freno a la modernización sino su resultado [...]” (SILVEIRA, 2004, p. 8).

Portanto, assumindo que a cidade é todo em permanente movimento, composta de coisas e pessoas, objetos e ações, em movimento desigual e combinado, todas as atividades encontram o seu lugar. As ruas que margeiam o mercado central da feira (nosso objeto de estudo), como veremos no capítulo três, configuram o lugar do trabalho não qualificado, pouco rentável, que produz bens e presta os serviços mais comuns torna possível a sobrevivência de uma considerável massa populacional. As páginas que se seguem, tentam elucidar os processos pretéritos que conformaram este “reino do circuito inferior” na área central da cidade de Campina Grande, e, o modo como, no espaço de nosso tempo, se configura neste recorte o circuito não-moderno e sua relação com o ambiente construído.

CAPÍTULO II
A ÁREA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE, DO MEIO TÉCNICO AO MEIO
INFORMACIONAL.

Refletir sobre a sucessão dos meios técnicos na cidade de Campina Grande e suas implicações na morfologia da área central é uma construção que passa, necessariamente, pelo entendimento da formação socio-espacial³ da cidade, o que, por seu turno, não pode estar desvinculado dos processos da própria formação territorial do Brasil articulados à sua inserção na divisão internacional do trabalho. Nosso objetivo central não se direciona a refazer uma leitura geográfica desde o início da formação do povoado ao nosso tempo, até porque há vasta literatura sobre o tema.

Propomos neste capítulo uma reflexão, à luz da história, acerca da conformação da área central que ocorreu a meados do século XX e reverberou nova condição espacial para a urbe, reforçando as virtualidades que historicamente vinham se acumulando e tornando a cidade local de intensa atração de mercadorias, comerciantes, capitais, e, sobretudo, de objetos geográficos modernos que conferiram urbanização acelerada e a consolidação de Campina enquanto centro regional. Fazemos esta interpretação com base na proposta miltoniana dos meios geográficos, por entendermos que da sociedade e do seu espaço geográfico estão relacionadas com diretamente com a condição dos sistemas técnicos.

2.1 Breves considerações acerca da formação da economia urbana de Campina Grande e a conformação de sua área central.

Campina Grande na primeira década do século XX, dado o desenvolvimento exponencial de sua economia algodoeira, se inseriu em um meio técnico (COSTA, 2003), forjado a partir da instalação de objetos maquinicos que foram instalados na cidade com o objetivo de aumentar e fluidificar o escoamento da produção algodoeira. Até o primeiro lustro do século XX, o território campinense era ainda um meio pré-técnico onde a capacidade técnica e necessidades dos indivíduos não possibilitavam ou exigiam grandes transformações do ambiente. As técnicas de produção e beneficiamento eram modestas e locais, não possuíam existência autônoma, mas sim, constituíam um par cômico junto à

³ Usar o termo com hífen é uma sugestão de Marcelo Lopes de Souza (2018) presente na obra “Os conceitos fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial”. Para o autor, utilizar *socioespacial* trata-se de considerar a estrutura espacial sem levar em conta às relações sociais que a produziram, isto remete à ideia de *espaço palco* onde as coisas e objetos apenas se localizam. O termo *Sócio-espacial* carrega maior geografia pois diz respeito às relações sociais e ao espaço, simultaneamente, o que aponta para a ideia de um espaço socializado, historicizado, onde o fazer humano dá vida e movimento às formas. Por este motivo, cremos que seja mais apropriado utilizar tal termo para elucidar nosso objeto, tendo em vista que a reprodução dos usos do território cria e recria o espaço comercial ao longo da formação territorial da cidade.

natureza, natureza esta, que no contexto em discussão não representava apenas um quadro físico, mas também um quadro regulador das ações humanas.

A economia algodoeira se insere no processo de formação sócio-espacial de Campina Grande entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX. Esse foi o recorte temporal onde a produção e a circulação do algodão foram mais expressivas no espaço campinense, tendo como apogeu o período em que a urbe esteve como ponta de trilhos⁴ (1907-1957). A sua pujança mercadológica foi responsável por um conjunto de modernizações que a cidade recebeu ao longo do século XX.

Nesse sentido Aranha (1991) afirma que a expansão da economia algodoeira, em par indissociável com a ferrovia, produziu um efeito polarizador transformando a cidade em centro regional. Dito de outro modo, o autor em apreço parte do pressuposto de que Campina Grande não teria se transformado em empório mercantil de grande envergadura sem a modernização dos transportes que se assentou condições excepcionais de localização e de terminal ferroviário.

A partir do século XVIII, a demanda por matéria-prima pelo setor têxtil europeu aumentou significativamente, havendo uma sobrevalorização da cotonicultura pelo mercado mundial. O Brasil, em sua condição periférica e dependente, foi importante centro fornecedor do produto, tendo em vista que várias áreas nordestinas, por suas condições climáticas favoráveis, passaram a produzir algodão e foram se inserindo no circuito internacional. Não é demais lembrar que

A cultura algodoeira, num primeiro momento, não se apresentava como uma cultura de valor comercial. Na verdade, ela era uma cultura nativa, produzida em reduzidas proporções, servindo durante o longo período colonial, tão-somente como matéria-prima para vestir os escravos e as demais camadas subalternas. Essa cultura só adquire valor comercial no Brasil no momento em que, integrada ao mercado mundial, ela satisfaz a demanda vinda da Europa, que necessitava da fibra como matéria-prima para prover o processo de industrialização no setor têxtil, sobretudo na Inglaterra, onde esse setor cresceu mais que em qualquer outro país (ARANHA, 1991, p. 111).

A produção do algodão no Nordeste brasileiro, que vinha ocorrendo desde meados do XVIII com a difusão da máquina à vapor na indústria têxtil europeia, expandiu-se em razão da crise da produção norte-americana na segunda metade do século XIX por conta da Guerra de Secessão (COSTA, 2003; OLIVEIRA, 2019b), evento que comprometeu o abastecimento da indústria têxtil inglesa. Nesta conjuntura o Nordeste assumiu o protagonismo da produção brasileira, onde, conforme Andrade (1973), entre 1750 e 1940 o

⁴ As cidades Pontas de Trilho foram aquelas que constituíram pontos finais das linhas férreas.

herbáceo foi o principal produto nordestino, disputando terras e força de trabalho com a cana-de-açúcar. Ainda de acordo com o autor, especificamente no Agreste paraibano, tal cultural operou verdadeira “revolução agrária⁵”.

Campina Grande, no contexto em tela, que já se configurava como principal centro interiorano do Estado desde os tempos de vila no XVIII, “torna-se uma das principais cidades exportadoras de algodão do mundo” (MAIA; OLIVEIRA, 2017, p. 6). Isso porque o aumento da demanda fez com que a produção da malvácea fosse produzida em grande volume no sertão, cariri, agreste e também, em alguns momentos pontuais, no litoral. Tal fato, como expressa Aranha (1991), fez com que a Paraíba se colocasse em posição de destaque frente ao resto do país, mobilizando-se por inteira em torno do produto. Nas palavras do autor,

O Agreste e o Sertão, o Litoral e o Brejo, todas essas áreas se viram enredadas, ora mais ora menos, nos negócios de produção, beneficiamento e comercialização do algodão. No Brejo paraibano, por exemplo, nem os inconvenientes da friagem própria da elevada altitude, nem as chuvas excessivas, evitaram o surto algodoeiro num certo momento de sua História. Na atual cidade de Areia, localizada no coração da região brejeira, já na primeira metade do século XIX, havia quatro bolandeiras, além das existentes em outras povoações e sítios das imediações, o que prova que essa região efetivamente envolveu-se com a economia algodoeira (ARANHA, 1991, p. 119).

Na divisão territorial do trabalho do circuito internacional têxtil, a cidade de Campina se especializou a partir do início dos anos de 1900⁶ em funções de captação, beneficiamento e distribuição do algodão vindo das áreas adjacentes e que tinham como destino final o porto do Recife, atingindo cifras que fez de Campina, em alguns momentos deste período áureo, “a segunda maior praça mundial de comercialização da fibra dessa malvácea, perdendo só para Liverpool, na Inglaterra” (FARIAS; COSTA, 2023, p. 14).

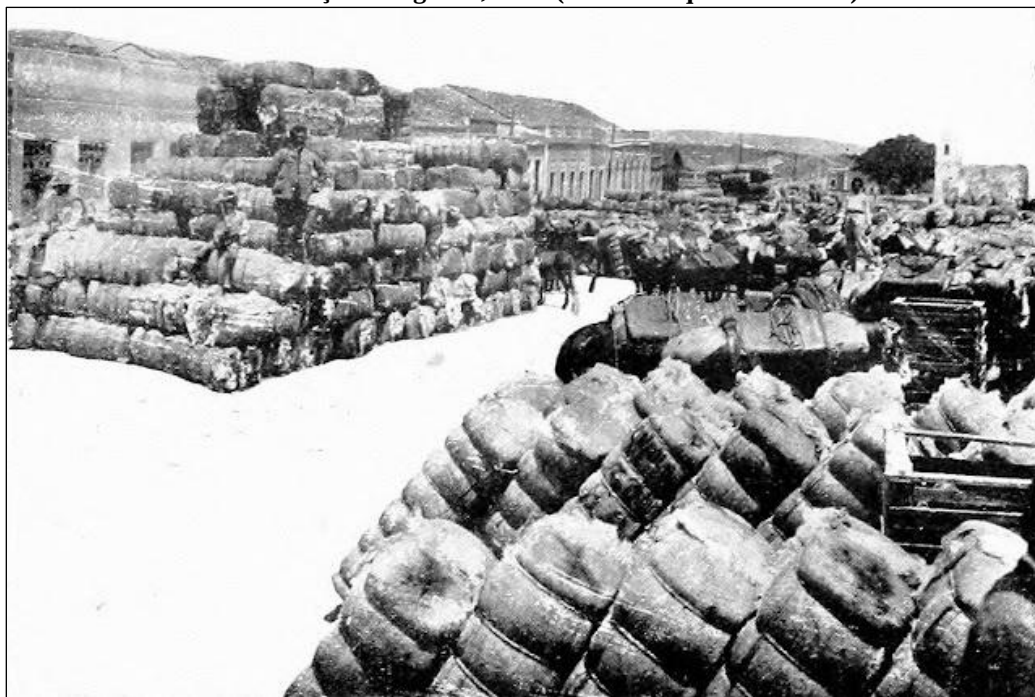
O algodão que chegava à praça campinense ocupava literalmente todos os recantos da urbe, pois a macha urbana até a primeira década do XX era ainda muito restrita (fotos 1 e 2) onde centro e cidade confundiam-se, a cidade não passava de um pequeno aglomerado em torno do centro inicial. No escrito de Diniz (2004, p. 34) podemos ler que os fardos de algodão “lotavam, desde os velhos e novos armazéns erguidos na sua praça comercial a

⁵ A revolução de que fala Manuel Correia de Andrade trata-se do papel econômico que assumiu o algodão após meados do século XVIII na região do agreste paraibano, tornando-se a principal cultura agrícola da época.

⁶ Aranha (1991) escreve que o primeiro contato de Campina Grande com o algodão ocorreu na esfera da produção. Só se pode a ela se referir como centro mercantil a partir do século XX, sobretudo com a chegada da estrada de ferro.

residências dos comerciantes e até a área das suas ruas e praças, onde eram ali mesmo pesados e comercializados”, criando um espaço coeso e especializado.

Foto 1: Praça do Algodão, 1922 (atual Marquês do Herval)



Fonte: Blog Retalhos Históricos de Campina Grande.

Foto 2: Rua dos Armazéns, 1930 (Marquês do Herval)



Fonte: Blog Retalhos Históricos de Campina Grande.

Campina Grande, assim como outros núcleos fundados nos séculos XVII e XVIII que se constituíam enquanto *vilas boca do sertão*⁷ e – em uma realidade esboçada por Santos (2020) como *urbanização pretérita* – se destacaram por suas virtualidades, localizações privilegiadas e, por corolário, pela (ainda que incipiente) importância regional exercida, receberam, após a segunda metade do século XIX e início do XX o incremento técnico *ferrovia*⁸.

Dado o contexto de inovações no capitalismo industrial, a modernização dos transportes não poderia ser outra, senão a construção de estradas de ferro. Este objeto, para usar a leitura miltoniana, era um conteúdo específico do seu tempo e expressava um conjunto historicamente determinado das formas de fazer e produzir. Nesse sentido,

toda técnica é história embutida. Através dos objetos, a técnica é história no momento da sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas), que permitiram a chegada desses objetos e presidiram à sua operação. *A técnica é tempo congelado e revela uma história* (SANTOS, 2017, p. 39, grifo nosso).

A ferrovia foi uma prótese técnica⁹ muito almejada por parte da elite brasileira, porque em uma época de transportes precários onde a única forma de comunicação e de fluxos de mercadorias entre as áreas se dava por meio de tropas de animais e cabotagem era a estrada de ferro um objeto símbolo da modernidade e, demasiadamente funcional à circulação de produtos, cumprindo, por seu turno, importante papel no escoamento da produção agrícola brasileira para o mercado externo, conferindo aos lugares que a acolheu maior centralidade e profundas mudanças morfológicas.

Maia e Oliveira (2017) ao fazerem um panorama da difusão da malha ferroviária no Brasil, sublinham que a implantação desta prótese técnica se deu primeiramente no Sudeste em meados do XIX, para atender as demandas da produção cafeeira e, no Nordeste, ao final do mesmo século, na faixa do litoral para o escoamento do açúcar, onde pouco a pouco adentrou o interior da região em função da produção algodoeira e dos produtos da pecuária bovina. O espraiamento deste objeto foi realizado a partir dos interesses e dominação

⁷ Cidades bocas de sertão eram as localidades de entrada para o sertão. Elas estavam situadas entre áreas povoadas e às que estavam em processo de ocupação.

⁸ Em estudo sobre as cidades bocas de sertão, Maia (2017) aponta algumas cidades que receberam a ferrovia, tornando-se pontas de trilho, devido ao seu exponencial desenvolvimento econômico ligado à posição geográfica de ligação entre sertão e litoral, são elas: Campina Grande-PB, Passo Fundo-RS, São José do Rio Preto-SP, Uberlândia-MG, Londrina-PR.

⁹ Para Milton Santos, os sistemas de engenharia quando adicionados ao território funcionam como verdadeiras “próteses”, mecanizando o espaço e produzindo fluxos cada vez mais velozes.

estrangeiros, sobretudo de influência britânica, o que nos remete à leitura de Santos (2017) quando afirma que a especificidade dependente dos países do sul é marcada por um sistema de ações que chegam até aqui não de modo cego, mas sim intencional e estrategicamente.

Nesta situação concreta,

[...] setores básicos da economia brasileira, tais como transportes e comércio, foram intensamente controlados por capitais e firmas britânicas. Esse controle foi exercido no comércio de exportação/importação, na construção e/ou restauração de portos, na instalação de estradas de ferro etc. Em relação a estas, por exemplo, esse controle era bastante visível e ocorreu sob a forma de 25 companhias inglesas atuando diretamente no Brasil aí por volta de 1895” (ARANHA, 1991, p. 7)

A ferrovia britânica foi um elemento técnico que representou uma progressiva racionalização da ação produtiva no espaço campinense. Este desenvolvimento territorial, dentro do debate de uma ação de seletiva no território e do espraiamento desigual da técnica e dos objetos, deve ser entendido a partir das questões econômica, política e social brasileira frente à relação entre centro e periferia no capitalismo global. Foi ainda, na leitura de Maia (2017), o elemento mais marcante do século XIX porque utilizada como instrumento de ordenamento e controle territorial.

Este sistema de ações que modernizou o transporte do algodão foi, do ponto de vista mercadológico, estratégico ao modo de produção e, imposto verticalmente a partir de lógicas alheias ao lugar, tendo como resultado uma série de outras modernizações necessárias à produtividade em Campina Grande, pois já não era viável que a produção fosse transportada em lombos de burros entre os grandes centros. Esse desdobramento foi, no entendimento de Costa (2003), o fator da integração do espaço campinense ao mercado algodoeiro externo, e, como sublinha Cardoso (1963), responsável por consolidar Campina Grande enquanto capital regional.

Em Campina Grande a ferrovia chegou em 1907. Até então era um lugar marcado pela temporalidade dos homens lentos, no qual a fluidez da circulação da mercadoria era ainda muito viscosa e o dinamismo da vida social era de caráter provinciano,

[...] antes da ferrovia alcançar a cidade de Campina Grande, o transporte de mercadorias, como tecidos, ferragens, louças, oriundos essencialmente do Recife com destino o sertão para abastecer as lojas dos comerciantes ou para consumo da elite; e os produtos cultivados no sertão, transportados para o litoral, era realizado pelos almocreves, que saíam do sertão fartos de produtos como couro, algodão, queijos, farinha de mandioca, etc. que eram transportados pelas tropas de burros até as cidades de Itabaiana e Timbaúba, onde a ferrovia já se fazia presente desde 1901 e 1888, respectivamente (OLIVEIRA, 2019a, p. 14).

Com a chegada da ferrovia à cidade, muitos negociantes e tropeiros do algodão deixaram importantes praças de comércio, a exemplo da praça de Mossoró-RN e dirigiram-se para Campina, tornando-a o principal centro regional deste produto (OLIVEIRA, 2019b). Na análise de Gonçalves et al. (1999, p. 34) sobre a questão urbana na Paraíba, as implicações na modernização dos transportes a partir do ramal *da Great Western of Brazil Railway Company*¹⁰ Ltda lembra o fato de que:

[...] a cidade de Campina Grande [...] passou a afluir praticamente a totalidade da produção do Agreste e do Sertão, que era transportada, através da estrada de ferro, para o Recife. Campina Grande consolida-se como centro polarizador da produção algodoeira de um vasto espaço regional, que incluía inclusive ligações com áreas do RN e CE.

Também Aranha (1991), em mesmo sentido, ao afirmar as implicações da ferrovia para a especialização campinense no comércio do algodão, escreve que:

[...] para essa praça convergia praticamente todo o comércio do interior de além-trilhos, na direção do oeste paraibano e de algumas áreas dos chamados Estados limítrofes. Desta forma, inúmeras áreas interioranas são polarizadas por Campina Grande, que realiza, através da estrada de ferro, a circulação mercantil entre as áreas sertanejas e as praças portuárias (ARANHA, 1991, p. 3).

Neste alargamento de contextos¹¹, Campina Grande foi o entreposto mais avançado na drenagem da produção do interior paraibano, dada a fluidez da ferrovia e sua excepcional virtualidade de Ponta de trilhos que deu vantagem concorrencial à Campina em relação as demais praças algodoeiras no interior nordestino, tomando a frente da praça de Mossoró-RN. Durante meio século (1907-1957) convergiu para a praça campinense quase todo o comércio de algodão do interior e assim, na área de influência do Recife, consolidou-se como importante capital regional (CARODOSO, 1963; ARANHA, 1991).

Entendemos com base em Milton Santos (1997) que a estrada de ferro, estação ferroviária e indústrias do algodão são fixos geográficos dotados de um conjunto de possibilidades que alteraram tanto a posição da cidade em relação à rede urbana paraibana, como imprimiram no espaço urbano uma série de metamorfoses morfológicas e, por consequência, dos fluxos, pois, como destaca Santos (2017, p. 192) “a instalação de

¹⁰ Conforme Oliveira (2019a, p. 12) em estudo sobre a rede urbana paraibana e a instalação das ferrovias, explica que “O ramal Campina Grande, chamado de Great Western é parte da Estrada de Ferro Recife ao Limoeiro, pertencente a Great Western Railway Company of Brazil. A Estrada de Ferro Recife ao Limoeiro, Timbaúba e ramal Campina Grande é formada por 3 grandes trechos: O primeiro e maior deles é o que trecho que parte do Recife, em Pernambuco, até Pilar, na Paraíba, perfazendo o total de 157,19 km. O segundo é o ramal Limoeiro com extensão de 23,086 km e por último o ramal de Campina Grande possuindo 80,19km. Os três trajetos tiveram temporalidades diferentes, tendo sido inaugurados entre os anos de 1881 e 1907”.

¹¹ O alargamento dos contextos é entendido por Santos (2017, p. 254) com as novas possibilidades de fluidez dadas pela expansão do intercâmbio e aumento exponencial de trocas entre os lugares.

materialidade; os fixos, permitem a movimentação de fluxos que nestes fixos se instalam, ambos, materialidade e movimento são condicionados pelas ações humanas e, transformam, reorganizam e recriam os lugares”, a condição do lugar é dada a partir dos eventos que acolhe.

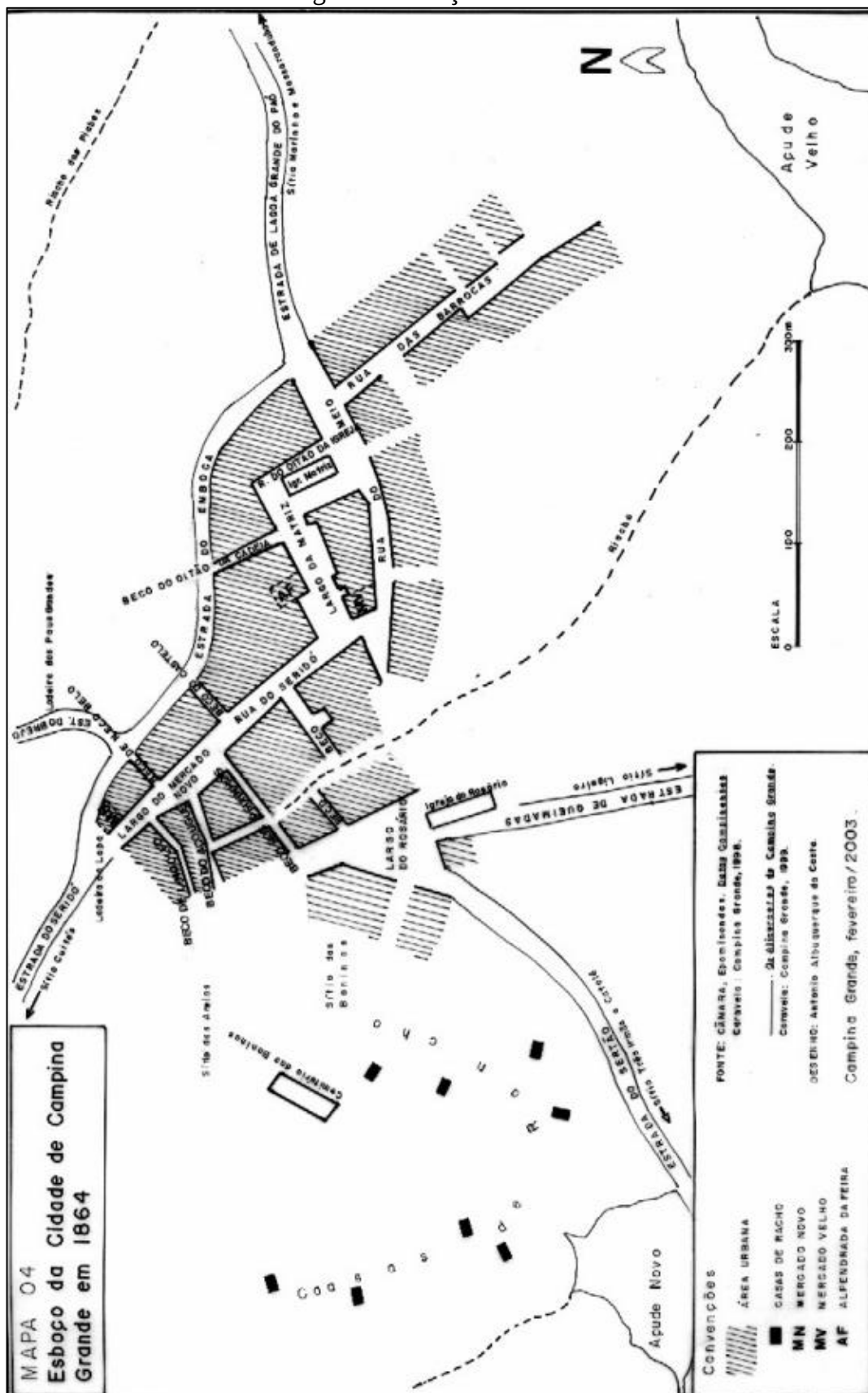
A relevância que representou a ligação entre Campina Grande e Recife pela produção algodoeira intermediada pela ferrovia produziu implicações também nas cifras populacionais, que, de acordo com Câmara (1998) houve inédito crescimento, tendo a quantidade total quase quadruplicada em cerca de quinze anos após a inauguração da ferrovia. A esse respeito, Câmara *apud* Farias e Costa (2023 p. 43) põem em relevo que:

em 1936, Campina Grande destacava-se como a mais importante cidade do interior nordestino, com uma população aproximada de 100.000 habitantes e 6.121 imóveis na zona urbana, tinha quatro prensas hidráulicas, cinco estabelecimentos bancários, fábricas (três de tecido, três de sabão, duas de gelo, uma de cama e lavatório de ferro, uma de mosaicos etc.), um curtume, colégios, cinemas, sociedades recreativas e culturais. Foi o momento em que o prefeito Vergniaud Wanderley iniciou a primeira etapa da grande reforma arquitetônica da cidade.

Foi um crescimento em condições inéditas porque de 1864 – ano de elevação da categoria de Cidade – até a chegada da estrada de ferro, a urbe não passou por grandes mudanças ou acolheu a grandes eventos¹². Neste pedaço de tempo, conforme nos diz Câmara (1998, p. 50), eram as “mesmas igrejas embora remodeladas, as mesmas casas de mercado, os mesmos açudes, os mesmos comboios de almocreves, o mesmo movimento de boiadas, o mesmo *modus vivendi*, a mesma rotina, os mesmos costumes”. Costa (2003), ao estudar a sucessão dos meios geográficos no espaço campinense, produziu, com base nos relatos de Câmara (1998, 1999), representações espaciais da vila e da cidade recém-emancipada, representações estas que coincidem com aquilo que consideramos como conformação do núcleo primaz (Imagem 1).

¹² Conforme Maia a cidade sofreu as primeiras implicações morfológicas condicionadas pela economia algodoeira nas décadas de 60/70 do oitocentismo, houve, nas palavras da autora “a primeira expansão em torno da igreja matriz a partir de caminhos e ruas que iam sendo abertos, impulsionados pela lógica mercantil que tomara maior ritmo desde a construção do denominado Mercado Novo, inaugurado em 1864” (MAIA, 2009, p. 975). Contudo, estas mudanças eram ainda singelas e o traçado urbano era constituído por algumas ruas e poucas casas.

Imagem 1: Esboço da cidade em 1864.



Fonte: Costa, 2003.

Imagem 2: Representação do arruamento em 1907.

0



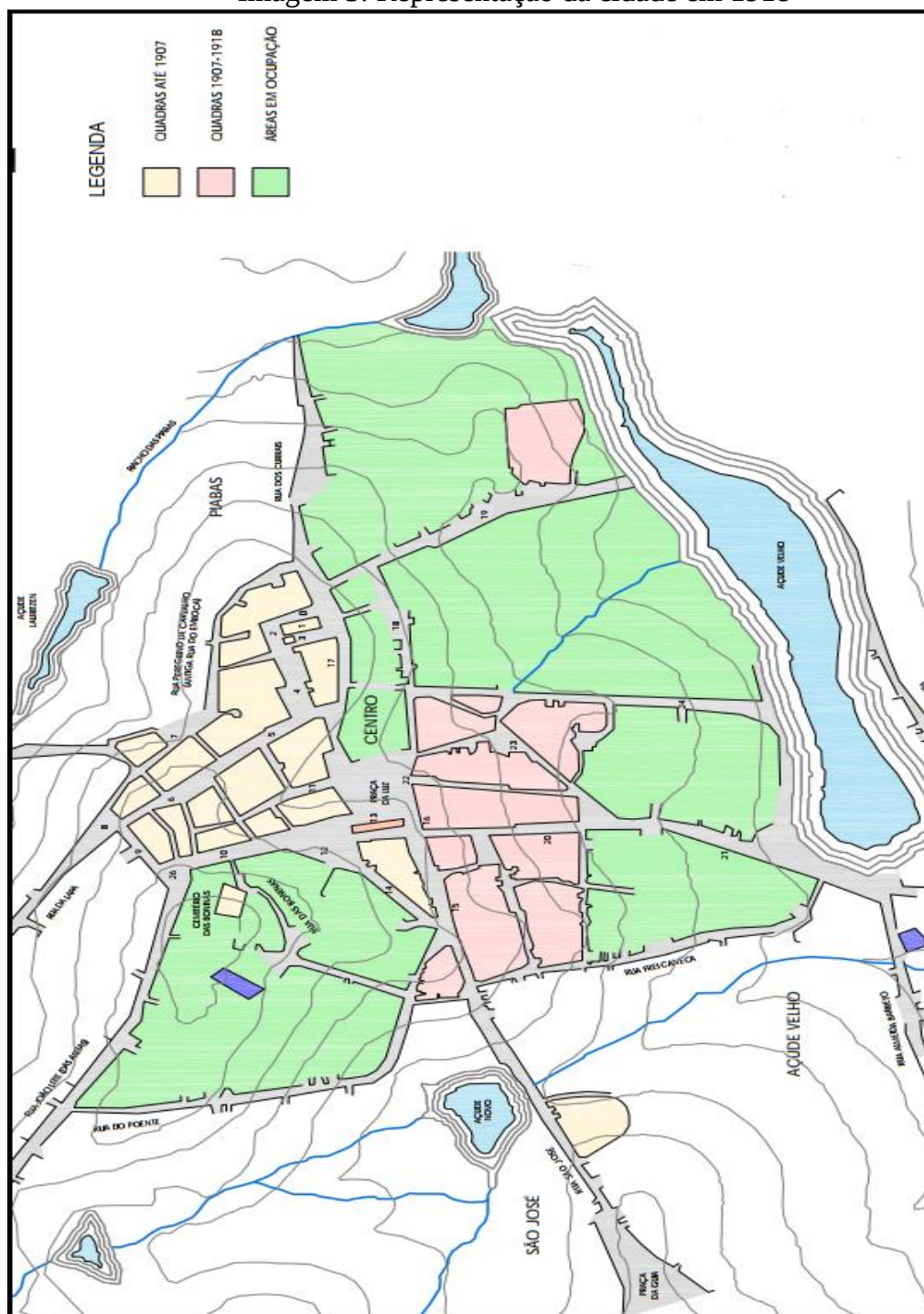
É consenso entre todos os autores citados que as maiores metamorfoses do quadro urbano da cidade, bem como a instalação de modernos objetos, se deram após a condição de ponta de trilhos, atraindo por seu turno, uma série de outros objetos técnicos como: indústrias têxteis, fábricas de óleo e sabão, bancos, hospitais, cinemas, bonde, telégrafo, luz elétrica – estes eram vetores da modernização que pareciam estar distantes a uma cidade do interior – assim, Campina Grande passou a apresentar nas primeiras décadas do século XX um espaço híbrido entre objetos maquinicos e, formas rugosas de produzir.

A chegada da ferrovia e com ela todas as suas determinações, conduziu a expansão urbana em Campina Grande porque junto a ela uma série de equipamentos urbanos também chegaram, ela própria foi uma expansão do núcleo primaz localizando-se cerca de 1km de distância, constata-se pela conformação do espaço urbano campinense, um significativo crescimento entre 1907 e 1918. Como ressaltado por Corrêa (1989, p. 39), “próximos aos terminais vão se localizar “aquelas atividades, muitas delas então nascentes ou em ampliação, voltadas para o mundo exterior à cidade, o comércio atacadista, depósitos, escritórios, e a indústria: a localização junto aos terminais de transportes era essencial, significando diminuição de custos”.

Na verdade, o espaço urbano campinense mais que dobrou em apenas 11 anos (ARANHA, 1991), segundo dados de Câmara (1998, p. 154), as quatro primeiras décadas do século XX se caracterizam pela alentada reestruturação urbana e da área central, destaca ele que a cidade passou de 731 edificações em 1907 para 13.259 em 1947. Em termos populacionais, 17.041 habitantes em 1907, e, passados quarenta anos, atingiu a cifra 170 mil habitantes em 1947.

Após 1907, quando é inaugurada a estação ferroviária o ramal Campina Grande, a cidade iniciou, conforme destaca Oliveira (2019b), um processo de expansão da macha urbana (Imagem 3) justamente em direção à ferrovia, já que havia a distância de 1km entre a praça do comércio do algodão e a estação ferroviária/indústrias de beneficiamento e armazéns. Assim, “foi necessário construir ruas até a estação ferroviária [...] bem como estruturas urbanas e serviços, como cafés, lojas, estruturas de suporte aos trabalhadores ferroviários e as ferrovias, a exemplo da casa de turma, oficinas, etc.” (OLIVEIRA, 2019a, p. 11).

Imagem 3: Representação da cidade em 1918



Fonte: QUEIROZ, 2008.

Como expresso por Queiroz (2008) na representação acima, há considerável expansão no tecido urbano da cidade passada uma década da chegada do trem estas transformações foram a forma espacial do emergir do meio técnico, onde se conforma importantes setores secundário e terciário necessários ao capital algodoeiro. É a partir da segunda década do XX que esse meio maquínico tem presença arrojada, presença que se

expressa por meio da instalação de objetos modernos como serviços de telefonia, iluminação pública, fábricas de beneficiamento de algodão, bancos local e nacional, hospitais, etc.

Estes objetos possibilitaram a fabricação de inédito tempo de trabalho; o tempo como norma. Lembremos de Santos (1997, p. 82) quando escreve que os objetos mecânicos “despindo a roupa da Natureza e vestindo a da Técnica, a Cidade, coisa inteiramente histórica, impõe a ideia de um tempo humano, um tempo fabricado pelo homem, e torna possível tratá-lo (ao tempo) de forma empírica, contábil, concreta”, este tempo como norma passou a se superpor ao tempo como ação configurando o *modus operandi* da cidade moderna capitalista. Este inédito conteúdo técnico do espaço campinense, é, como diria Santos (2017), obrigatoriamente um conteúdo do tempo

Com a ferrovia, o fluxo de tropeiros aumentou significativamente para atender a demanda de matéria prima, bem como o fluxo de comerciantes forasteiros, pois, no início do século XX a indústria têxtil estava em pleno desenvolvimento. A instalação deste capital fixo constituiu no espaço campinense o processo de *Antecipação espacial* antes da instalação da estação não havia naquele recorte espacial nenhuma produção, dinâmica ou fluxos, essa condição muda significativamente com o incremento da estrada de ferro.

A montagem desse meio técnico, juntamente com o aprofundamento da divisão do trabalho impôs, como nos diz Milton Santos, “formas novas e mais elaboradas de cooperação e de controle, à escala do mundo, onde é central o *papel dos sistemas de engenharia* concebidos para assegurar uma maior fluidez dos fatores hegemônicos e uma maior regulação dos processos produtivos” (SANTOS, 2017, p. 255, grifos nossos). Desse modo, a dinâmica econômica algodoeira, estimulada pelo capital inglês, e por isso comandada sobre novas formas de controle, possibilitou maior inclusão e, por consequência, subordinação da cidade de Campina Grande ao centro do sistema financeiro.

A economia algodoeira e a instalação da ferrovia construíram um par indissociável e condicionante da aceleração da sua urbanização de Campina Grande no século XX. Estes elementos impulsionaram sobremaneira o crescimento econômico da cidade e a concentração de capital. A cidade recolhia, beneficiava e encaminhava a produção à cidade de Recife, o que a ela conferiu o status de segundo maior centro comercial nordestino. A produção algodoeira possibilitou no plano econômico grande concentração de capital

comercial e industrial e, no plano espacial, expansão da malha urbana e reestruturação morfológica.

Além da centralidade regional viabilizada por esse sistema de engenharia, foi possível também, mediante a ação da elite campinense que era requerente dos vetores de modernização juntamente com a municipalidade a realização de uma reforma urbanística. Do ponto de vista da arrecadação e renda pública, segundo Aranha (1991), o ano de 1940 foi o marco da hegemonia campinense no espaço regional. No ano seguinte, a arrecadação estadual em Campina Grande foi quase duas vezes maior que na capital, o que se seguiu durante os anos seguintes. Tal fato, é sintomático do crescimento acelerado posto em movimento pela especialização algodoeira e pelo comércio atacadista no qual elucida a importância que a urbe desempenhou regionalmente.

Nas décadas de 30 e 40 do século XX, o governo Vergniaud Wanderley projetou e executou obras que alteraram profundamente a estrutura da urbe, modificando o traçado original das primeiras ruas que seguiam os antigos caminhos do gado, o estilo arquitetônico colonial muito representativo das oligarquias, mas, sobretudo, delimitando as ruas comerciais e redefinindo os lugares de morar e de comercializar. Neste contexto, se instalou uma espécie de psicosfera da modernidade rejeitando a organização espacial considerada mal edificada do período anterior, que, à visão da municipalidade era antiquada, provinciana e representava um quadro que nada tinha a ver com a prosperidade econômica vivida na época do Estado Novo.

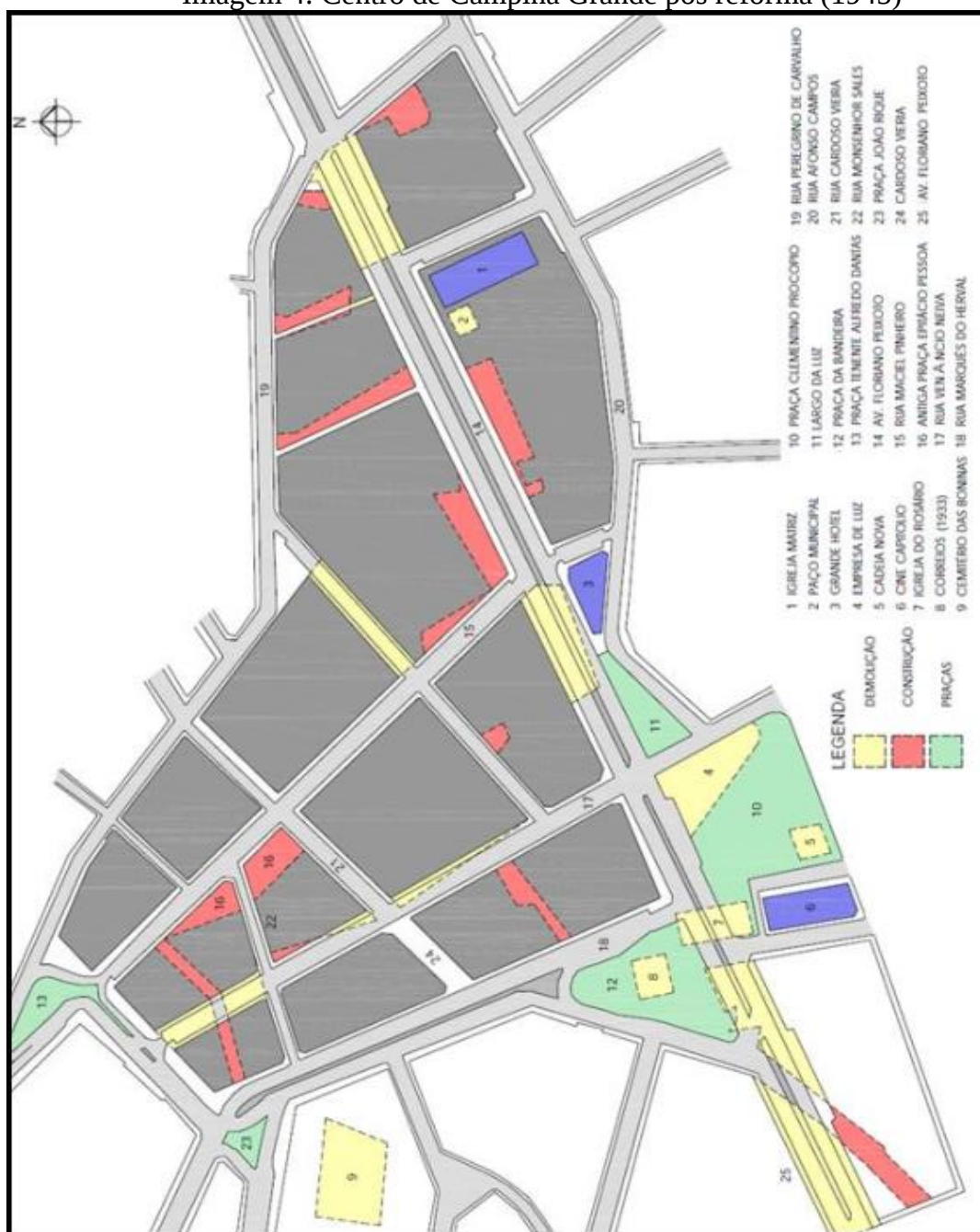
Neste sentido, Campina Grande era moderna do ponto de vista funcional, mas, *démodé* do ponto de vista de suas formas geográficas, condição esta, que urgia por reestruturação. Sobre a destruição das formas passadas pelas reformas urbanísticas, Maurício de Abreu explica que:

A vergonha do passado e a crença no futuro [...] se tornou uma ideologia avassaladora a partir da república, e isso explica porque foram tão bem-sucedidas, no século XX, as reformas urbanísticas radicais que tanto transformaram a face de diversas cidades brasileiras. Viabilizadoras desse futuro, essas reformas tiveram grande acolhida entre as elites modernizadoras do país, que jamais hesitaram em enfrentar qualquer apego a antigos valores, a antigas 'usanças' urbanas, taxando sempre esse comportamento como um indicador de conservadorismo, de atraso e de subdesenvolvimento (ABREU, 2011, p. 22/23).

O imperativo da reforma atingiu as ruas principais da cidade (imagem 4), que compunham a primeira morfologia, como nos lembra Diniz (2018), algumas ruas centrais foram se destinando exclusivamente ao comércio, como a Maciel Pinheiro, Marquês do

Herval, Eptácio Pessoa; Rua Irineu Joffily, Monsenhor Sales, Venâncio Neiva, Cardoso Vieira e, sobretudo a João Pessoa. Queiroz (2008, p. 175), apresenta um dado parcial que atesta um volume de “167 desapropriações para o prolongamento das ruas Floriano Peixoto, Venâncio Neiva e João Lourenço Porto e para alargamento das Paulo de Frontim, Cardoso Vieira e Maciel Pinheiro”. Estas ruas, juntamente com algumas outras constituem hoje o recorte onde os preços de alugueis são os mais elevados, dada a utilização intensiva do solo.

Imagem 4: Centro de Campina Grande pós reforma (1945)



Fonte: DINIZ, 2018.

As ações normadas da municipalidade em função da racionalidade econômica se impuseram com grande envergadura no território campinense, sobretudo nos locais de comércio, exigindo formas novas e mais elaboradas de cooperação e de controle entre os agentes econômicos. Um fato bastante elucidativo da nova realidade foram as exigências da gestão Wanderley para o modo intensivo de uso do solo na área central, conforme escrito abaixo.

O Prefeito, considerando que Campina Grande apesar de ser uma cidade bastante adiantada, distancia-se, porém, das outras cidades importantes do país, pelo seu aspecto material, pois as construções e reconstruções em suas principais ruas são geralmente feitas de um só pavimento; considerando que o poder Público tem o dever de interessar-se pelo embelezamento da cidade, pois, é ele inquestionavelmente que impressiona os que nos visitam; *considerando que para isso é preciso obrigar-se que as construções e reconstruções nessas ruas sejam de mais de um pavimento*, decreta: Art. 1 – Nas ruas João Pessoa até Major Belmiro Barbosa Ribeiro, Marquês do Herval, Maciel Pinheiro, Monsenhor Sales e Cardoso Vieira e nas Praças João Pessoa, do Rosário e Praça Epitácio Pessoa as construções e reconstruções só serão permitidas de mais de um pavimento (MAIA, 2017, p. 119, grifos nossos)

O processo de transformação da estrutura do centro primaz nas décadas de 1930 e 1940, constituiu intencionalmente uma *Área Central* na cidade, dando a ela os seus contornos, formas e funções. Os sobrados em obediência às normatizações transformaram as principais ruas centrais – que eram o reduto das famílias tradicionais campinenses, mormente a Rua Maciel Pinheiro – “em majoritariamente comerciais e de serviços, geralmente com loja embaixo e depósitos ou salas comerciais em cima, e foram o resultado dos esforços que agiram em prol da separação das funções urbanas no município” (QUEIROZ, 2008, p. 197), este foi um modelo burguês do urbanismo moderno que separava os lugares de morar e de comercializar, contudo, o autor ressalta ainda que nem sempre essa funcionalização do território citadino foi seguida à risca.

O processo de centralização foi, via de regra, na cidade capitalista industrial, fomentado pela indústria e terminais ferroviários que criaram no recorte onde foram instalados uma centralidade pela aglomeração das atividades econômicas. Nesta conjuntura, processo e estrutura, forma e função aparecem necessariamente como produtos e condição do desenvolvimento capitalista nos grandes centros (CORRÊA, 1989).

Em Campina Grande esta lógica não se fez diferente. A ferrovia teve papel de destaque ao ligar Campina com o mundo exterior a ela atraindo e concentrando atividades industriais, e, sobretudo, comerciais conformando forte praça mercantil que esboçou os contornos da área central que são conhecidos. Além disto, as relações de

complementaridade entre ferrovia e comércio demandou um transporte intraurbano, convergindo, todos os fluxos para o centro. Com a reforma a circulação e polarização foram potencializadas devido ao melhoramento da fluidez e das atividades comerciais presentes no recorte, era para estas ruas, dotadas de excepcional acessibilidade e repleta de objetos para comercializar que toda a população citadina, das cidades entorno, e, de terras distantes vinham fazer negócios de todos os tipos, buscar serviços em saúde, participar de festividades e encontrar lazer.

Ainda no espaço de nosso tempo é o principal recorte espacial onde os fluxos se concentram e dispersam com intensidade e rapidez em função do consumo, das trocas mercadológicas e do lazer.

Tal fato é representativa da teorização esboçada por Spósito (1991, p. 2), quando afirma que o centro é antes de mais nada “o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades, e em contrapartida é o ponto de onde todos se deslocam, para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela” (SPOSITO, 1991, p. 2); é o lugar de reprodução demasiada de capital, ou, como sublinha Maia (2017), ao estudar a centralidade em cidades médias,

essa porção da cidade sempre foi identificada como a área mais dinâmica, movida pelo fluxo de pessoas, veículos e mercadorias, decorrente da marcante presença do comércio, dos serviços varejistas, das instituições financeiras e administrativas, bem como, em determinado período do processo de urbanização, pela presença dos principais estabelecimentos de ensino, saúde e também religiosos. Tal concentração de atividades em determinado espaço da cidade gerou o que se denomina centralidade intraurbana (MAIA, 2017, p.94)

A área central sendo lócus das principais atividades de comércio e serviços e, da organização pública e privada da cidade possui uma natureza dialética de atração e dispersão, esse movimento é permeado por uma combinação específica de lógicas que permite sua centralidade, segundo Tourinho (2004, p. 4) são quatro lógicas que explicam a especificidades do centro:

a acessibilidade, a mobilidade, a adequação e a localização. A acessibilidade é um fator básico na definição do centro, posto ser ele o lugar de máxima atração na cidade. Já a mobilidade dá-se no próprio centro, como forma de permitir a circulação e evitar-lhe o travamento, daí ser uma qualidade física que o espaço garante às coisas, o que se traduz em fluidez, posto que a mobilidade assegura a organização desse espaço. A adequação é outra marca do centro, referida a equipamentos urbanos ou a características ou usos, próprios ou adquiridos, do espaço de uma área, que lhe permite gerenciar diferentes contingentes de usuários que lhe propiciem a utilização e lhe desfrute os recursos. Por fim, tem-se a localização, compreendida como a soma das vantagens que um específico local do território apresenta devido às condições de sua particular circunstância, que lhe dá algum tipo de identidade: física, funcional, formal, topológica, simbólica, socioeconômica ou legal.

Villaça (1998) ao tratar da questão da localização e da acessibilidade entende que sendo o espaço urbano produzido pelo trabalho social, este trabalho, inevitavelmente produz um valor. O autor põe em relevo que é preciso considerar dois valores, o primeiro é o dos produtos entre si – dos objetos criados –, e, o segundo é o valor da aglomeração, dado pela localização dos objetos em sua relação com outros. Nas palavras do autor “a localização se apresenta assim como um valor de uso da terra” (VILLAÇA, 1998, p. 72).

Santos (2017), ao tratar desta mesma questão, afirma que a geografia dispensa os valores em si, o que importa é o valor em conjunto. É a totalidade que dá sentido às partes. Nenhum recurso tem por si próprio um valor absoluto seu valor está em função da qualificação geográfica, ou seja, da significação conjunta de valor sistêmico este valor só é dado pelo fato de que estes recursos participam de um lugar, “fora dos lugares, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais concretos que pareçam, são abstrações” (SANTOS, 2017, p.132).

Partindo deste pressuposto, a valoração dos terrenos e imóveis na área central é condicionada pela localização e sua possibilidade de acesso e aglomeração, essa condição eleva sobremaneira o preço da terra na área central – sobretudo no *core* –, devido sua vantagem locacional, havendo na divisão do trabalho uma seletividade e hierarquia dos lugares. Logo, paga-se não só pela materialidade dos objetos, mas também por sua localização que possibilita fluidos mais rápidos, garantido aos espaços mais centrais a instalação de objetos da lógica mercantil.

Em se tratando de acessibilidade, Villaça (1998) propõe que ela

[...] é o valor de uso mais importante para a terra urbana, embora toda e qualquer terra o tenha em maior ou menor grau. A acessibilidade de um terreno ao conjunto urbano revela a quantidade de trabalho socialmente necessário dispendido em sua produção. Quanto mais central o terreno, mais trabalho existe dispendido na produção dessa centralidade, desse valor de uso. (VILLAÇA, 1998, p. 73).

A forma como o núcleo primaz vai sendo organizado e reorganizado pela sucessão de escritas e formas-conteúdo, possibilita, acima de tudo a acessibilidade, à medida que a cidade cresce as vias para ele convergem, dessa forma, a área central é consolidada como ponto nodal para o deslocamento diário de pessoas, mercadorias, capitais e informação em larga escalaridade, onde, “constitui-se no foco principal não apenas da cidade, mas também de sua hinterlândia” (CORRÊA, 1989, p. 38).

Esta realidade expressa à leitura de Villaça (2010, p. 92) sobre a importância do centro primaz para a cidade, ao afirmar que “tudo o que está no centro atende melhor o conjunto da cidade”. Isto significa que os objetos que lá se aglomeram e o constitui, atendem a uma parte maior da cidade e que não ocorreria em mesmo diapasão caso estivessem situados em outra localização, isso nos remete à questão da acessibilidade máxima da área central que se traduz em capacidade de polarização, tal capacidade caracteriza a área central de Campina Grande onde apesar de haver novas expressões de centralidade na urbe (OLIVEIRA, 2019a), o centro continua a reproduzir pungente dinâmica comercial.

Consideramos aqui que a área central é um recorte que está contido no bairro centro e possui uma estrutura produzida a partir de duas lógicas específicas de uso do solo, ambas intrinsecamente ligadas ao mercado, o que as distingue, conforme Corrêa (1989) é a forma de uso do solo, uma é intensiva e a outra semi-intensiva, à primeira o autor nomina de *núcleo central* (core) e, a outra, a *zona periférica* (frame), nesse sentido, a área central é estritamente constituída pela aglomeração de comércio e serviços.

O Core, segundo o autor em discussão é o local onde se reúnem as atividades de maior nível de capitalização, é a maior expressão do poder comercial urbano; o coração da cidade. Nesse hipercentro se localizam as atividades mais sofisticadas do setor terciário, provocando concorrência acentuada e elevando os preços do solo, dessa forma, afasta o uso residencial e as atividades que não suportam os altos custos, é por esse motivo que visualizamos pungente verticalização para melhor servirem-se das vantagens deste recorte.

Por seu turno, a zona periférica se caracteriza por uso semi-intensivo do solo, e as atividades que aí se encontram são geralmente do comércio atacadista, armazéns e pequenos estabelecimentos com menor nível de capitalização com predominância do circuito inferior. É ainda uma área com maior presença do uso residencial muitas delas deterioradas, como cortiços, onde reside parcela da população que trabalha na área.

O plano de reforma da área central na gestão Vergniaud Wanderley teve como horizonte retirar do centro tudo o que fosse “sujo”, “atrasado”, “fétido”, “imoral” e etc, uma destas atividades que precisavam ser expulsa da área central foi a feira livre onde toldos, barracas, velharias e sujeira tomavam as calçadas (Foto 3). Conforme Fábio Gutemberg de Souza (2001) que escreve sobre as minúcias do período da reforma em Campina Grande, em 03 de setembro de 1941, saiu uma nota no Jornal *A União* que anunciava a relocação da feira que se espalhava pelas principais ruas comerciais do centro – Maciel Pinheiro,

Monsenhor Sales, Venâncio Neiva, Cardoso Vieira e Praças Epitácio Pessoa e Lauritzen – para o mercado novo (foto 4), localizado por trás da Igreja Matriz, na periferia Leste da cidade onde se localizava os currais e feira de gado do bairro das Piabas nas proximidades do Açude Velho. Esta foi a localização definitiva da feira, que perdura até nossos dias.

Foto 3: Rua Grande (atual Maciel Pinheiro), 1930.



Fonte: Blog Retalhos Históricos de Campina Grande.

Foto 4: Mercado novo, feira central. (Foto de 1960)



Fonte: Blog Retalhos Históricos de Campina Grande.

Essa lógica de ações que termina por dar os contornos da área central, está dentro do quadro que Diniz (2018) pôs como revitalização do centro da cidade, rejuvenescendo-a, expulsando as atividades impuras como a feira livre, cemitério, cadeia, cabarés, e como também afastando-a de seus resquícios coloniais, adaptando-a para receber homens de negócios e exportação do algodão.

Dizia a nota que a medida do prefeito Vergniaud Wanderley atenderia aos justos anseios da população, o que, em nossa leitura, falseia os conflitos de interesses e arbitrariedades da reforma. Na visão da nova elite havia um conjunto crescente de problemas que se manifestava a partir dos anos de 1930 nestas ruas centrais em relação a salubridade, ainda conforme Souza (2001, p. 262)

o lamaçal e os buracos das ruas e becos centrais; as casas de couro verde aí localizadas, que tornavam o ar fétido e atraíam urubus; a necessidade da construção de um matadouro afastado do centro urbano, onde o gado fosse abatido dentro dos preceitos modernos de higiene; a construção de uma cadeia pública higiênica e fora da área central; campanhas e denúncias contra leprosos, mendigos, loucos, que circulavam livremente pelas ruas; a retirada do meretrício das ruas centrais e sua localização em uma área suburbana e isolada etc.

Todas estas questões estavam profundamente ligadas à condição do atrasado não condizendo com o Estado Novo, e este discurso girava em torno das condições de estrutura da feira e de sua inevitável relocação. Estes são aspectos que evidenciam que a ação municipal do governo Wanderley partia de uma concepção de mundo e estética modernos. Esta concepção estava para além do higienismo, era preciso, enterrar ainda, os símbolos da república velha que, na área central da cidade estavam representados no

[...] conjunto que formava a rua Maciel Pinheiro e praça Eptácio Pessoa, o largo da Matriz e do Rosário [...] eles lembravam claramente o domínio das velhas elites políticas e os hábitos e costumes populares remanescentes do século anterior. Urgia desarticula-los e literalmente abrir caminhos para as exigências das novas formas de circulação, movimento e relações de dominação modernas. Foram desapropriados, nas duas gestões mais de uma centena de casebres, casarões, armazéns, igreja e tudo que interceptasse o seu caminho na empreitada de dar à cidade ares de urbe moderna. (SOUZA, 2001, p. 288).

A feira sempre foi sintomática e representativa da dinâmica econômica e do *modus vivendi* em Campina Grande. Até a reforma e sua respectiva inserção em um mercado público, percorreu os primeiros arruamentos da cidade, espalhando-se pelas vielas, becos, largos e travessas, ou tomando a frente das residências e mercados na área central e adaptando-se ao advento dos meios geográficos que se sucederão e superpuseram-se (MAIA, 2017).

A transferência do local de acontecimento da feira é um dos aspectos do processo em discussão porque ela também se constituiu, dentro do meio técnico campinense e da reforma, em lócus de atração mercantil tão arrojado quanto o centro onde se realizava o consumo de itens não tradicionais, assim, ela compôs a área central, porém em uma posição periférica espacial e social.

A feira em sua forma histórica de desenvolvimento fazia parte de uma outra lógica de produção e circulação das mercadorias, estava ligada ao modo mais basilar, local e rudimentar estado técnico. E por isso, não poderíamos enxergar os dois circuitos na feira no momento em que foi transferida para o atual local, porque, os circuitos são um conteúdo imanente do meio técnico científico, eles chegam à cidade de Campina Grande por meio de outros eventos e só posteriormente adentram ao espaço da feira e de seu entorno como será visto nas reflexões a seguir.

2.2 O meio técnico científico informacional no espaço campinense e a emergência dos circuitos da economia urbana.

Na história global o período técnico científico se inicia após a segunda guerra, tendo sua afirmação nos países periféricos só a partir da década de 1970. Este novo período – que se generalizou com mais força e rapidez que os precedentes – se caracteriza pela profunda interação entre técnica, ciência e informação que, sob a égide capitalista, torna o mercado uma realidade global (SANTOS, 2017).

Nesse novo meio geográfico, ainda conforme o autor em apreço, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, os nexos citados (ciência, técnica e informação) estão na própria base da produção do uso do território e na constituição de seu substrato. Este meio geográfico é a dimensão espacial do processo de globalização, porque marcado pela força da multinacionalização das firmas, pela internacionalização da produção e do produto, pela generalização do crédito desburocratizado, por uma economicização da vida social e pelo frenesi da circulação, fator essencial da acumulação que junto à revolução da informação, liga instantaneamente os lugares (SANTOS, 1997). É nesse período que o império e implicações da técnica que se faziam presentes apenas nas metrópoles chegam aos rincões, porém, como adverte o autor, com uma diferencial densidade de modernizações.

A presença destes vetores modernos em Campina Grande dá-se ainda no fim da década de 1960, porém de forma esparsa e dispersa em decorrência do declínio do tradicional comércio atacadista, responsável por consolidar a cidade como polo regional (DINIZ, 2004). Desse modo, novos empreendimentos comerciais e formas outras de consumo ligadas à modernidade técnica passaram a penetrar o território campinense. Trata-

se da chegada dos mercadinhos e seu modo varejista de mercadejar, inclusive, sob a relação de oferta de crédito.

O embrião de um circuito superior na área da feira tradicional ocorreu a partir da chegada desses empreendimentos, mais especificamente com a instalação do mercadinho *Dom Dom*, que, segundo Costa (2003), foi pioneiro na modalidade do varejo e em pouco tempo expandiu-se em rede pela cidade tendo outras instalações nas praças da Bandeira e na Felix Araújo, e zonas proximidades da feira do bairro da Liberdade. Passada uma década, a presença dos supermercados cresceu exponencialmente tanto na área central quanto em vias importantes e bairros periféricos. Esses objetos indicavam a entrada de novos capitais e de uma outra lógica de comercialização cuja razão foi necessariamente alheia ao lugar.

Este circuito de atividades superiores e mais capitalizadas, bem como de organização complexa e concentradora, ao ampliar cada vez mais seu uso sobre os recortes da cidade rivalizaram e subordinaram as formas não modernas de comércio, como a tradicional feira central, bodegas e quitandas. Assim, com a emergência ainda que incipiente destes vetores do meio informacional na cidade, constituiu-se dois circuitos da comercialização alimentícia. Como bem expressa Costa (2003, p. 123)

Nota-se a partir de então uma ruptura no comércio varejista. A Feira se delineia como parcela tipicamente do circuito inferior, enquanto que os supermercados, ainda que comercializando os mesmos produtos, destina-se claramente a uma clientela selecionada, com maior poder de compra e fácil acesso ao crédito pessoal, portanto, configurando-se como uma atividade do circuito superior da economia.

Este *prelúdio de mudança* do território campinense apontado pelo autor em tela só foi concretizado na passagem da década de 1980 para a de 1990, pela instalação de um conjunto de objetos tecnológicos como o Parque Tecnológico da Paraíba (1988), provedores de internet que tinham por objetivo de alavancar a produção científica e tecnológica, e, a instalação do shopping center Iguatemi (inaugurado em 29 de abril de 1999) que almejava modernizar a urbe. Ainda conforme o autor citado, este último objeto técnico é o elemento que melhor expressa a racionalidade do novo meio geográfico devido ao seu forte conteúdo simbólico e mercantil, dando a Campina Grande, feição de cidade moderna.

Sobre este processo Diniz (2004, p. 46) faz a seguinte leitura:

A descentralização do capital comercial e a entrada de novos capitais na cidade que tornaram o espaço urbano campinense mais complexo, resultando no aparecimento de vários modernos núcleos de atividades, dispersos em diferentes pontos da cidade. A presença de shoppings, de novas redes de lojas, de lanchonetes de marcas internacionais, de espaços sofisticados, dará um novo aspecto comercial ao público consumidor citadino.

A tendência para construção de shoppings em Campina Grande data da década de 1980, quando, por ação da municipalidade foi construído nas proximidades do centro, o *Shopping Center Campina Grande*, que, para Costa (2003), se tratava na verdade de um conjunto de galerias. A existência deste objeto atraiu para entorno grande número de lojas e também de fluxos de pessoas. No início da década de 1990 foi construído o Shopping Luiza Motta, no Bairro do Catolé, se tratava de um shopping de fábrica, voltado ao setor popular, mas que, aos poucos acolheu lojas de grife, representando assim, o início do processo de descentralização comercial.

A presença do Shopping Iguatemi, imposta pelo discurso exógeno, condicionou a organização espacial do entorno, sobrevalorizando a área onde se instalou, Costa (2003) demonstrou que a Avenida Severino Bezerra Cabral intensificou sua tendência à especialização funcional pela concentração de concessionárias de automóveis, além disso, intensifica-se ainda o processo de verticalização do Bairro, isto faz parte do próprio estabelecimento da divisão territorial intraurbana, onde, os agentes hegemônicos passaram a escolher dentro da cidade de Campina, recortes mais rentáveis para a reprodução de suas atividades, por outro lado, a possibilidade de escolha do homem do circuito inferior é sempre limitada e subordinada.

Os Shopping Centers, assim como os supermercados e outras formas de comércio, como os sistema de Franquias, apontam para a evolução do comércio frente às novas imposições do mercado que se fundam na generalização da mercadoria e no crescente desenvolvimento das técnicas da informação. A esse respeito, como bem expressa Ortigoza (2010, p. 18), o espaço urbano “pela pressão da técnica global, vai se tornando fluido e passa, gradualmente, a atender à velocidade imposta pelas novas relações sociais de produção. Esses fluxos de informações e as funções urbanas, cada vez mais centradas no terciário, reproduzem o espaço continuamente”.

É a partir da implantação dos sistemas desses objetos que se configura a existência do meio técnico-científico em Campina. Um dos aspectos da informatização do território impressos na sua área central foi, conforme a leitura de Costa (2003, p. 64) o “rápido processo de transformação das ruas Irineu Joffili e Miguel Couto, onde a presença de lojas que vendem materiais de informática passa a esboçar uma especialização para estas ruas, que eram tipicamente residenciais”. Continua ele, em outro trecho:

Outra característica apresentada pelo comércio campinense é a presença de pequenas lojas em galerias, que proliferam tanto na área central, propriamente dita, como na periferia imediata ao Centro, inclusive com a *adaptação de velhos casarões que são reformados para atender a nova função*, mas que conservam parte da fachada, constituindo-se em verdadeiros testemunhos sobrepostos, que dão concretude a história de tais objetos (COSTA, 2003, p. 68, grifo nosso).

O processo apontado pelo geógrafo se traduz, em outros termos, no sistema de ações se refazendo sobre as formas rugosas. Este sistema de ação é comandado pelo modo de produção dominante, porém não se realizou de forma indiferente ao que já existia nestas ruas centrais. Neste sentido, a resposta do lugar às exigências do modo dominante foi a negação das funções primeiras dos objetos residências e sua respectiva transformação funcional para atender aos imperativos da nova divisão social e territorial do trabalho sob o meio informacional, sem a destruição e reconstrução das formas.

Outro ponto que elencamos como evento notável do desenvolvimento do circuito inferior na área central foi a migração da população trabalhadora para o terciário, em razão da crise industrial que a cidade passou na década de 1980. Muitos dos dispensados da indústria foram encontrar meios de sobrevivência no comércio da área central.

Milton Santos (2008) entende que as situações de pobreza no terceiro mundo, são em grande parte geradas por uma ação conjugada entre estruturas monopolísticas e o fazer do Estado, o que agrava o modo de vida de população pobre, insiste ele que o nosso modelo de crescimento econômico monopolístico (um modelo importado e agravado pelo neoliberalismo) é responsável por uma distribuição cada vez mais injusta o que impede a expansão do emprego e de um forte mercado interno.

A partir da década de 1980 o Brasil adota um modelo industrial poupador de mão de obra e que já não é mais capaz de acolher a grande população migrante que chega à cidade. A indústria em sua condição dependente deixa de ser intensiva em trabalho para ser em capital e tecnologia. O modelo da modernização do território e da economia é acompanhado de imperativos no plano tecnológico que impedem a expansão do mercado de emprego, reclama o autor que “se esse modelo está longe de ser perfeito nos países desenvolvidos, é aberrante para os países subdesenvolvidos e provoca um crescimento industrial acompanhado do aumento do subemprego e do não-emprego” (SANTOS, 2008, p. 192).

Como mostrou Lima (1996), Campina Grande participou ativamente do processo de industrialização da região Nordeste no início da segunda metade do século XX, mas, devido a política econômica do governo militar, entrou em colapso – após 1965 – por dois motivos:

o primeiro foi a baixa quantidade de projetos aprovados pela SUDENE, e o segundo, ligado ao primeiro, a mudança na política tributária que privilegiou as capitais dos Estados em detrimento de cidades de porte médio. Estas mudanças econômicas reverberaram uma situação insustentável a partir do final da década de 1970, tendo como corolário o agravamento do desemprego e a estagnação do desenvolvimento por qual Campina historicamente vinha construindo a partir da economia algodoeira.

A questão do desemprego na cidade, problema comum à urbanização tardia e concentrada, condicionou a expansão de outras formas comerciais de baixa capitalização que estavam no limite da sobrevivência, espalhando-se pelo tradicional espaço comercial da cidade que representou uma estrutura de “acolhimento” à massa da população que não mais pode encontrar ocupação no setor dito “formal”, e sujeitando-se as mais variadas formas de precarização do trabalho.

O fato mais notável da crise foi o fechamento da *Wallig Nordeste* em 1979 que empregava de forma direta cerca de 1500 pessoas e uma produção mensal de 22.500 fogões. Depois da indústria de fogões, fecharam também a *Cooperativa Regional do Sisal* – que administrava fábricas de corda, de beneficiamento de leite, de algodão, frotas de veículos pesados e uma rede de supermercado –, *Sanbra*, *Susy*, *Bravisa*, *Sanca*, *Mimonor*, *Sibral*, *Fracalanza*, *Incopresa* e *Fibrasa* (LIMA, 1996).

Silva (2020, p. 87) ao analisar as implicações da crise da indústria sobre Campina, entende que

[...] a problemática em torno do desemprego acabou por permitir a expansão de outras formas comerciais, sendo estas desenvolvidas por estratos inferiores de renda que ocuparam o tradicional espaço comercial da cidade, principalmente através do comércio dito enquanto ‘informal’, de modo que este tipo de organização lhes assegurasse uma real possibilidade de sobrevivência, como ocorreu no Calçadão da Rua Cardoso Vieira.

Como sugerido pela autora supracitada, a crise da indústria, evidenciada claramente no início da década de 1980, representou o embrião do circuito inferior na área central, já que o comércio ambulante e camelôs cresceram vertiginosamente nas praças e largas ruas da área central (foto 5), como alternativa ao brutal desemprego que se consolidara. Além das atividades terciárias, outras atividades pouco capitalizadas expandiram, de acordo com Lima (1996, p. 89), tais atividades se referiam a produção de tecidos e vestuários, mobiliários e serviços de reparo geral, instalados em fabriquetas nos fundos de quintais. Afirmo o autor citado que “no final de 1995, a cidade contava com 2.500 vendedores ambulantes e 500 vendedores praticistas” que se concentravam sobretudo nas ruas centrais”.

O desemprego que se firmou sem precedentes na cidade além de proliferar os camelôs nas calçadas das ruas centrais também gerou o aumento dos empreendimentos familiares, dos mais variados tipos, pequenas lanchonetes, salões de beleza, mini restaurantes, pequenas marcenarias que coexistiam com o uso residencial em vias que cortam o centro, a exemplo das ruas Getúlio Vargas e Treze de Maio.

Foto 5: Calçada Maciel Pinheiro 1986.



Fonte: Blog Retalhos Históricos de Campina Grande.

Entendemos a cidade, a partir de Santos (2008), Corrêa (1989) e Silveira (2013) como um espaço dividido, fragmentado, articulado que se expressa por desigual distribuição das atividades, dos homens, dos objetos, e dos usos que mediante a divisão interna do trabalho, se relacionam em uma condição de hierarquia. Por isso que a cidade grande é um enorme espaço banal (SANTOS, 2017) onde todos os capitais, trabalhos, e técnicas podem se instalar e coexistir.

Partindo desta premissa, a adaptação da cidade de Campina Grande ao meio informacional intensificou a coexistência de níveis distintos da atividade comercial, “uma vez que, na medida em que modernas atividades eram inseridas, quase que paralelamente ocorria a expansão da territorialização de atividades comerciais pouco capitalizadas que ocupavam, de maneira muito precária e emergencial, determinadas vias públicas” (SILVA, 2020, p. 90).

Por outro lado, ao longo da década de 1990 um conjunto de objetos modernamente tecnológicos é instalado na cidade. É só a partir de então que o meio técnico-científico-informacional pode ser visto com clareza em Campina Grande, como evidencia Costa (2003, p. 64) ao afirmar que:

Contando com cinco provedores de internet e realizando sua feira de tecnologia desde 1988, a cidade ainda consegue manter um certo pioneirismo tecnológico no Estado mesmo com a perda relativa de seu papel econômico. [...] Porém, um dos eventos que melhor caracteriza este período, é a instalação do shopping Center Iguatemi em 1999, objeto que surge com forte conteúdo simbólico, mas também mercantil.

Um dos aspectos da chegada destas ações superiores é, conforme o autor citado “o rápido processo de transformação das ruas Irineu Joffili e Miguel Couto, onde a presença de lojas que vendem materiais de informática passa a esboçar *uma especialização para estas ruas, que eram tipicamente residenciais*” (COSTA, 2003, p. 65, grifo nosso). Este processo apontado rapidamente pelo autor, continua a se reproduzir em nossos dias, porém, estendido às áreas periféricas ao hipercentro, o que aponta para uma redefinição das áreas de comércio e moradia, uma reconfiguração da divisão territorial do trabalho intraurbana.

2.3 Divisão territorial do trabalho e as formas de uso do território: a coexistência dos circuitos nas ruas que margeiam o mercado da feira central

A cidade, assim como o espaço geográfico, é vista por Maria Laura Silveira (2009), como uma superposição de trabalho morto – meio construído – em um par indissociável com divisões do trabalho vivo – sistemas de ação – onde a lógica de organização dos objetos e densidade dos fluxos produz áreas diferentemente equipadas, e por corolário, diferencialmente valorizadas, criando uma seletividade e hierarquia no espaço dividido da urbe. Esta é uma perspectiva teórica da geografia urbana que espousa o entendimento de cidade como a condição geral do processo produtivo capitalista, onde ela é criada e recriada de modo a permitir a articulação entre produção, distribuição, troca e consumo, criando a seletividade e exclusão sócio-espacial.

Os circuitos, neste sentido, mantêm estreita relação com as sucessivas divisões intraurbanas do trabalho onde os agentes econômicos hegemônicos escolhem para si as áreas valorizadas e bem localizadas/equipadas da urbe, criando assim, a hierarquia dos lugares na cidade. Esta é a econômica política da cidade (SANTOS, 2012), que trata de

como a urbe se organiza em face do modo de produção hegemônico e como os diversos atores da vida urbana encontram lugar na cidade e em cada pedaço de tempo, seja utilizando o território como abrigo ou como recurso.

Em consonância com as ideias de Santos, Silveira (2004) ao propor um retrato do lugar a partir dos circuitos da economia urbana, assevera que:

La ciudad es una totalidad, hecha de cosas y personas, de objetos y relaciones, de formas y acciones, en un movimiento desigual y combinado, en una dinámica de cooperación y conflicto [...] vista como un medio construido (una determinada materialidad, es decir, puntos, líneas y manchas, contiguas o no) y como un gran mercado (un conjunto de actividades realizadas en cierto contexto y el sector de la población asociado por la actividad y por el consumo). Por eso podemos decir que, en la ciudad, todas las actividades encuentran su lugar (SILVEIRA, 2004, p. 57).

Tal assertiva explica o meio ambiente deteriorado que buscamos entender, porque, em função da fragmentação da cidade a área da feira foi se tornando opaca aos vetores mais modernos que chegam ao território campinense, porque, “o processo de renovação do meio construído não ocorre, de forma homogênea e simultânea no conjunto do tecido urbano, assumindo, conseqüentemente, um caráter seletivo e excludente” (MONTENGRO, 2006, p. 62), ainda que outros recortes da cidade sejam mais modernos do ponto de vista dos eventos e objetos técnicos que a cidade acolhe, os lugares degradados como a área da feira central na qual se situa as ruas do nosso estudo, participam e são funcionais à logicidade mercadológica.

Embora seja uma Capital regional (nível C)¹³ que ainda exerce grande influência na rede urbana paraibana em relação ao setor tecnológico, oferta de serviços em saúde e educação, Campina Grande abriga também os tempos mais lentos, hegemonzados, e, atividades que possibilitam rentabilidade apenas no nível da sobrevivência. Dessa forma, é possível considerar, a partir de Milton Santos que:

A cidade constitui, em si mesma, o lugar de um processo de valorização seletivo. Sua materialidade é formada pela justaposição de áreas diferentemente equipadas, desde as valorizações mais recentes, aptas aos usos mais eficazes de atividades modernas, até o que resta do passado mais remoto, onde se instalam os usos menos rentáveis, portadores de técnicas e de capitais menos exigentes. Cada lugar, dentro da cidade, tem uma vocação diferente, do ponto de vista capitalista, e a divisão interna do trabalho não lhe é indiferente (Santos, 2012, p.129).

Esta é a dialética do espaço, seja no território nacional ou na cidade verifica-se processos desiguais de modernização que são frutos das lógicas distintas da repartição do

¹³ Conforme o REGIC (2018) as capitais regionais são “os centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrôpoles”.

trabalho e dos recursos. Determinados lugares obedecem ao uso corporativo e outros, desinteressantes ao grande capital, servem como abrigo à reprodução das atividades do circuito inferior. O processo desigual dos eventos modernizantes mantém também uma dialética com o meio construído, e a forma como o trabalho é repartido, onde

Os agentes que desenvolvem divisões do trabalho alicerçadas nas mais recentes inovações técnico-científico-financeiras exigem a modernização de certas porções da cidade, buscam compartimentar o meio construído e tornar suas ações mais seletivas e eficientes. Entretanto, como num movimento desigual e combinado, a valorização de um pedaço da cidade não se realiza sem a desvalorização das demais, pois a massa de dinheiro social é direcionada para as áreas que demandam altos capitais fixos e de giro (MONTENEGRO, 2006, p. 69).

Na divisão do território usado, o circuito superior cria a conjuntura espacial e o inferior a ela se adapta, reproduzindo-se nos interstícios deixados pelas atividades hipercapitalizadas, fazendo-se presente apenas onde o arranjo entre sistema de objetos e de ações lhe permite instalar-se. A própria hegemonia do circuito superior faz com que a expansão do circuito inferior ocorra em função de sua dinâmica, isto quer dizer que o circuito inferior cresce à sombra do superior, as atividades dos que são economicamente vulneráveis se expande à medida que a exploração aumenta.

É preciso destacar ainda, nesta reflexão, que a explicação da cidade não se alcança nos limites de sua mancha urbana, portanto, pensar essa economia política da cidade não pode estar desvinculada da *economia política da urbanização* (o modo como a divisão do trabalho é estabelecida dentro da formação sócio-espacial a partir da repartição do emprego, das firmas, dos recursos e dos homens dentro do território nacional), estes dois planos de análise são portanto, inseparáveis.

Se assumimos a cidade tendo como horizonte a formação sócio-espacial (quicá, o mundo), devemos levar em conta a análise de Montenegro (2006) sobre dois processos inter-relacionados que caracterizam o território brasileiro na era da globalização e que se materializam nos lugares: *a modernização e o desemprego*, característicos da urbanização recente e de caráter terciária.

Por um lado, há grande difusão das modernizações tecnológicas, por outro, há a produção cada vez mais crescente da pobreza, situação esta que caracteriza a crise urbana nos fins do século XX em Campina Grande face a sua adaptação ao meio técnico científico informal.

Neste contexto, Campina Grande, com a consolidação do meio informacional, torna-se palco da modernização de certas parcelas do território urbano e advento de atividades do

subsistema superior, mas, paralelamente à modernização assistimos à precarização das formas de trabalho e alargamento do desemprego, tal fato é característico da condição do desenvolvimento do subdesenvolvimento. Esta dispensa de trabalhadores para compor a enorme reserva de força de trabalho, que busca a todo instante estratégias para sobreviver e encontram-nas apenas no subsistema inferior, é apontada por Pochmann (2002, p. 146) quando afirma que

O baixo dinamismo na criação de empregos regulares e a insuficiência das políticas públicas deixam sem alternativas de sobrevivência digna parte crescente da oferta de mão-de-obra, que tende a se situar, invariavelmente, nas situações de desemprego aberto, de ocupações autônomas e demais formas precárias de subemprego (desemprego disfarçado).

O resultado deste fato geográfico no nosso ambiente de pesquisa é a existência de um conjunto diverso de atividades desenvolvidas no âmbito do circuito que aglutina agentes economicamente vulneráveis com capacidade distinta de uso da técnica, do dinheiro, da propaganda, mas estão inclusos no mesmo circuito e são sintomáticos da crise de postos de trabalho que a cidade passa.

Alguns destes agentes, pela quase impossibilidade de uso das variáveis citadas, só podem desenvolver atividades ambulantes que utilizam mercadorias de baixíssimo custo. Outros, dispondo de rendas pouco maiores, podem adquirir outros tipos de bens ou oferecer certos serviços que exigem um montante maior se estabelecem em pontos fixos. A dinâmica destes últimos é a que constitui o fulcro desta pesquisa.

Em nossa análise procuramos nos aproximar da composição dos fixos e fluxos que conformam as ruas selecionadas entendendo o entorno da feira como território usado simultaneamente por diferentes atores, porém, havendo predominância dos agentes subalternizados. A apropriação desses estabelecimentos se dá segundo a força técnica e financeira dos diferentes agentes de se instalar e, fazer circular a produção. Por outro lado, ocorre também mediante a capacidade dos agentes de pagar pelas localizações.

Devido a concentração e saturação de objetos comerciais de alta capitalização no hipercentro, as atividades do circuito inferior que demandam um estabelecimento para sua reprodução encontram dificuldades de se fixarem no recorte de uso intensivo do centro tradicional passando a se localizar em vias contíguas e no entorno da feira.

Até mesmo atividades do circuito superior apresentam forte presença na área da feira, por dois motivos, o primeiro é a vantagem locacional e de especialização funcional que a feira oferece, e, a segunda trata-se das condições de degradação do meio construído

em discussão. Entendendo que na cidade de Campina Grande se verifica a coexistência de áreas envelhecidas do ponto de vista das inovações técnicas pela ação política, e, áreas de recente modernização, muito valorizadas do ponto de vista da produtividade por poderem oferecerem uma racionalização mais eficaz, procuramos entender o dinamismo e funcionamento do circuito inferior da economia na área da feira central, visto que o ambiente construído, relativamente degradado possibilita a reprodução do referido subsistema.

Este espaço que compõe nosso objeto de análise é composto pelas seguintes ruas: a) Manoel Pereira de Araújo, b) Marcílio Dias, c) Dep. José Tavares, d) Cristóvão Colombo, e) Dr. Carlos Agra, f) Cap. João de Sá, onde a predominância das atividades é pertencente ao circuito inferior da economia urbana, porém com presença menor, às vezes lado a lado, de atividades do circuito superior. As formas de uso do solo como recurso e como abrigo pelos agentes hegemônicos e hegemonzados se dão, no recorte estudado, de forma conjunta e dialética, relacionando-se pela contiguidade dentro de um espaço coeso de suas funções, expresso pela força e centralidade da feira.

A existência dos dois circuitos no entorno da feira é um dado consolidado, pois como destacou Costa (2003) apesar de tipicamente pertencer ao circuito inferior da economia a Feira congregou comerciantes varejistas e atacadistas, onde muitos destes feirantes conseguiram se tornar grandes comerciantes e fizeram fortuna na época áurea do comércio campinense.

Este pedaço da cidade é um meio construído deteriorado, inclusive nos trechos ocupados pelo circuito superior, onde a infraestrutura dos estabelecimentos que são majoritariamente voltados ao comércio, são contemporâneos à construção do mercado da feira. A realização destas atividades altamente capitalizadas também se desenvolve em formas (galpões) degradadas, vindas de uma divisão pretérita do trabalho. Tal realidade nos aponta para uma especificidade da área estudada. Enquanto em outras áreas da cidade o circuito superior produz infraestruturas novas ou dá aspecto renovado a formas pretéritas, em algumas ruas do entorno do mercado central como é o caso da Rua Cristóvão Colombo, as atividades podem se reproduzir sem que haja necessidade de uma renovação da aparência.

No recorte citado, a coexistência (antagonismo e complementariedade) de repartições do trabalho entre agentes que usam corporativamente o território e agentes que por sua

condição econômica frágil só podem utilizá-lo como lenitivo é vista claramente. Os armazéns dos distribuidores de produtos alimentícios da rua Cristovão Colombo (foto 6) ou da rua Pedro Alvares Cabral (foto 7), dividem o espaço da rua com pequenas atividades, como por exemplo *a casa da rapadura e do aguardente*.

A leitura que fazemos é que a existência do circuito superior no entorno da feira trata-se, na verdade de sua porção marginal, pois são formas de comércio atacadista altamente capitalizadas, porém menos modernas do ponto de vista organizacional e tecnológico.

Foto 6: Armazéns da rua Cristovão Colombo



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Acervo do autor.

Foto 7: Distribuidores na Rua Pedro A. Cabral



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Acervo do autor.

No século XXI há uma questão estruturante: a difusão das variáveis do período aumenta a divisão do trabalho (MONTENEGRO, 2006). Dessa forma, inúmeras atividades apesar de imprescindíveis à economia superior, sua realização não é prioridade a esses agentes hegemônicos, nesse novo contexto, como coloca Silveira (2013, p. 66, grifo nosso) “transportes, consertos, *distribuição, abastecimento*, contabilidade, produção de certos insumos ou serviços, entre tantas outras, são atividades confiadas a firmas de capitais mais reduzidos, cuja interlocução com a técnica e a organização do circuito superior é a condição mesma da sua existência”. Tal reflexão colocada pela autora explica também as atividades de transporte, abastecimento e distribuição presentes no circuito marginal que tem aumentado seus pontos nas ruas da feira.

O circuito marginal presente neste ambiente construído, segue uma demanda vinda do circuito não moderno incapaz de suscitar atividades totalmente modernas, são por exemplo, firmas cerealistas que a partir de uma demanda moderna de consumo, abastece com insumos industrializados grande parte das estivas e cereais comercializados. Conforme Santos,

As camadas sociais com mais baixa renda, pelas suas exigências de consumo e pela sua própria situação no espaço urbano, justificam o funcionamento de circuitos de distribuição não completamente oligopolizados ou modernizados. Estes também respondem às necessidades dos circuitos de produção do circuito superior marginal, tanto para provimento de insumos, quanto para transporte, distribuição e venda dos produtos. (SANTOS, 2012, p. 115)

Esse circuito emergente, que nas últimas décadas se alastra nas ruas do entorno do mercado da feira central, só se faz presente porque as grandes firmas do circuito moderno deixam interstícios, isto é, as faixas de mercado e as áreas geográficas onde não querem ou não podem operar.

As atividades dessa porção marginal, bem como do fluxo inferior, estão diretamente ligadas ao conteúdo do meio em que estão, daí o processo de especialização funcional em gêneros alimentícios, estivas e cereais, conteúdos que estão intimamente conectados à realização histórica da feira.

O crescimento desse circuito marginal superior ocorre pela incapacidade de se modernizar no ritmo imposto pela época. Assim, é o meio envelhecido, uma infraestrutura rugosa, do entorno do mercado da feira que acolhe conteúdos de altos níveis capital no período atual. A distribuidora *Grota Estivas e Cereais*, para citar um exemplo, situada na

rua Carlos Agra e funcionando desde 2001, declara em seu site¹⁴ um volume de Capital de cem mil reais, contudo estes estabelecimentos e tantos outros que circundam a feira não compõem o nível mais agudo do sistema superior porque são apenas intensivos em capital, mas não em tecnologia, os quais respondem uma demanda “incapaz de suscitar atividades totalmente modernas” (SANTOS, 2008, p. 103).

Outro exemplo emblemático de coexistência pode ser visto rua Marcilio Dias, onde as pequenas fábricas de marcenaria e ferragens (foto 8) convivem com lojas de móveis que trabalham com capital intensivo ou uma das instalações do escritório de advocacia Meira Steinmuller (foto 9), presente também no Bairro do Catolé e na rua Marquês do Herval, no *core* da área central. Não obstante, é fato que “o funcionamento de cada circuito compreende uma articulação interna ou horizontal, com diferentes graus de integração e uma articulação vertical que se realiza pela comunicação entre os dois circuitos” (SANTOS, 2008, p.204)

Foto 8: Pequenas fábricas de marcenaria, Rua Marcilio Dias.



Fonte: Google maps, 2023.

¹⁴ Disponível em <http://cnpj.info/Grota-Estivas-e-Cereais-Ltda-Grota-Estivas>.

Foto 9: Escritório de advocacia do grupo Meira Steinmuller localizado na Rua Marcilio Dias.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Acervo do autor.

Com relação à dinâmica dos arranjos espaciais da feira, é imprescindível pôr em relevo a forte incorporação por parte dos agentes capitalizados sobre atividades que tipicamente eram pertencentes ao circuito inferior. A usurpação do mercado do circuito inferior pelo superior é um dado recente e no nosso caso as atividades que são incorporadas são, sobretudo, aquelas ligadas ao mundo rural.

A fotografia 10 evidencia a presença de dois estabelecimentos desse circuito marginal que se apropria de atividades que eram reservadas ao circuito de consumo popular, o primeiro, é da casa de mangalhos que comercializa produtos utilizados no manejo do campo – arreios, enxadas, chapéus dos mais variados tipos (em couro, palha, lona), cordas, carroças, gibões, grelhas, gaiolas, alumínio, candeeiros, gás e etc. o outro estabelecimento trata-se de uma loja de compra, venda e conserto de balanças.

A Leitura que Costa (2003) faz da força da feira, à qual concordamos, é que ela e o seu entorno chegam ao espaço de nosso tempo, como uma forma rugosa e dotada de resistência, chega como resquícios da divisão do trabalho de tempos pretéritos que se constitui pelo novo e pelo velho, apesar de acolher a contrapelo certos vetores modernizantes.

Foto 10: Estabelecimentos de alta capitalização

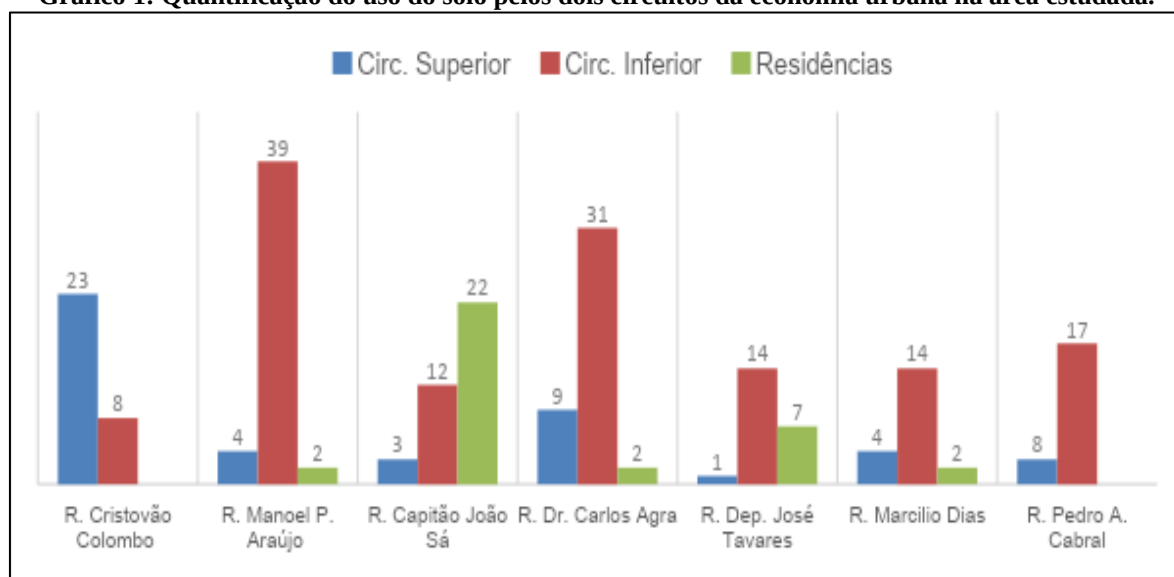


Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Acervo do autor.

Se por um lado é lugar de resistência às modernas formas de consumo mediante vetores externos ela não pode, por outro, por força da conjuntura espacial, deixar de absorvê-los adaptando-os às características do meio local. Tal adaptação apresenta funcionalidades no momento presente, que se entrecruzam no acontecer solidário de modo a atender as necessidades dos diversos grupos sociais, motivo pelo qual observamos a presença dos dois circuitos da economia urbana em suas relações de concorrência e complementaridade, estando lado a lado por exemplo, redes distribuidoras de alimentos e, pequenos estabelecimentos que comercializam mangalhos.

O gráfico abaixo, construído a partir de nossas pesquisas de campo, evidencia a presença dos circuitos e quantidade residencial na totalidade das ruas que compõe nosso estudo. Tal espaço, dado o seu envelhecimento técnico, mostra-se opaco aos vetores e nexos da globalização. Contudo, as variáveis do período da globalização: *informação*, *finanças*, *creditização* conseguem romper a força das rugosidades da feira e adentram de algum modo as formas que ainda se fazem presentes no espaço de nosso tempo.

Gráfico 1: Quantificação do uso do solo pelos dois circuitos da economia urbana na área estudada.



Fonte: pesquisa de Campo, Janeiro de 2023. Acervo do autor.

De posse destes dados é possível perceber que a grande maioria dos objetos que compõe o meio construído são constituídos por conteúdos do circuito inferior da economia urbana, principalmente nas áreas mais degradadas como é o caso das ruas Manoel Pereira de Araújo e Carlos Agra onde os preços de aluguéis são mais baratos e uma gama de atividades pode sobreviver sem muitos custos. Nestas ruas tanto residências como antigos galpões são metamorfoseados para acolher conteúdos ligados ao comércio de pequenas dimensões e unidades de fabricação em marcenaria e aço.

A predominância das formas e atividades do circuito moderno marginal está concentrada na rua Cristovão Colombo e constituem uma área coesa de empresas atacadistas e distribuidoras de cereais e estivas. Nestes logradouros o processo de refuncionalização é um dado consolidado que nunca cessa, pois o movimento social ocorre de modo a demandar ininterruptamente outros conteúdos para estas formas pretéritas.

Apenas a rua Capitão João de Sá possui maior quantidade de residências, o processo de refuncionalização que nela ocorre é incipiente, mas não inexistente, em trabalho de campo observamos que algumas residências já estão com placa de vende-se e/ou aluga-se, o que aponta para o movimento de uso da casa como ativo. Algumas outras unidades residenciais (5 unidades) já utilizam parte do imóvel para oferecer serviços e comércio (foto 11).

Foto 11: Início do processo de refuncionalização na rua Cap. João Sá



Fonte: pesquisa de Campo, Janeiro de 2023. Acervo do autor.

A desvalorização do meio construído, aliada ao sistema de ações que anima as formas ali presente consolida a presença de um circuito inferior como bem evidencia a tabela. Com exceção da rua Dr. Carlos Agra que ainda tem considerável percentual residencial (apesar de muitas residências já estarem com placa de vende-se/aluga-se) e da rua Cristovão Colombo, reduto da porção superior marginal do setor cerealista, todas as outras ruas são caracterizadas por especialização e ao mesmo tempo pulverização das atividades pouco intensivas em capital e tecnologia.

As atividades ali presentes se constituem uma condição de pulverização já que a pobreza¹⁵ diante de uma situação de carência, e pela densidade da atual divisão do trabalho, cria formas, frequentemente precarizadas de trabalho e de obter a subsistência. Há por exemplo produção muito expressiva de móveis e portas de madeira e ferragens em geral (contabilizando 53 pequenos estabelecimentos); mini boxes que utilizam parte das residências; bares; salões unissex, sucata; negócios de compra, troca e venda de móveis novos e usados; casas de utensílios de couro para vaqueiros, mini farmácias veterinárias e estacionamentos rotativos que reutilizam espaços de antigos galpões.

¹⁵ Para Santos, os pobres "são aqueles que não têm acesso, de modo regular, aos bens de consumo corrente considerados como o mínimo indispensável numa certa sociedade. Muito raramente tem acesso ao crédito institucional e representam o essencial da clientela dos pequenos estabelecimentos comerciais ou artesanais, que oferecem crédito pessoal a taxas usurárias. Trata-se, em geral, dos não-empregados e dos subempregados, mas também dos assalariados que recebem muito pouco" (SANTOS, 2008, p. 49 - 50).

Tais atividades têm sido realizadas de modo a atender especialmente às necessidades de consumo da população de baixa renda, inclusive os estabelecimentos do subsistema superior comercializam a preços populares o que, em uma reflexão apressada poderíamos facilmente classificá-los como inferior (foto 10). Esta nossa constatação se aproxima das ideias de Montenegro (2006) quando explica que o circuito superior se volta, hoje, para uma demanda de pequenos negócios antes preenchida pelo circuito inferior. A proximidade a grandes redes e o acesso ao crédito fácil faz diversificar as práticas de consumo da população pobre.

Redefine-se, por conseguinte, o tamanho do mercado do circuito inferior que passa a enfrentar uma concorrência altamente capitalizada, inclusive em bairros periféricos que até então lhes eram cativos. Intensifica-se, ao mesmo passo, a drenagem de um fluxo já escasso de capital que agora passa a ascender em maior volume do circuito inferior, ou seja, da população pobre, rumo ao circuito superior da economia, ampliando, finalmente, as formas de acumulação das grandes redes” (MONTENEGRO, 2006, p. 100).

Como nos orienta Costa (2003) a Feira não é uma completa cristalização do passado, onde o tempo parou, é, ao contrário caracterizada por “uma inércia dinâmica¹⁶”, que sobrepõe elementos do passado, mas que também absorve modernizações do presente, as quais muitas vezes são adaptadas à estrutura preexistente, dando lugar a novas formas e ações.

Portanto, ela é o ponto de contato entre o moderno e o não moderno, onde o circuito inferior muitas vezes está bem próximo da caracterização feita por Santos (1977) em alguns aspectos (foto 8) e em outros, muito próximos da financeirização em sua fase atual, é certo que “esta capacidade de equilíbrio entre situações aparentemente antagônicas que possibilita à Feira, mesmo sem o apogeu de outrora, chegar ao meio atual com a força que ainda dispõe” (COSTA, 2003, p. 94).

O entorno do mercado da feira se caracteriza por acolher alguns nexos de modernizações e, arrojadas resistências, que fazem com que tal espaço seja rugoso mesmo que em constante transformação, pois as modernizações absorvidas são readaptadas às virtualidades do lugar. A partir desta dialética que se estabelece entre os dois circuitos e o meio construído é que se dá o processo de apropriação e refuncionalização das antigas infraestruturas pelo novo uso, conformando um diverso espaço banal onde vetores e

¹⁶ Expressão utilizada por Santos inspirada em Sartre, para expressar o movimento de renovação do ambiente construído e a relação dos novos eventos e objetos com o que já existe.

distintas formas de fazer e produzir se entrecruzam, sob lógicas igualmente diferentes, chamado às velhas formas a acolher novas funções.

Portanto, é preciso lembrar que a totalidade dos comerciantes inseridos no circuito inferior que incorporaram as variáveis do período atual (instrumentos tecnológicos banalizados, finanças, máquinas de cartões) não transgrediram as limitações de acesso para poder ter melhor rentabilidade e dificultaram intencionalmente a vida econômica dos indivíduos que só podem se utilizar do circuito inferior.

As maquinetas, para citar um exemplo, implicam em aceleração da drenagem da economia popular. Assim, as finanças deixam de ser um fenômeno distante e passam a intermediar o consumo que possibilita a antecipação de recursos. Este é outro ponto que demonstra ações de coexistência entre os dois sistemas na área da feira, se há incessante busca pelo dinheiro líquido, há também crescente uso – apesar da usura – de cartões de crédito fornecidos por grupos financeiros pertencentes ao setor moderno.

Desse modo, a capilaridade da técnica, da informação e das finanças viabiliza a expansão social e territorial do mercado financeiro e invadem o cotidiano, fazendo com que ambas as atividades dos circuitos participem da logicidade mercadológica comandada pela mais-valia em nível global¹⁷.

¹⁷ “Em um cenário onde os capitais podem circular cada vez mais livremente sem restrições, a poupança é coletada em diferentes regiões, potencialmente do mundo inteiro, para, em seguida, ser centralizada nas praças financeiras respectivas (Zurich, Londres, Paris etc) e redistribuída nas escalas nacionais e internacionais” (MONTENEGRO, 2013, p. 95).

CAPÍTULO III
O PROCESSO DE REFUNCIONALIZAÇÃO: DINAMISMO E FORÇA DO
CIRCUITO INFERIOR NA FEIRA CENTRAL

3.1 Os novos conteúdos e funções em formas pretéritas.

O processo de divisão do trabalho endógeno à cidade é feito mediante ininterrupta reprodução e mudança dos usos do território no qual uma escrita espacial é superposta sobre outra preexistente (SANTOS, 2013). Nesta dialética do espaço, algumas alterações são apenas funcionais, ou, como preferimos tratar, *refuncionalizações*, nesta perspectiva, conforme assevera Santos (2017, p. 96) “o novo padrão espacial pode dar-se sem que as coisas sejam outras ou mudem de lugar”, contudo, a vida que anima as formas e produz fluxos e o cotidiano, serão distintas.

A refuncionalização é, em nossa leitura, o sistema de ações realizando-se e refazendo-se sobre objetos preexistentes que foram socialmente criados em uma divisão anterior do trabalho. Trata-se de alterações de velhas formas para adequação às novas exigências em dado lugar. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. Esses objetos e essas ações são reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada, ou seja, sua datação e realidade material em um contexto específico e, a lógica do tempo presente que possui novos funcionamentos e significados.

Isso nos remete à precedência da ação colocada por Milton Santos (2017), no sentido de que são as ações que definem os objetos, dando-lhes um sentido, fora delas a realidade filosófica dos objetos é inexistente. Por outro lado, os objetos não são indiferentes à realização das ações, é deste modo que se dá a relação dialética e indissociável entre os sistemas de objetos e sistemas de ação.

É a sociedade que historiciza as formas espaciais, dando-lhe uma vida (SANTOS, 2021). Tudo o que não é incluso (e assim não recebe significação/conteúdo/função) da relação com o homem, é incapaz de ter um movimento próprio, não pode participar de nenhum movimento contraditório, de nenhuma dialética.

Sem as formas, a sociedade, através das funções e processos, não se realizaria, na verdade como as formas geográficas contêm frações do social, elas não são apenas formas, mas, *formas conteúdo*. Por isso, estão sempre mudando de significação, na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, novas frações diferentes do todo social”.

Estas formas pretéritas resultam de um processo social que está sempre deixando heranças e estas vão de constituindo como condição para as novas etapas. A cada período o processo social (viabilizado pelo sistema de ações) distribui seus fatores em função da

condição de um espaço preexistente. Assim, há uma evolução desigual do espaço (o novo não se sobrepõe em sua totalidade), a maior expressão disto são as rugosidades. Milton Santos esclarece que esta herança material é tudo

[...] o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço -fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho (SANTOS, 2017, p. 140, grifo do autor).

Em todos os lugares o tempo do agora se defronta com o tempo passado que está materializado nas formas, o tempo atual está acorrentado às circunstâncias anteriores, esse movimento representa aquilo que o autor citado chamou de inércia dinâmica do espaço.

Em nosso objeto de estudo os edifícios, galpões, residências, o próprio mercado da feira são a expressão mais clara da rugosidade que vem do passado, não pela idade de criação dos objetos, mas pelas novas funcionalidades que acolhem dentro na atual lógica de divisão do trabalho.

Esta nova lógica traduzida na utilização dos espaços das residências e galpões em um primeiro momento e, sua refuncionalização total posteriormente, para a oferta de comércio e/ou serviços voltados a uma população economicamente pobre, atende, por um lado, a demanda por bens e serviços da economia popular, e, por outro lado, possibilita a geração de renda derivada da escassez e deterioração do emprego. Outra questão que reforça a refuncionalização é que no plano econômico a lógica da acumulação ganha cada vez mais força na cidade contemporânea, tornando o próprio espaço uma mercadoria, e desse modo, a lógica mercadológica redefine os lugares do morar e de comercializar.

Ao ser questionado sobre o processo de refuncionalização, o entrevistado 1, dono de um pequeno restaurante na rua Dr. Carlos Agra, nos deu o seguinte depoimento:

“Você sabe, né!? o emprego está difícil e eu já passei dos cinquenta anos, não tenho mais disposição para o serviço braçal, então o que podemos fazer é botar um negócio na garagem de casa e a família ajuda a preparar e servir as refeições para os clientes que vem para a feira”

A refuncionalização e, portanto, a reorganização espacial da área central, apesar de ter a participação massiva do circuito inferior e ser dotado de resistências, atende às necessidades das ações hegemônicas. Portanto, o circuito inferior que põe em marcha esse

processo além de ser abrigo para os que são economicamente vulneráveis, é, na mesma medida uma adequação cada vez mais dependente à conjuntura criada pelo circuito superior.

As fotografias 12 e 13 expressam de forma contundente a transformação das residências em objetos mercadológicos o que conduz a uma multiplicação das formas de trabalho de baixa capilaridade, sendo elas muito ligadas e dependentes dos lugares onde estão inseridos, logo, a força do circuito inferior é decorrente da força da feira central, é pela força dos fluxos que a feira livre concentra e dispersa que as formas pretéritas vão “ganhando” novas funcionalidades.

Foto 11: Presença de residências na rua Marcio Dias, dezembro de 2019.



Fonte: Google Maps, 2023.

Foto 12: Refuncionalização de residência em loja comercial.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Acervo do autor.

Este fenômeno de transformação funcional e morfológica tem se expandido, não apenas no recorte do entorno da feira, mas também em outras áreas do núcleo central da cidade de Campina Grande. A transformação funcional das formas e estruturas, vale lembrar, não se restringe ao campo das atividades do circuito inferior. O uso de antigas residências da área central tem ocorrido também pelas vias do circuito superior (foto 14), e tendem a se localizar em logradouros onde o preço dos aluguéis são os mais caros e bem localizados do centro, ali são instaladas atividades altamente capitalizadas que suportam os altos custos e possibilitam altas margens de lucro.

Foto 14: refuncionalização por atividade altamente capitalizada



Fonte: Google Maps, 2023.

O processo de utilização de residências, presentes tanto em áreas valorizadas quanto desvalorizadas como fonte de renda é um dado do espaço, isto porque é mais funcional e rentável reaproveitar formas herdadas de outras divisões do trabalho que criar outras, sobretudo em um meio construído a partir de densas e numerosas divisões, como é o caso da feira central onde coexistem técnicas e objetos de diferentes momentos históricos.

Nas ruas do entorno do mercado da feira, a refuncionalização das unidades residenciais pelo circuito inferior é dotada de especificidades no que se refere a quantidade e qualidade das transformações. As transformações podem ocorrer em duas situações: a primeira é a mudança do conteúdo da forma residencial sem haver alteração morfológica.

Nesse caso a forma torna-se híbrida, a diversidade de atividades de comércio e serviço mescla o cotidiano familiar e o trabalho para geração autônoma de renda. Os objetos anteriormente residenciais ou despensas, só podem restritamente acolher os novos

conteúdos mercantis. As atividades que melhor se adequam a esta condição são os pequenos comércios como lanchonetes, vestuários, lojinhas de eletrônicos, bijuterias etc. Ou ainda serviços como por exemplo barbearias, consertos de relógios e chaves, copiadoras, costureiras e atividades do gênero.

Outra situação, que frequentemente é uma fase posterior à transformação funcional é a alteração da forma dos objetos, estes, adquirem pela lógica mercadológica e expansão das dependências a possibilidade de acolher maior conjunto de conteúdo. Nessa fase a aparência residencial é escamoteada e as unidades residenciais, galpões ou outro tipo de forma vão sendo incorporadas ao trabalho morto de uso mercantil, são criadas especializações funcionais, ou como apontou Silveira (2015) “áreas de especialização” onde os objetos formam uma coesão, nesta fase a quantidade de residências é residual e está em vias de ser incorporadas ao uso comercial dada a linha de força criada pelo modo com que os objetos estão dispostos no tecido urbano e como são utilizados.

As ruas vão sendo tornadas cada vez mais estranhas ao habitar e mais comerciais, as ações orientadas pela generalização da mercadoria juntamente com a hipertelia da quase totalidade dos objetos impõem a transformação do uso do solo nos poucos objetos residuais caracterizados pela função residencial. Assim, na nova divisão do trabalho, novas funções são dadas a velhas formas.

Esta refuncionalização tal como e onde ocorre, nas vias da área central, dá-se mediante a seletividade espacial endógena ao espaço no sistema capitalista. Assim, conforme nos diz Silveira (2004, p. 63) “à medida que a expansão do ambiente construído se acelera, a valorização e a desvalorização de pedaços da cidade são frenéticas, possibilitando a instalação, aqui ou ali, de atividades menos capazes de valorizar os seus produtos” é desse modo que no entorno da feira, por uma desvalorização seletiva, torna-se propício para abrigar o circuito inferior nas antigas unidades residenciais, galpões, despensas e outros tipos de estrutura.

A área central campinense é, em nosso tempo, hegemonicamente estruturada pela lógica comercial. Há uma condição relacional, inseparável e dialética entre a sua reprodução e o setor terciário. A reprodução de usos diversos do território do núcleo primaz e em sua porção periférica são mediados pela expansão do consumo, facilitada pela desburocratização global do crédito popular através de crédito pessoal e cartões de crédito

que possibilita maior possibilidade de diversificação do circuito inferior. Como coloca Silveira (2004, p.3)

[...] a intensa urbanização, a reorganização do Estado e da economia, a monetarização da economia e da sociedade que vão se completando, os agregados de ciência, técnica e informação à vida social e ao território, e a diversificação e aprofundamento dos consumos são dados novos do período, que alteram a natureza do espaço no qual os circuitos da economia urbana se desenvolvem.

Assim, entendemos ser o consumo o responsável pelas alterações de formas na cidade. O circuito inferior cumpre o papel de abastecimento de amplos estratos populares e, no processo de refuncionalização criou vasta diversificação do comércio retalhista e da oferta de serviços. Esta lógica de reprodução espacial, orientada à acumulação, não é própria do lugar, mas sim, uma projeção local da lógica global. Lembremos de Santos (2017) quando afirma categoricamente que as ações são cada vez mais cegas e estranhas ao lugar, porque imposta verticalmente por interesses distantes.

Não queremos dizer que o centro de uma cidade média no interior da Paraíba é morfologicamente organizado pela ação diretamente global, mas sim que a lógica de mercantilização do espaço pelas forças da acumulação o é – porque o lugar reverbera a síntese entre o local e o global, pela imposição de ações estrangeiras – e que essa lógica de produção global implica formas de produzir e organizar os lugares. Ou seja, o processo de modernização tecnológica que se dá na escala da formação sócio-espacial cria, via divisão territorial do trabalho, uma hierarquia entre os lugares, esta repartição do trabalho é imposta de fora e se combina com o que já existe no lugar (MONTENEGRO, 2011).

Essas vicissitudes morfológicas e funcionais que representam um aspecto concreto da reprodução dos circuitos, são ainda, uma resposta do lugar aos eventos de globalização e que chegam à cidade de Campina Grande.

Para Pádua (2018, p. 48), a generalização do espaço como mercadoria no período atual é um processo que se expressa

[...] no arrasamento das formas e conteúdos de outros tempos e no avanço de determinadas formas de uso do espaço, mediadas não mais fundamentalmente pelas necessidades da reprodução da vida dos moradores da cidade, mas pelas necessidades da reprodução da vida econômica que cada vez mais dominam e totalizam a reprodução da vida.

Se em um primeiro momento a atividade comercial e o consumo foram fatos do surgimento de objetos industriais e comerciais, no movimento presente, é o consumo de atividades comerciais e de serviços que passa a condicionar a incorporar e reorganizar os

objetos. Este movimento é um dado da centralidade que ainda possui o centro da cidade de Campina Grande e sua feira livre, releva ainda, a força do circuito inferior que se expande é capaz de conferir novas funções a formas e infraestruturas pretéritas.

Esposamos a tese levantada por Carlos (1977) de que a cidade é produzida de modo a garantir a articulação e reprodução dos processos de produção, distribuição, troca e consumo, ela é a condição material destes processos. No circuito inferior as atividades são criadas pela demanda gerada em função da incapacidade de consumo regular de bens e serviços do circuito moderno. Nas grandes aglomerações sua presença é mais intensa em função da pobreza urbana, e é portanto, nas áreas centrais que visualizamos maiores concentrações de produção, serviços, comércio inseridos no bojo do circuito inferior.

A relação de concorrência e complementaridade entre os circuitos dá-se no entorno da feira quando as firmas do circuito marginal de estivas e cereais distribuem a produção para os pequenos comércios do entorno da feira, ou, em outro caso quando firmas deste mesmo circuito comprem a produção/serviço das pequenas fábricas de marcenaria.

É preciso destacar que a despeito do meio construído ser propício para a reprodução do circuito inferior dado o envelhecimento e degradação das formas e de sua arquitetura (datada de meados do século passado) a presença de estabelecimento não é dominante onde o aumento do preço dos aluguéis tem restringido seu uso no espaço em questão, tal rigidez torna-se funcional ao alargamento da presença do circuito superior marginal.

As formas pretéritas são recriadas para responder as necessidades novas ou renovadas, assim, a refuncionalização tem possibilitado além do alargamento das formas do circuito inferior que atende a demanda da pobreza urbana, como também às formas do circuito superior que respondem às imposições da modernização criadoras da desigualdade.

O alargamento das formas modernas dá-se no espaço da nossa pesquisa não só pela chegada de atividades tipicamente pertencentes ao circuito superior, mas também, apoderando-se das atividades que antes eram restritas ao circuito não moderno, como por exemplo, a venda de mangalhos (símbolos mais representantes das feiras livres nordestinas).

Contudo ainda que sejam parcelas menos valorizadas do meio construído porque degradadas, apenas uma fração dos agentes do circuito inferior conseguem ali instalar-se, estes são aqueles que dispõem de recursos financeiros necessários para o aluguel e investimentos nas atividades ou, são indivíduos que herdaram as residências/galpões e

agora podem usufruir destas formas para o comércio. Esta é uma ideia já exposta por Santos (2013) quando afirma que não é preciso um montante grande de capital para começar um negócio no circuito inferior, sobretudo quando se pode utilizar espaços da casa para comercialização.

3.2 Das especificidades do circuito inferior na área da feira central de Campina Grande: Circuito inferior central ou circuito inferior residencial?

O circuito inferior é um elemento fundamental da vida urbana nos países do sul e sem ele a compreensão da cidade é incompleta, porque cumpre o papel de abrigo da população pobre, seja ela migrante ou originária da cidade, antigos ou novos que são total ou parcialmente desprovidos de capital e de qualificação profissional, podendo apenas raramente pode consumir e trabalhar no circuito moderno (SANTOS, 2008).

Como previamente esboçado, este trabalho tem como questão central compreender a manifestação do território usado por estes agentes a partir das atividades inseridas no bojo desse sistema de fluxos que são reproduzidas em pequenos estabelecimentos comerciais nas ruas que circundam o mercado da feira central da cidade de Campina Grande. O circuito inferior em geral, bem como sua manifestação em nosso objeto de estudo, se constitui por uma grande diversidade de atividades, conteúdos e funções cujo capital e tecnologia empregados são pouco densos. Contudo, o circuito inferior que tratamos aqui é restrito as atividades reproduzidas em fixos geográficos, ou seja, unidades residenciais, despensas ou infraestruturas do tipo.

A expansão das atividades de baixa capilaridade e seu modo de espacialização¹⁸ no urbano, que no caso estudado se apresenta como motor da refuncionalização de formas-conteúdo, compreendemos ser um aspecto da intensificação da discrepância de renda e segmentação social vivida na totalidade das cidades brasileiras dos países dependentes na atual e dramática fase de uma economia globalizada, marcada pela produção científica e técnica da pobreza (SANTOS, 2021).

¹⁸ Para Milton Santos a espacialização é circunstancial e mutável porque é um momento. A espacialização é sempre o presente, ainda que fugindo. Em suas palavras “a espacialidade seria um momento das relações geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial” (SANTOS, 2021, p. 80).

Apesar de representar um nível de capitalização distinto dos ambulantes e camelôs, os comerciantes do entorno da feira que dispõem de recursos para ocupar formas fixas e desenvolver algumas atividades um pouco mais rentáveis, chegando a registrarem-se como microempresas, isto não implica em radical mudança de classe ou emancipação social. Estes agentes continuam inseridos em uma situação de pobreza e vulnerabilidade, ainda que haja certa segurança econômica-social. Estes agentes que conseguiram ocupar uma infraestrutura para comércio não são “menos” circuito inferior que aqueles que ocupam as calçadas de seus estabelecimentos.

É esta segmentação dentro do circuito inferior que condiciona a seus atores a ocupar diferenciadas áreas do meio construído, já que não logram forças para pagar pelas localizações mais favoráveis definidas pela lógica vigente. Há aqui um fato de compreensão indispensável, trata-se da equação entre custos das localizações e a capacidade de lucratividade das atividades desenvolvidas. Isso quer dizer que determinadas atividades e tipos de comércio não podem “sobreviver” a determinados custos de localização. Assim, constatamos durante as pesquisas em campo que os agentes do circuito inferior a partir de sua condição econômica procuram nos interstícios do meio construído os estabelecimentos inseridos em localizações que permitam o desenvolvimento de suas atividades.

Eles só podem se instalar onde o arranjo de objetos e ações lhes possibilitam instalar-se mediante sua força econômica. Milton Santos (2008) nos diz que a especialização e diversidade do circuito inferior aumenta conforme o tamanho da cidade, onde, a partir de certa dimensão podemos distinguir dois tipos desse subsistema inferior; um é o *circuito inferior central* e o outro o *circuito inferior residencial*. O que os distingue são sua localização e funcionamento, onde

o primeiro está ligado à população do centro, mas caracteriza-se, além disso, pelas relações privilegiadas com as outras atividades centrais, entre as quais as atividades do setor moderno; sua clientela aliás, ocasionalmente pode ser a mesma do circuito superior. O circuito inferior residencial é totalmente ligado à população; no centro, portanto, as ligações entre os diversos elementos da economia urbana são mais numerosas e frequentes. [...] nos bairros é a necessidade de uma resposta imediata às necessidades de uma população sem dinheiro que explica a presença deste circuito inferior (SANTOS, 2008, p. 350.)

No circuito inferior central sua dinâmica e localização está ligada à força dos fluxos que as áreas centrais movem. Ele sobrevive em um meio construído no qual o arranjo das ações e objetos possibilita grande circulação e acolhe uma diversidade de capitais vinculados a atividades modernas e não modernas. Já o circuito residencial inferior se

localiza em bairro mais afastados da centralidade e atende a demanda da população mais pobre da cidade que possui dificuldades para mobilidade até o centro. Nesse caso, a demanda por atividades e a necessidade de geração de renda conduz a um processo de utilização da casa como ativo (MEDEIROS *et al.* 2020).

Desse modo, tal circuito residencial não cria estruturas, é utilizado espaços da casa e da rua para a reprodução das atividades. Trata-se de um meio não renovado do ponto de vista da infraestrutura dos fixos, mas, requalificado do ponto de vista dos usos e funções que estes fixos podem acolher, é um meio construído adequado a nova lógica das modernizações. O quadro 1, evidencia as distinções entre estas duas feições do circuito inferior.

Quadro1 : Características e distinções do circuito inferior

CARACTERÍSTICAS	CIRCUITO INFERIOR	CIRCUITO INFERIOR RESIDENCIAL
Tecnologia	Trabalho intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Primitiva	A caderneta
Emprego	Volumoso	Prevalece o familiar
Assalariado	Não-obrigatório	Predomina a renda convertida para família
Estoques	Pequena quantidade e baixa qualidade	No geral é o que está exposto
Preços	Submetidos a discussão entre o comprador e o vendedor	Negociados com o comprador e a disputa pelo menor preço do mercado.
Crédito	Pessoal, não institucional	Pessoal
Margem de lucro	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume dos negócios	Nem sempre contabilizada
Relação com clientela	Indiretas ou personalizadas	Próxima, permite o fiado aos conhecidos
Custos fixos	Desprezíveis	Incorporados à residência ou desprezíveis
Publicidade	Nula	Redes sociais, faixa, cartazes e muro
Reutilização de bens	Frequente	Frequente
Overhead capital	Dispensável	Não contabilizada
Ajuda governamental	Nula ou quase nada	Indireta ou mínima
Dependência direta do exterior	Reduzida ou nula	Nula

Fonte: Medeiros *et al.* (2020).

O circuito inferior do presente no entorno do mercado central é dotado de uma especificidade, ele não é propriamente central e nem inteiramente residencial. Caracteriza-se como um híbrido, sendo “central” pela localização e relacionamento que mantém com atividades modernas do circuito superior, e, por outro lado inferior “residencial” pelo dado característico da utilização da residência como forma-mercadoria. Essa forma híbrida ocorre porque os atores não-hegemônicos não podem criar formas novas, mas sim, apenas utilizar formas que já estavam prontas, aproveitando-se, dos interstícios produzidos pelo circuito superior.

Por outro lado, o circuito em questão é dependente da contiguidade e das relações estabelecidas com o circuito superior marginal e da centralidade que é ainda exercida pela feira. Assim, os circuitos espaciais do sistema inferior em tela são muito mais abrangentes que os de um eventual circuito inferior residencial.

Além da questão substancial de localização e relacionamento com atividades do setor moderno, há outros entrelaçamentos entre as feições do circuito inferior que podem ser observadas no entorno da feira central. Algumas delas podem ser explicadas conforme o quadro acima. Para mencionar alguns desses nexos, em ambos o trabalho é intensivo, contudo, a forma de organização utiliza tanto controle manuscrito quanto controle por meio de planilhas Excel ou aplicativos de celular.

Sem dúvidas encontram-se novas feições no circuito inferior, algumas técnicas modernas flexíveis vêm sendo incorporadas ao referido circuito aumentando, mesmo que minimamente a possibilidades de ação por parte dos atores não hegemônicos, tais técnicas ora são instrumento de trabalho, ora são produtos de comercialização. Contudo, não é demais lembrar que agentes do circuito inferior em sua grande maioria ainda continuam a utilizar tecnologias obsoletas e viscosas.

Este é um retrato da creditização da sociedade que se realiza no território campinense, resultante diretamente da expansão do consumo da classe economicamente vulnerável, “numa economia em que o dinheiro líquido é indispensável, mas raro, a *usura* torna-se uma prática frequente” (SANTOS, 2008, p. 229, grifo do autor).

Há coexistência de formas de pagamento modernas e não-modernas, a caderneta ainda persiste, mas ao mesmo tempo convive com as tecnologias de pagamento, cartão de crédito e débito; PIX, transferência por meio de TED. O controle de vendas é feito apenas por 12% dos entrevistados, 68% deles aceitam pagamento por pix e, apenas 37%, cartões

de crédito e débito em um sistema usurário onde as taxas de juros da maquinaça chegam a 17% ao mês quando as compras são parceladas. O acolhimento dessas modernizações ocorre sempre pelos comerciantes mais jovens que dominam as novas tecnologias ou por seus filhos, na fala de um dos entrevistados ouvimos o seguinte depoimento:

“A parte do caixa e do controle de estoque já deixei por conta do meu filho mais velho, ele entende de celular e faz os pagamentos pro fornecedor. Comigo só dinheiro à vista ou fiado para os fregueses certos. História de cartão e pix só com ele. Eu custei a acreditar que se pode mandar dinheiro de um celular para outro e ainda tem outra coisa meu filho...não é muito bom isso, porque quando se passa o cartão come mais dinheiro do que a conta total do sujeito”.

A fala acima, do entrevistado 2, denota um retrato do nosso tempo em que há a informatização do território e da facilidade de crédito à massa popular. Contudo, este processo não tem caráter idílico é antes um projeto de dominação pela dependência econômica. Essa financeirização do cotidiano é apontada por Montenegro (2017) onde por meio da desburocratização do crédito e difusão dos cartões e de empréstimos usurários, realizada intencionalmente para alcançar as camadas mais pobres da sociedade, provoca o endividamento agudo da população. Assim, as grandes corporações descobriram que conceder crédito a juros abusivos para a população economicamente vulnerável é um bom negócio.

Para Silveira (2004) esta é uma das manifestações da produção ilimitada da irracionalidade, identificada no uso desigual e combinado das variáveis e possibilidades do tempo. A tecnologia é utilizada em escala mundial, ela tornou-se uma variável determinante e dominante, a partir daí nada mais conta a não ser a busca desenfreada por lucro onde quer que ele seja possível. Este é um dado do período atual e chegam também a teia de relações que põe em desenvolvimento o processo de refuncionalização presente no entorno da feira. Contudo, é preciso sublinhar que, ainda que banalizadas, as técnicas da informação não foram acessadas por toda a população, nem todos os agentes aproveitam as mesmas oportunidades, vivem diferentes temporalidades.

Outra questão é que os empregos são em geral familiares, mas também há contratação de mão de obra. No caso de mão de obra empregada, a remuneração sempre está no limite ou abaixo do vital, onde a condição de trabalho se reproduz em um quadro de

precarização, onde estes indivíduos se submetem a trabalhar sem direitos/garantias constitucionais.

A relação entre proprietários é sempre realizada por meio de acordos pessoais e não formalizados, a partir das entrevistas, notamos que a contratação dos trabalhadores se pauta frequentemente em algum vínculo de parentesco ou amizade, como pode ser evidenciado na fala do entrevistado nº 08:

“Hoje que me ajuda com os serviços é um sobrinho e eu pago um salário para que ele trabalhe de segunda à sexta durante o dia e no sábado até a hora do almoço. [...] ele começou não tem um ano, antes dele era um conhecido que mora na minha rua, gente de minha confiança”

A ideia que os proprietários têm do serviço prestado é sempre de uma “ajuda prestada”, o que nos aponta para uma relação muito pessoal e “informal”, típica dos contratos no subsistema inferior. É nesse aspecto que Santos (2008, p. 45) defende que esse circuito é “o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação. Tudo isso está ligado às condições tecnológicas e financeiras das atividades desse setor e a suas relações com o conjunto da economia urbana”.

No caso familiar o pagamento dos integrantes não é formalizado ou possui rigidez nos preços fixos, contudo, também não é integralmente convertido para a renda doméstica. A maioria é familiar, apenas 26% contratam mão de obra, que na média está em 3 funcionários sem carteira assinada. A relação com o lucro tende a ser horizontal, após ter-se quitado as despesas mensais do negócio e as contas da família, o proprietário paga uma porcentagem aos integrantes da família, como se representasse uma “ajuda financeira”, por isso, é impossível a acumulação. Partindo de tal realidade, que é comum ao circuito inferior e não apenas específico de nosso estudo, Santos (2013) teoriza que, o emprego familiar é um traço dominante nas pequenas empresas do circuito não moderno porque permite que se aumente a produção sem que haja necessidade de mobilizar mais capital de giro.

Outro ponto específico do circuito inferior na área estudada é que a propaganda existe e mescla formas modernas e não modernas. A publicidade no circuito inferior, quando feita, é criada pelos próprios proprietários, extrapola a ação boca a boca, as mídias digitais e plataformização representam grande papel no desenvolvimento das atividades do circuito, aumentando ou assegurando o alcance da centralidade ao fazer conexão com lugares distantes de modo rápido e sem custos com propaganda.

É realizada por meio de pinturas nas fachadas (foto 15) ou por placas indicativas de preços, produtos e horário de funcionamento e, também, propaganda na Internet através das redes sociais (Facebook e Instagram) criam páginas pessoais para divulgação dos produtos e canais de contato direto com os clientes, outra forma de propaganda é o envio direto pelo WhatsApp dos novos produtos, serviços, promoções aos clientes que frequentemente compram. Este é o modo característico de relação entre a clientela e os proprietários, uma forma direta e pessoal, onde podem combinar preços, prazos e encomendas.

Foto 15: Publicidade em fachada de estabelecimento comercial do circuito inferior



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Acervo do autor

As atividades no circuito superior sempre se basearam na publicidade, que na leitura de Santos (2008, p. 51), é um “instrumento metódico de modificação dos gostos e alteração do perfil da demanda”. Contudo, até a banalização das tecnologias da informação e aparecimento das redes sociais, a publicidade do circuito inferior (nova variável do período atual) era desnecessária devido aos custos e a proximidade com a clientela. Em nosso tempo, contudo, há maior acessibilidade e indispensabilidade da propaganda pelo subsistema inferior.

Neste cenário, dentre os agentes do circuito inferior, há duas perspectivas distintas sobre o uso da propaganda, uma que entende ser necessária e outra que dispensa o uso. Conforme o entrevistado nº 12:

“Para meu negócio não uso divulgação. A melhor propaganda é o boca a boca da feira, todo mundo me conhece e sabe onde é meu ponto. Quem

precisa de boas portas ou janelas sai perguntando e o povo me indica, o pessoal daqui sabe muito bem da qualidade do meu serviço e das madeiras que eu vendo. [...] chegando aqui na entrada da rua já vê o nome da minha marcenaria escrito na fachada, não tem erro”

Já na opinião do entrevistado nº 5, a propaganda por meio das redes é indispensável. Segundo seu depoimento:

“faço quase todas as vendas por meio da internet. Divulgo meus doces e salgados para festas no Instagram. Tenho também muitos clientes no WhatsApp os quais fazem encomendas ou me mandam fotos de como querem os doces ou desenhos nos bolos. Além disso pedi para fazer um banner onde ponho minhas redes. [...] sem essa divulgação com certeza eu venderia menos”.

Entendemos que a necessidade do uso de propaganda está muito ligada ao conteúdo da atividade do circuito inferior. Muitos agentes dispensam o uso pelo fato de que suas atividades não ultrapassam o próprio recorte da feira – como restaurantes, bares, salões de beleza, borracharias... –, quem os procura, já está na área da feira. Outros, a quem o alcance de seus produtos e serviços é mais largo, se valem das redes para divulgação.

Em termos de escala, Santos (2008) nos propõe que o circuito inferior se integra localmente – enquanto o superior apesar de agir localmente, suas atividades se conectam com as de outras cidades de maior relevância – na cidade e sua região. Em Campina Grande tal lógica não se faz diferente, a maior parte dos fluxos originados pelas atividades inferiores ocorrem à escala intraurbana e em menor percentual na região que a cidade polariza. A tabela 2 expressa a força de abrangência das atividades realizadas no entorno da feira e o contexto econômico em que se realizam.

Tabela 2: Escalaridade e contexto econômico das atividades

Escalaridade das Atividades		
Abrangência	Quantidade	%
Feira	16	28,5
Cidade	27	48,2
Região	13	23,3
Total	56	100

Perfil dos Consumidores		
Baixo	46	82
Médio	11	18
Alto	0	0
Total	56	100

Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2023. Elaborado pelo autor.

De posse dos dados da tabela, podemos notar que quase metade das unidades mercantis refuncionalizadas possuem clientes cuja escala abrange a cidade, e quase um quarto abrange as cidades do entorno, o que nos aponta para o entendimento da força da feira em primeiro plano, mas também pela força do circuito inferior híbrido que reforça a centralidade desse circuito central.

Há que se destacar que essa força vem do consumo das massas, observamos na segunda parte da tabela que o nível de renda dos consumidores é médio-baixo. Este fato já foi colocado por Costa (2003, p. 219) quando afirmou que

Se a Feira conseguiu sobreviver e chegou ao meio presente com a força que ainda dispõe, é por se configurar em uma resistência. Resistência que não deve às classes média e alta da população, porém, mais precisamente às camadas pobres que sobrevivem da mesma e têm nela o mercado apto a atender as suas necessidades e condições de consumo.

A força da centralidade da feira emana não só pela massiva presença dos feirantes que ocupam o mercado central, mas também pela presença de inúmeras pequenas movelarias, marcenarias, serralharia metalúrgica, oficinas mecânicas, casa de rações e cereais, mini boxes e mercadinhos etc., que compõem as ruas em que realizamos a pesquisa. O quadro 2 mostra um panorama das atividades presentes nas ruas que envolvem nosso estudo.

Quadro 2: Diversidade do circuito inferior nas ruas estudadas

Atividade	Quantidade
Lojas de embalagens e descartáveis	3
Lanchonetes	7
Mini restaurantes	3
Marcenarias	17

Movelarias	15
Serralharias/metallurgia	21
Costureiras e confecções	5
Vestuário	6
Embalagens descartáveis	5
Cereais	4
Bares/bodegas	5
Sucatas	11
Cabelereiros	4
Mangalhos	6
Material de construção	3
Rações de pássaros e gaiolas	5
Perfumes e bijuterias	4
Oficina/Borracharia	4
Venda de temperos e condimentos	7
Total	135

Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2023. Elaborado pelo autor.

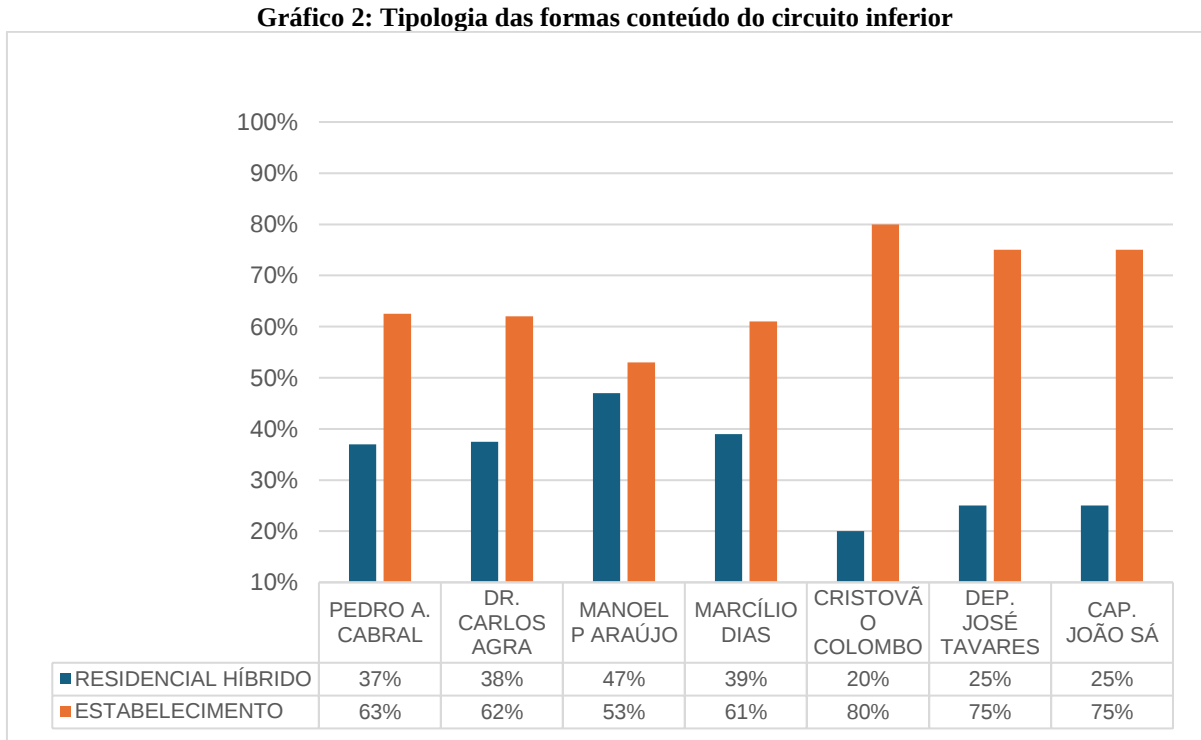
Em menor quantidade (quase 30%) estão as atividades cuja escalaridade de ação não ultrapassa o raio da feira. Este é um circuito inferior voltado para os frequentadores da feira ou moradores próximos. A tipologia dos estabelecimentos tem como predominância o ramo de alimentos e bebidas, representado pelos pequenos restaurantes, lanchonetes, bares e bodegas. Há também outros como barbearias e reparos de vestimenta, cuja relações muitas vezes mantém uma relação de vizinhança, típico de um circuito residencial.

As atividades do circuito econômico não moderno que possuem esse alcance local/regional, só o fazem porque dispõem de um montante suficiente para ter uma

organização mais complexa que aquelas que se inserem em circuitos espaciais menores, como o dos ambulantes e camelôs.

É o conjunto destas atividades descritas acima que possuem as condições suficientes para dar novos conteúdos às formas pretéritas, ainda que tais funções coexistam com o conteúdo residencial. De acordo com os dados sistematizados, percebemos que o processo de refuncionalização posto em movimento por atividades pouco capitalizadas não é um fenômeno recente, contudo, ainda está em desenvolvimento.

Em considerável quantidade, essas atividades se confundem com o próprio espaço residencial dos agentes, este é um dado que nos remete a uma redefinição da espacialidade das funções de trabalho e moradia, que, neste período técnico científico informacional torna-se híbrido em um primeiro momento e ulteriormente dá outros usos às formas. O gráfico 2 mostra que dos estabelecimentos 56 estabelecimentos abordados, há maior percentual de unidades comerciais e prestação de serviços “puras”, ou seja, funções que utilizam por inteiro as estruturas, que outras funções coexistindo em uma mesma forma com o uso residencial.



Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2023. Elaborado pelo autor.

Os dados nos evidenciam que o processo de refuncionalização é um movimento consolidado na área em questão, mas que, ainda está em pleno desenvolvimento, basta observarmos que ruas como Marcílio Dias e Manoel Pereira de Araújo possuem considerável cifra de unidades residenciais onde seus proprietários utilizam-nas como ativos, como forma-mercadoria. Tal fato também é possível ser lido nos dados de estabelecimentos cuja função atual é totalmente mercantil, estes, foram em divisões pretéritas galpões de armazenagem de cereais e estivas, bares, residências, prostíbulos e hoje são permeados por novos conteúdos.

Ao serem questionados sobre o motivo de oferecerem determinadas atividades, os entrevistados apontaram que a atividade comercial é sempre a mais fácil para se começar, sobretudo aos que já dispõem de um ponto. O dono de uma venda de condimentos e temperos relatou-nos que herdou o negócio de seu pai e que paulatinamente foi aumentando o negócio no qual dois dos quatro filhos trabalham com ele e, provavelmente, seguirão o mesmo ofício. Ele nos afirmou que:

Comecei trabalhar aqui em 2005, meu pai comprou o ponto lá pelos anos de 2000 e desde então ganhamos a vida com o comércio. Já vendemos de tudo, de fiteiro à bodega. Por esse tempo ainda morávamos aqui, da metade dessa parede para trás era nossa casa. Hoje meu pai está aposentado e eu assumi o negócio, reformei o estabelecimento e comecei a investir em temperos porque é rentável. Me arrependo de não ter começado antes. [...] A localização é muito boa e já que o ponto é próprio, livro pelo menos 500 reais.

Consideremos que no circuito inferior o fator essencial é o trabalho, ao passo que no circuito superior o fator substancial é o capital e a tecnologia de ponta (SANTOS, 2008), partindo desta realidade, a depender do tipo de mercadoria o investimento inicial é acessível, podendo crescer posteriormente.

Assim como o exemplo citado acima, a maioria das ruas, sejam elas compostas por formas-conteúdo residenciais mistas ou mercantis possuem maior quantidade nos setores comerciais e, em quantidade um pouco menor de prestação de serviços (quadro 3). Em nosso estudo, apenas a rua Dr. Carlos Agra, dentre os estabelecimentos consultados possui maior percentual em atividades de produção.

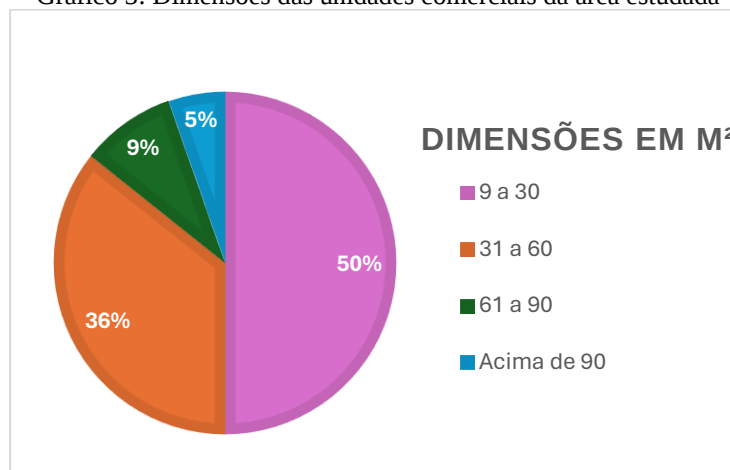
Quadro 3: NATUREZA DO CIRCUITO INFERIOR NO ENTORNO DA FEIRA							
Rua	Tipo de atividade			100%	Propriedade do estabelecimento		
	Produção	Comércio	Serviço		Próprio	Alugado	Cedido
Pedro A. Cabral	0%	87%	13%		37%	58%	5%
Carlos Agra	63%	25%	12%		25%	75%	0%
Manoel P. Araújo	48%	51,5%	0,5%		38%	62%	0%
Marcílio Dias	34%	26%	40%		26%	35%	40%
Cristovão Colombo	0%	70%	30%		20%	80%	0%
José Tavares	25%	42%	33%		60%	35%	5%
João Sá	22%	49%	29%		33%	63%	4%
					100%		

Fonte: Pesquisa de Campo, novembro de 2023. Elaborado pelo autor.

A rua Manoel Pereira também possui elevada quantidade de unidades de fabricação. Estas atividades são compostas por Marcenarias, serralharias e movelarias que juntas formam uma coesão funcional e, por isso, uma área de especialidade. No mais, todos os outros logradouros se estruturam por atividades comerciais e de serviços.

A segunda parte do gráfico nos mostra um percentual de propriedade do uso das formas. As unidades que possuem função híbrida são todos próprios, nenhum é alugado ou cedido. Alguns destes são, ainda, provenientes de heranças vindas da geração passada. Considerável parte dos estabelecimentos são alugados, algumas ruas ultrapassam o percentual de 70%. Tais aluguéis são uma forma clara da forma residencial sendo usada como mercadoria. A depender da rua e do tamanho do imóvel (gráfico 3) os aluguéis estão entorno de trezentos e cinquenta reais para os de pequena dimensão e cerca de oitocentos reais mensais para os de maior dimensão.

Gráfico 3: Dimensões das unidades comerciais da área estudada



Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2023. Elaborado pelo autor.

De acordo com o gráfico acima, notamos que a maior parte dos estabelecimentos são de pequena dimensão porque se restringem ao tamanho, ou de casas populares, ou de pequenos depósitos da época auge da feira. O circuito inferior tem em suas unidades comerciais ou produtivas estoque muito reduzido, dada a natureza dos capitais que podem utilizar, o tamanho de imóveis que dispõem e, por conseguinte a escala de sua abrangência que é igualmente reduzida. Assim, estocam o que podem estocar e vender. Apenas 8% possuem estoque, estes 8% estão dentro de um grupo onde o estabelecimento possui acima de 60m², sendo menor que esta dimensão não é possível estocar, tudo o que se possui está exposto a venda.

Até estabelecimentos utilizados e refuncionalizados pelo circuito superior marginal possuem dimensões reduzidas. Esta é uma microrepartição do território usado que produz intensa circulação de pessoas, transportes, informações, mercadorias, condição ideal para a realização e convivência dialética dos circuitos.

O espraiamento dessas atividades comerciais em fixos geográficos demanda certo poder aquisitivo, contudo, tal questão não significa redução da pobreza ou emancipação social, ao contrário, revela o aprofundamento da situação vulnerável da pobreza. Isto é um fato já apontado por Montenegro (2011) quando afirmou que e a maior parte das ocupações nas cidades brasileiras se fazem atualmente em atividades de “baixa” produtividade, em micro e pequenas empresas de pouca capitalização. A refuncionalização e utilização dos espaços das residências ou de antigos galpões no entorno da feira central, nos evidencia a capacidade do circuito inferior em se renovar, adaptar e expandir.

A substância do circuito inferior, conforme nos aponta a autora, é de que este “vem se consolidando enquanto abrigo e fornecedor de renda para grande parte da população, ao mesmo passo em que se afirma como uma manifestação da pobreza estrutural no país” (MONTENGERO, 2011, p. 32)

Contudo, a expansão do processo de refuncionalização é dada por agentes autônomos que pouco ou nada contam com ajuda governamental ou empréstimos bancários (ver quadro 4) a maioria das pequenas atividades (foto 16) não está registrada, e, as poucas unidades que se registraram se qualificam como micro empresa, nenhuma unidade consulta chegou ao nível sequer de pequena empresa.

Foto 16: exemplo de atividade pouco capitalizada na rua Manoel P. Araújo



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Acervo do autor

QUADRO 4: NATUREZA DOS ESTABELECIMENTOS						
Rua	Organização			Capitalização		
	Não registrado	Micro empresa	Pequena empresa	Empréstimo bancário institucional	Investimento pessoal	Ajuda governamental
Pedro A. Cabral	80%	20%	0%	0%	95%	5%
Carlos Agra	85%	15%	0%	15%	85%	0%
Manoel P. Araújo	88%	12%	0	0	100%	0%
Marcílio Dias	87%	13%	0%	10%	90%	0%
Cristovão Colombo	71%	29%	0%	12%	82%	0%
José Tavares	86%	14%	0%	12%	88%	0%
João Sá	91%	9%	0%	0%	100%	0

Fonte: Elaborado pelo autor

Além de serem em sua maioria estabelecimentos não registrados, ou registrados como Micro Empreendedores Individuais. As atividades ali desenvolvidas são baseadas crédito/investimentos pessoais. Há, inclusive uma correspondência entre investimento pessoal autônomo e estabelecimentos não formalizados. Estes acabam dependendo mais da contiguidade e das relações estabelecidas no meio que de empréstimos e/ou ajudas institucionais governamentais. Como relatou o entrevistado nº 7

“para montar a barbearia, tive que me desfazer de alguns bens e peguei um empréstimo no banco onde tenho conta. [...] ainda hoje pago as parcelas, vou terminar pagando quase o dobro, mas fazer o que, não é mesmo!? Com o dinheiro comprei as máquinas, cadeiras e aluguei o ponto. Tive dois meses de aluguel garantidos com esse dinheiro, pago aqui trezentos e cinquenta reais. Valeu a pena, a localização é boa e todo dia atendo uns dez clientes. Tiro o do aluguel, do empréstimo e faço meu salário”.

Esta realidade é própria do subdesenvolvimento, onde “as pessoas verdadeiramente pobres só dispõem do crédito pessoal, direto e usurário, que caracteriza a maior parte das operações do sistema econômico ao qual pertencem, e que eles contribuem para nutrir” (SANTOS, 2008. p.73) e são super exploradas pelo sistema financeiro que lhes impõe juros abusivos.

Queremos insistir que tais investimentos pessoais são acessíveis para uma parte do circuito inferior porque o trabalho é mais necessário que o capital, havendo certa quantidade de dinheiro é fácil começar um pequeno negócio, sendo possível ainda, apelar para crédito pessoal concedido em dinheiro e até em mercadorias e instrumentos. Muitos dos comerciantes e donos de pequenos restaurantes presentes nas ruas, afirmaram em nossas entrevistas que conseguiram crédito com familiares, escapando aos juros abusivos e começaram seus negócios, pagando taxas menores do que se fosse empréstimos bancários.

Diante de tais questões reforçamos a ideia de que há racionalidade no circuito inferior e que ele não é parasitário da economia urbana, ao contrário, por ser auto-inflacionário dispõe de forças suficientes para criar atividades e transformar infraestruturas como tentamos desvelar ao longo desta pesquisa. Além disso, entendemos que acima de tudo, a importância do circuito inferior é fornecer um meio de sobrevivência para a classe laboriosa, ainda que de modo lenitivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do entendimento da impossibilidade de esgotamento de uma pesquisa, temos clareza que os caminhos por nós seguidos, apesar do intento rigor, não puderam dar conta de todas as questões e problemas que surgiram à medida que se avançava sobre o objeto de estudo. Contudo, acreditamos que as questões seminais e objetivos propostos puderam ser elucidados.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho buscamos sempre ter em vista o horizonte de pesquisa proposto, que era produzir uma reflexão a respeito do uso do território pelos agentes do circuito inferior nas ruas que margeiam o mercado central da feira em Campina Grande. Nesta perspectiva foi possível compreender a acumulação desigual dos tempos na área estudada e dessa forma, explicar a especificidade do circuito inferior e suas relações com o circuito moderno e capitalizado.

Recordemos o problema de pesquisa que nos norteou: *de que modo as atividades que compõe o universo do circuito inferior se materializam nas formas geográficas transformando residências e galpões em pequenos estabelecimentos comerciais e de serviços?* Partindo desta problemática, buscamos *compreender o processo de refuncionalização das formas-conteúdo no entorno da feira central de Campina Grande - PB a partir da reprodução de atividades ligadas ao circuito inferior da economia urbana.*

Pelos resultados a que chegamos nessa pesquisa, é incontestável o processo de refuncionalização que dá novos conteúdos a formas pretéritas pelas vias do circuito inferior híbrido. Podemos compreender ainda que tal circuito além de apresentar novas feições ao receber vetores financeiros se metamorfoseia em função da relação que estabelece com o meio construído onde se instala, concatenando características e comportamentos do circuito inferior central e do inferior residencial.

Sublinhamos que a consolidação do meio técnico científico informacional promove modernizações técnicas extremamente seletivas, social e territorialmente, ao mesmo tempo em que faz avançar o desemprego e a precarização do trabalho. Em campina Grande esta lógica não se fez de modo distinto. Dada tal conjuntura, o processo de refuncionalização é uma resposta do lugar ao novo meio que se chega à cidade e, por consequência, é um produto direto do alargamento da pobreza urbana.

Outro dado, é que apesar de haver também uma refuncionalização condicionada pelo circuito superior e superior marginal em algumas ruas do objeto de nosso estudo, as transformações são predominantemente corolário das atividades do circuito inferior. O modo como ocorre é sempre marcado por uma lentidão, por uma inércia dinâmica, própria do circuito inferior.

Paulatinamente a demanda emanada do consumo das classes baixas e por outro lado, a necessidade de sobrevivência oriunda da incapacidade de geração suficiente de ocupação, faz com que se produzam atividades de pouca capitalização, estas, por seu turno, exigem mínimo grau de organização e podem perfeitamente serem instaladas em pequenas estruturas como garagens, quartos e dependências de residências, galpões, despensas etc.

Esta transformação, por um lado, representa dentro das formas de relação entre os dois circuitos, melhores – ainda que mínimas – condições de renda para uma parcela dos agentes pouco capitalizados, mas não exclui a condição subordinação às ações hegemônicas. O uso das variáveis do período, facilita a realização dos negócios, mas ao custo de potencializar a dominação pela regulação financeira marcada pela usura.

A expansão do circuito superior faz com que o crescimento do circuito inferior ocorra em função de sua dinâmica, isto quer dizer que o circuito inferior cresce à sombra do superior, e as atividades dos que são economicamente vulneráveis se expande à medida que a exploração aumenta.

A área que circunda a feira, pela força das rugosidades e temporalidades acumuladas, é o ambiente construído presente no centro comercial que dispõe das condições necessárias para abrigar um circuito inferior híbrido e um circuito superior marginal, que juntos, constituem uma contiguidade. Insistimos que esta realidade só pôde ser entendida pelo processo de formação da área central, em que o entorno da feira, que até meados do século passado era a franja rural-urbana da cidade, se constituiu como reduto de atividades consideradas “atrasadas” para uma cidade que ao receber objetos técnicos tornava-se cosmopolita e tudo o que não condizia com feições de urbe moderna deveria ser afastado do centro comercial.

Por fim, é preciso dizer que estivemos longe de encerrar o temário sobre a refuncionalização e sobre as nuances da reprodução do viabilizada pelas atividades do circuito inferior. Muito ainda pode e precisa ser dito. Outros caminhos possíveis para o aprofundamento do temário proposto são: a) investigar a natureza e conteúdos do circuito

inferior em pequenas cidades; b) analisar a dinâmica do circuito inferior nos bairros e sua força para refuncionalização em áreas não centrais, c) refletir sobre as diferentes possibilidades de ação dos agentes do circuito inferior. Estes são três caminhos possíveis que podem preencher lacunas no debate atual dos dois circuitos e fazer avançar na compreensão do espaço geográfico enquanto território usado.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio de. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. 147 p.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e homem no Nordeste**: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1986. 239p.
- ARROYO, Mónica. A economia invisível dos pequenos. In: DANTAS, Aldo; ARROYO, Mónica; CATAIA, Márcio (org.). **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção**: um diálogo com a teoria de Milton Santos. Natal: Sebo Vermelho, 2017. Cap. 2. p. 53-63.
- ARANHA, Gervácio Batista. Campina Grande no Espaço Econômico Regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907 – 1957). 1991. 296 f. Dissertação (Mestrado em sociologia Rural) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande.
- BLOG, **Retalhos Históricos de Campina Grande**. Disponível em: <https://cgretalhos.blogspot.com/2019/03/memoria-fotografica-foto-de-grandena.html#.X68LU3RKjIU>. Acesso em Junho de 2020.
- CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. Campina Grande: Caravela, 1988, 164 p.
- CÂMARA, Epaminondas. **Os Alicerces de Campina Grande**: esboço histórico-social do povoado à vila (1697 – 1864). Campina Grande: Caravela, 1999, 124 p.
- CARDOSO, Maria Francisca Thereza. Campina Grande e sua Função como Capital Regional. **Revista Brasileira de Geografia**, São Paulo, v. 4, n. 25, p. 415-453, dez. 1963.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1997. 98 p.
- CARNEIRO, Rosalvo Nobre. **Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos hoje**. 1 ed. Mossoró - RN: EDUERN, v. 1, 2018. 203 p. ISBN: 978-85-7621-218-8.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 95 p. (Série Princípios).
- COSTA, Antônio Albuquerque. **Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional**: a feira de Campina Grande na interface desse processo. Dissertação de Mestrado do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE: Recife, 2003.
- DINIZ, Lincoln da Silva. **As bodegas da cidade de Campina Grande**: objetos de permanência e transformação do pequeno comércio no bairro de José Pinheiro. 2004. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Geografia, De Geografia, Ufpe, Recife, 2004.
- DINIZ, Kaio Santos. **REVITALIZAÇÃO URBANA**: uma análise sobre mudanças realizadas nos espaços públicos da área central de Campina Grande -PB (2000-2016).. 2018.

162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Geografia, Ufpb, João Pessoa, 2018

FARIAS, Paulo Sérgio Cunha; COSTA, Antonio Albuquerque da. O APOGEU DO COMÉRCIO ALGODOEIRO E SEUS REFLEXOS NO ESPAÇO CIDADINO DE CAMPINA GRANDE-PB. In: SILVA, Keila Queiroz e; OLIVEIRA, Giuseppe Roncalli Ponce Leon de (org.). **Caminhadas pela cidade Campina Grande sob diversos olhares**. João Pessoa: Ideia, 2023. Cap. 1. p. 13-43.

FRANK, André Gunder. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. In: Fernando Lima das Neves. **A terra é redonda**. São Paulo, 28 mar. 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-desenvolvimento-do-subdesenvolvimento/#>. Acesso em: 3 dez.

GONÇALVES, Regina Célia. et al. *A questão urbana na Paraíba*. v. 3. João Pessoa: Editora Universitária, 1999. 74p.

GRIMM, Flávia Christina. **Trajetória epistemológica de Milton Santos** : uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis. 2011. 307 f. Tese (Doutorado) - Curso de Prograduação de Pós Graduação em Geografia, De Geografia, Usp, São Paulo, 2011.

LIMA, Damião de. **O processo de industrialização via incentivos fiscais**: expansão e crise em campina grande. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Ufmg, Campina Grande, 1996.

MAIA, Doralice Sátyro; SILVA, William Ribeiro da; WHITACKER, Arthur Magon. **Centro e Centralidade em Cidades Médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017

MEDEIROS, S.; BARBOSA, J. R. de A.; FONTENELE, B. M. O CIRCUITO INFERIOR RESIDENCIAL EM HABITAÇÃO SOCIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL, RN. **Revista Contexto Geográfico**, [S. l.], v. 7, n. 15, p. 1–14, 2022. DOI: 10.28998/contegeo.v7i15.14180. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/contextogeografico/article/view/14180>. Acesso em: 11 jan. 2023.

MONTENEGRO, Marina Regitz. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. **Revista Geográfica Venezolana**, vol. 53, núm. 1, 2012, pp. 147-164

MONTENEGRO, Marina Regitz. Da financeirização ao lugar: dos nexos hegemônicos às contra-racionalidades do cotidiano. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 92 - 106, 5 out. 2017.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **Globalização, pobreza e trabalho no Brasil Metropolitano**: o circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. 2011. 303 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, USP, São Paulo.

OLIVEIRA, E. J. D. A REDE URBANA DE CAMPINA GRANDE: Dos caminhos do gado à implantação da ferrovia nos primórdios do século XX. In: ENAPUR, XVIII., 2019, Natal. **Anais [...]**. Natal: UFRN, 2019. p. 1-18.

PADUA, Rafael Faleiros de. Pensando a noção de prática sócioespacial. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto (org.). **Geografia urbana crítica: teoria e método**. São Paulo: Contexto, 2018. Cap. 2. p. 35-53. (Coleção Metageografia).

POCHMANN, Márcio. **O Trabalho sob o fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

QUEIROZ, Marcus Vinicius de. **Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de campina grande em transformação (1930 - 1950)**. 2008. 248 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Usp, São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton Santos. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 53, p. 35–60, 1977. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1096>. Acesso em: 28 dez. 2022

SANTOS, Milton. A forma e o tempo: a história da cidade e do urbano. In: SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. Cap. 6. p. 68-73.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2017. 384 p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988. 120 p.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008. 440 p.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo : Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade: O caso de São Paulo** . 2. ed. São Paulo : Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. 32. ed. São Paulo: Record, 2021.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2013. 135 p.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SILVA, Hosana Vieira da. **O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA NA PRINCIPAL ÁREA COMERCIAL DE CAMPINA GRANDE – PB: a permanência e expansão dos ambulantes e camelôs**. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, Ufpb, João Pessoa, 2020.

SILVEIRA, Maria Laura. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da

economia urbana; Associação dos Geógrafos Brasileiros; **Ciência Geográfica**; XVII; 1; 1-2013; 63-701413-7461

SILVEIRA, Maria Laura. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Cadernos CRH**, Universidade Federal da Bahia, v. 22, nº 55, p. 65-76, 2009.

SILVEIRA, Maria Laura. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **Geosp- Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 246-262, ago. 2015. ISSN 2179-0892.

SILVEIRA, MARÍA LAURA. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. **CDC**, Caracas , v. 21, n. 57, p. 3-22, sept. 2004. Disponível em <http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082004000300002&lng=es&nrm=iso>. acessado em 14 sept. 2023.

SILVEIRA, Maria Laura. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Cadernos CRH**, Universidade Federal da Bahia, v. 22, nº 55, p. 65-76, 2009.

SILVEIRA, Maria Laura. Urbanização Latino-Americana e circuitos da economia urbana. In: DANTAS, Aldo; ARROYO, Mónica; CATAIA, Márcio (org.). **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção**: um diálogo com a teoria de milton santos. Natal: Sebo Vermelho, 2017. Cap. 3. p. 63-82.

SILVEIRA, Maria Laura. “Uma Situação Geográfica: Do Método à Metodologia”. *Revista Território*, ano IV, n. 6, 1999.

SOUZA, Fabio Gutemberg de. **Cartografia e Imagens da Cidade**: campina grande, 1920 - 1945. 2001. 378 f. Tese (Doutorado) - Curso de Progradama de Pós Graduação em História, Unicamp, Campinas, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Substrato espacial material. In: SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. Cap. 3. p. 63-77.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. **Estruturação urbana e centralidade**. In: Encontro de geógrafos de américa latina, 3, 1991. Anais. Toluca/méxico. v. 1. p. 44-55.

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. **Estrutura urbana de cidades médias amazônicas**: análise considerando a articulação das escalas interurbana e intraurbana. 2011. 576 f. Tese (Doutorado) – Curso de Desenvolvimento Urbano, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

VILLAÇA, Flávio. Os processos espaciais de conurbação. In: VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Fapesp, 1998. Cap. 3. p. 49- 111

APÊNDICE

APENDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Rua: _____

Estabelecimento: _____

Data: _____

AMBIENTE CONSTRUÍDO:

1. Este é o seu primeiro negócio nesta localização? ()
2. Anteriormente havia outro? ()
3. Você acha que a localização do seu negócio influência de alguma forma nas vendas? Sim () Não () Por quê? ()
4. Por qual motivo escolheu implementar o seu negócio nesta localização?

NATUREZA DO ESTABELECIMENTO:

5. Qual a tipologia do imóvel? Residencial misto (); estabelecimento (); já foi residência? ()
6. Qual tipo de atividade? Produção () Comércio (); Serviço ()
7. Estabelecimento próprio? () Alugado () Cedido () Herdado () valor do aluguel ()
8. Dimensão aproximada do espaço usado (m2): _____
9. O negócio está registrado? Não () Pessoa física () Pessoa Jurídica ()
10. Caso sim, micro () pequena () média ou grande ()
11. O investimento de criação se deu a partir de: Empréstimo bancário institucional (); Subsídio/ajuda governamental (); Investimento pessoal (); Empréstimo com outros ()
12. Qual os horários e os dias de funcionamento?

13. Se algum cliente precisar, o sr(a) abre o negócio fora do horário de funcionamento? sim (); não ()

14 Qual a abrangência do seu comércio? Entorno (); Bairro (); Cidade (); Estado (); Região () Nacional ()

14. Qual o perfil dos seus consumidores? Alto padrão (); Médio (); Baixo ()

15. A mercadoria vendida é: Produção própria (); adquirida em atacado (); adquirida em varejos (); adquirida por meio de um intermediário ()

16. Por que o (a) sr. (a) passou a oferecer esse(s) outro(s) produtos e/ou serviço(s)?

17. Qual é o destino do lucro gerado por sua empresa / atividade? consumo familiar () investimento na própria atividade ()

18. Que formas de pagamento oferece ao cliente? dinheiro (); cheque (); cartão de crédito (); cartão débito (); Pix ()

19. Possui estoque? (); Apenas o que está exposto ()

20. Qual o instrumento de controle de vendas? Sistema próprio manual (); Sistema próprio virtual ()

NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO:

21. Forma de pagamento ao fornecedor: dinheiro (); cheque (); à vista (); cartão de crédito (); outros ()

22. Com relação aos trabalhadores do negócio: Proprietário apenas (); Familiar (); (proprietário + família); Funcionários apenas (); N° com carteira assinada (); N° sem carteira assinada ()

23. Contrata trabalhadores temporários em determinadas épocas do ano? sim () não ()

24. Caso sim, quantos?_____

25. Em que época?_____

26. Sua empresa faz propaganda? sim (); não ();

27. Caso sim, em que veículos de comunicação?_____